

**U LISBOA** 

# ESPAÇOS DE USO PÚBLICO COMO PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO DA CIDADE CONSOLIDADA

O Museu Olisipo na Colina de Santana

---

## **Marisa Ferreira Machado**

(Licenciada em Estudos Arquitectónicos)

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

(Orientação Científica)

Professor Doutor António Santos Leite e Professora Doutora Manuela Mendes

(Júri)

Presidente: Doutor Francisco Carlos Almeida do Nascimento e Oliveira

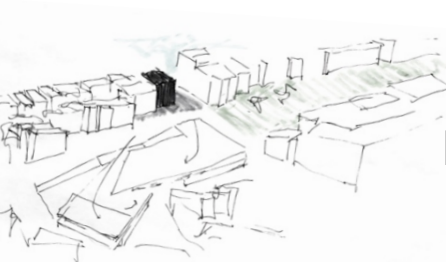
Orientador: Doutor António Miguel Neves da Silva Leite

Vogal: Doutor Carlos Jorge Henriques Ferreira

Documento Definitivo

Lisboa, FA ULisboa, Dezembro, 2017 ( 07/12/2017)





# ESPAÇOS DE USO PÚBLICO COMO PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO DA CIDADE CONSOLIDADA

O Museu Olisipo na Colina de Santana

---

**Marisa Ferreira Machado**

(Licenciada em Estudos Arquitectónicos)

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

(Orientação Científica)

Professor Doutor António Santos Leite e Professora Doutora Manuela Mendes



*“Fazer cidade hoje é, em primeiro lugar, fazer cidade sobre a cidade, fazer centros sobre centros, criar novas centralidades e eixos articuladores que deem continuidade física e simbólica, estabelecendo bons compromissos entre o tecido histórico e o novo, favorecendo a mistura social e funcional em todas as suas áreas.”*

(Brandão, 2000, p.87)



\_ agradecimentos \_

Em primeiro lugar, um agradecimento a todos os colegas e professores da FA que ao longo destes anos contribuíram de forma inspiradora para o meu percurso, em especial aos orientadores deste Projeto Final de Mestrado, pela sua dedicação, conversas e pelo conhecimento que me transmitiram neste fim de ciclo, bem como por me motivarem sempre a fazer mais e melhor.

Não esquecer o Departamento de Arquitectura da Universidade de Ferrara, que embora em menor tempo, não deixou de marcar o meu caminho, em especial aos professores de projeto, pela nova abordagem à forma de projetar, pela saída da zona de conforto, bem como aos companheiros do programa Erasmus que guardo no coração, na cidade das bicicletas que me acolheu durante seis curtos meses.

À família e aos amigos de sempre da Benedita pela compreensão e apoio, e aos novos que Lisboa me trouxe e fez parecer tudo mais fácil. Ao grupo Milc sempre pronto a ajudar, a todos, a Lisboa e a Ferrara um sincero obrigado.



\_ resumo \_

O presente trabalho pretende compreender de que forma é possível revitalizar um pedaço de uma cidade consolidada, com vista a gerar novos fluxos e dinâmicas e complementar a rede de centralidades que gera vida qualificada no contexto urbano.

A desigualdade que se faz sentir, em algumas zonas consolidadas da cidade de Lisboa, entre a densidade construída e espaços de usos público, é notória. Daí, advém a necessidade de repensar o modo como os edifícios comunicam com as pessoas e, impulsionam também eles interações sociais, dentro da sociedade contemporânea, por forma a gerar vida entre os mesmos. A proposta localiza-se no centro da cidade de Lisboa, numa zona em que o tecido urbano torna difícil a vivência que se pretende proporcionar, a Colina de Santana. Subjaz à proposta a projeção do novo Museu Olisipo, uma ambição reestruturadora de amplos espaços que vão para além do edifício, sustentados pelo respeito da história e memória coletiva, presentes na sua envolvente e promotores de uma vivência mais qualificada na colina. Num programa museológico diretamente ligado à evolução da cidade, a relação entre o edifício e a envolvente vai para além dos seus limites, numa vontade de proporcionar experiências espaciais com a paisagem urbana.

\_ palavras chave \_

espaço público; cidade; revitalização urbana; museu ; Olisipo; Colina de Santana



\_ abstract \_

The present work aims to understand how it is possible to revitalize a part of a consolidated city, with a view to generating new flows and dynamics, and complementing this with a network of centralities that generate qualified life in the urban context.

The inequality in some consolidated areas of the city of Lisbon, between the densely constructed areas and spaces of public uses, is notorious. Hence the need to rethink the way buildings communicate with people and how they also boost social interactions, within contemporary society to generate life among them. The proposal is located in the city centre of Lisbon, in an area where the urban fabric makes it difficult for the living that is intended in this context, the Santana Hill. Underlying the proposal is a projection of the new Olisipo Museum, a restructuring ambition of ample spaces that go beyond the building, sustained by respect for the history and the collective memory, present in its surroundings and promoter of a more qualified experience on the hill. In a programme where a museum is directly linked to the evolution of the city, the relationship between the building and the surrounding goes beyond its boundaries, in a willingness to provide spatial experiences with the urban landscape.

\_ keywords \_

Public space; city; Urban revitalization; Museum; Olisipo; Santana Hill



\_ índice \_

pXV **Índice de Imagens**

**00 INTRODUÇÃO**

Parte 00

---

p003 Tema, enquadramento e justificação

p005 Objectivos

p007 Questões de Partida e Respostas provisórias

p009 Metodologia

**01 A Cidade Consolidada**

Parte 01

---

p015 Nota Introdutória

1. a cidade

p017 1.1 dimensão paradigmática - o cheio e o vazio

p022 1.2 dimensão paradigmática - o dentro e o fora , o entre

p024 1.3 a presença da Cerca Fernandina na cidade de Lisboa

2. o espaço público

p034 2.1 a importância do lugar público na cidade

2.1.1 o caso de Lisboa

p038 2.2 a vida entre os edifícios

2.2.1 a rua, a praça, o jardim

p042 2.3 Novas formas de viver o espaço público

2.3.1 intervenção arquitetónica de referência

p046 2.4 o pavimento público

2.4.1 intervenção urbana de referência

3. o edifício

p049 3.1. o equipamento como elemento de coesão social e urbana

3.1.1 intervenção arquitetónica de referência

4. o indivíduo

p054 4.1. o homem e o espaço

p059 Considerações

**02 Proposta de Intervenção**

Parte 02

---

p065 Nota Introdutória

## 1. Caracterização do lugar

---

p067 1.1 localização

p069 1.2 contexto social e urbano da Colina de Santana

p072 1.3 envolvente – o Convento de Santo Antão-o-Novo

## 2. Estratégia urbana

---

p076 2.1 os limites

p078 2.1 o espaço público : a rua a praça o jardim

## 3. Estratégia arquitectónica

---

p084 3.1 o edifício: o novo museu

p087 3.2 a cobertura

p089 3.2 luz e matéria

p090 3.2 a exposição

p093 **Conclusões**

p099 **Referências Bibliográficas**

## 03 ANEXOS

---

p107 Informação histórica da cidade de Lisboa

p117 Fotografias atuais da envolvente da proposta

p125 Peças Desenhadas

\_ índice de imagens \_

\_ capa \_

00|capa Desenho da proposta de intervenção (intenções de projecto), elaborado pela autora, 2016.

\_ introdução \_

01|p15 “A Cidade”, Fernando de Azevedo, 1960-61, A Cidade em Portugal, 1988.

\_ parte 01 \_

02|p19 Calçada de Santana e os 3 elementos básicos da paisagem urbana, elaborado pela autora, 2017.

03|p21 Esquema dos antigos limites defensivos (de cima para baixo), o limite de Alcáçova, a Cerca Moura e a Cerca Fernandina, elaborado pela autora, 2017.

04|p25 O traçado das muralhas na relação com a topografia, biblioteca Nacional, 1892.

05|p27 Planta de João Tinoco, cópia da original de 1650, biblioteca Nacional, 1850.

06|p27 Ampliação da Planta de João Tinoco, cópia da original de 1650, biblioteca Nacional, 1850.

07|p29 Traçado da cerca Fernandina na planta atual da cidade, adaptado pela autora, 2016.

08|p30 Fotografia da Maquete de Lisboa antes do terramoto, patente no Museu da Cidade, elaborado pela autora, 2017.

09|p31 Extrato da Gravura “*Triste tableau des effects causes par le Tremblement de terre et incendies arrivés a Lisbonne le 1er Novembre*”, Museu da Cidade, 2ª metade do séc.XVIII.

10|p32 Torre do Jogo da Pela, elaborado pela autora, 2017.

11|p32 Cerca fernandina vista da Travessa de Gaspar Trigo, elaborado pela autora, 2017.

12|p33 Città Ideale de Pierro della Francesca (1480-90), disponível em: <http://www.cittaideale.info>.

13|p34 Diferentes formas de contacto humano no espaço público da cidade, elaborado pela autora, 2016.

14|p35 Cidade como Cenário à vida urbana, elaborado pela autora, 2016

15|p35 Cidade como Cenário à vida urbana, elaborado pela autora, 2016

16|p35 Cidade como Cenário à vida urbana, elaborado pela autora, 2016

17|p36 Ribeira das Naus, elaborado pela autora, 2017.

18|p38 Rua degli Shiavoni, Veneza, elaborado pela autora, 2016

19|p38 Rua ruga dei Oresi, Veneza, elaborado pela autora 2016.

20|p39 Praça Martim Moniz (Sul), elaborado pela autora, 2017.

- 21 | p39 Praça Martim Moniz (Norte), elaborado pela autora, 2017.
- 22 | p40 Jardim do Príncipe Real, CML, 2015
- 23,24,25 | p43 Exemplo de uma nova forma de viver o espaço, instalação Lois, (2006, Brixten, Itália), pelo atelier bergmeisterwolf architekten, disponível em <http://www.bergmeisterwolf.it/en/projekt/lois/>, 2006.
- 26 | p43 Esquema da Intervenção, disponível em <http://www.bergmeisterwolf.it/en/projekt/lois/>, 2006.
- 27 | p44 Museu do Louvre, Paris, disponível em Archdaily, 2010.
- 28 | p44 Iconografia do Museu do Louvre, Paris, Francesco Ravasio, 2010.
- 29 | p46 Casa da Música, Porto, elaborado pela autora, 2016.
- 30 | p47 Ortofotomapa com envolvente da Casa da Música, Porto, Archdaily disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/765378/casa-da-musica-oma>, 2014.
- 31 | p47 Planta da Cobertura com envolvente, Archdaily disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/765378/casa-da-musica-oma>, 2014.
- 32 | p47 Alçado Sudeste, Archdaily disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/765378/casa-da-musica-oma>, 2014.
- 33 | p50 Vista do 5º Alçado do CCBS, Alverca, Miguel Arruda Arquitectos Associados lda, 2017.
- 34 | p50 Interior do CCBS, Alverca, elaborado pela autora, 2017.
- 35 | p51 Planta da Cobertura, CCBS, Alverca, Habitar Portugal disponível em <http://0608.habitarportugal.org/ficha.htm?id=175>, 2017.
- 36 | p51 Planta do piso 0, CCBS, Alverca, Habitar Portugal disponível em <http://0608.habitarportugal.org/ficha.htm?id=175>, 2017.
- 37 | p51 Corte transversal do edifício, CCBS, Alverca, Habitar Portugal disponível em <http://0608.habitarportugal.org/hp2009/uploads/imgs/1243533501Q2oJK9wt1Bp49NU5.pdf>, 2017.
- 38 | p53 Pintura *Golconda* de René Magritte (1953), disponível em: <https://www.renemagritte.org/golconda.jsp>, 2009
- 39 | p55 Esquema da disposição física como forma de inibir ou fomentar o contacto visual e auditivo, La Humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios, 2009.
- 40 | p61 Imagem Conceptual – Pinturas a óleo “Lisboa XII” e “Lisboa XIII” por Maria de Lourdes Ribeiro, Museu Calouste Gulbenkian, 1978.

\_ introdução \_

\_ parte 02 \_

41|p65 Mapa de Lisboa com Marcação da Freguesia de Arroios, elaborado pela autora, 2017.

42|p65 Esquemas acerca de dados da freguesia de Arroios, elaborado pela autora, 2017.

43|p66 Zona envolvente com a proposta a cinzento, elaborado pela autora, 2017.

44|p71 Colégio de Santo Antão-o-Novo na Maquete de Lisboa antes do Terramoto de 1755, José Vicente, 2013.

45|p67 Esquema da proposta relativo ao existente (baixo) e ao proposto (cima), elaborado pela autora, 2017.

46|p73 Esquema dos hospitais que serão desativados no âmbito da construção no novo Hospital de Todos-os-Santos, elaborado pela autora, 2016.

47|p75 Fotografia da zona da intervenção, elaborado pela autora, 2016.

48|p75 Fotografia da zona da intervenção, elaborado pela autora, 2016.

49|p77 Maqueta urbana de estudo, com contextualização da proposta ao fundo, elaborado pela autora 2016.

50|p78 Torre de Santana na atualidade, elaborado pela autora 2017.

51|p79 Corte transversal onde é visível a Torre de Santana (à direita da proposta), elaborado pela autora, 2016.

52|p80 Esquema da proposta relativo aos espaços de uso público exteriores (praça, jardim e miradouro) e relativo aos acessos, elaborado pela autora, 2017.

53|p81 Fragmento da gravura Olisipo da obra Urbium Praecipuarum Mundi Theatrum Quintum, da autoria de Jorge Bráunio, 1593, Museu da Cidade, 2017.

54|p83 Maqueta de estudo do edifício em corte (fase inicial), elaborado pela autora, 2017.

55|p84 A cobertura como miradouro da cidade, elaborado pela autora, 2017.

56|p86 Esquiços com estudo das coberturas, elaborado pela autora, 2017.

57|p87 Esquiços do projeto, elaborado pela autora, 2017.

58|p88 Ilustração *Distopia*, uma discussão acerca da realidade, João Carola, 2014.

59, 60|p89 Excerto do documentário “Fundeadouro Romano em Olisipo” de Raul Losada, Observador, 2015.

61, 62|p89 Excerto do documentário “Fundeadouro Romano em Olisipo” de Raul Losada, Observador, 2015.



00

INTRODUÇÃO



O tema deste Trabalho Final de Mestrado, “Espaços de Uso Público como Processo de Revitalização da Cidade Consolidada”, tem origem na temática leccionada no 1º semestre (ano lectivo de 2016/2017) na unidade curricular de Laboratório de Projeto VI, que consistia na reinscrição das antigas contenções e limites da cidade de Lisboa, tendo como pano de fundo a importância cultural da memória e a inserção da mesma em estratégias de reabilitação urbana e arquitectónica, nomeadamente ao longo do traçado dos antigos limites da Cerca Fernandina de Lisboa, ou seja, a última grande cerca medieval da cidade.

O projeto enquadra-se na zona Sudeste da Colina de Santana, numa área já pertencente ao Hospital de S. José. Pretende operar um encontro entre as preexistências e o novo, numa cidade com história, em constante evolução. A falta de espaços públicos numa cidade construída e os planos de requalificação para o Convento de Santo Antão-o-Novo, atual hospital, tornam propícia a revitalização e inserção de um novo uso. Um uso de carácter público, uma nova praça, um novo jardim, uma nova rua e, o foco principal, um novo miradouro da cidade. Espaço esse que contém por baixo deste grande espaço público um museu que nos transporta para o passado de Lisboa mas, ao mesmo tempo nos remete para o futuro.



Centrando-nos no enquadramento histórico-cultural da cidade de Lisboa, o objectivo consistiu em promover a revitalização da zona Sul da Colina de Santana. Primeiramente num contexto de uma escala mais abrangente, ao nível da cidade, através de um novo eixo de uso público, que comunica com o centro histórico, fazendo assim a ligação entre várias centralidades, sem esquecer o acesso de diversas cotas tendo em conta o declive acentuado da zona de intervenção. Prontamente, já ao nível arquitetónico, há também a inclusão de um novo equipamento, um museu, associado à história da cidade, nomeadamente à Cerca Moura e à Cerca Fernandina e que, albergará o espólio acerca da evolução da capital. Pretende-se, com isto, que este novo equipamento seja o elo de ligação entre os indivíduos, a cultura e a cidade, colocando no mapa, a zona referida, que apesar da sua boa localização, se encontra um pouco esquecida.

Esta proposta procura intervir na cidade, ao nível da ressignificação da presença da Cerca Fernandina, por meio de memórias e do tratamento dos elementos físicos e simbólicos relevantes. Pretende-se que tal narre uma história do passado ao presente, que junte as várias gerações num espaço que pertença à cidade e aos indivíduos.

Numa aproximação teórica, procura-se denotar o papel do espaço público na cidade consolidada, isto é, sublinhar a pertinência do carácter público do espaço, ao serviço da população, e esclarecer alguns conceitos ao nível do espaço público, cidade e revitalização urbana, que, conjugados com os respectivos exemplos/casos de referência, sirvam, por sua vez, de justificação às opções de projeto.



De que modo se pode revitalizar a zona Sul da Colina de Santana gerando espaço público de qualidade e recriando referências identitárias face a este lugar? Esta corresponde à questão principal, que serve como ponto de partida para este Trabalho Final de Mestrado. Em complementaridade surgem outras questões, a saber:

- Terá um novo eixo de uso público força suficiente para revitalizar um espaço descaracterizado?
- Em que medida é possível intervir ao nível da resignificação dos elementos históricos, nomeadamente da presença da Cerca Fernandina na colina de Santana ?

A revitalização é possível, por meio da criação de espaços onde possa haver vida social, aproximando as pessoas, e dotando estes espaços de uma vivência urbana ativa.

Apesar da grande densidade de construção das cidades, é necessário também a existência de vazios urbanos, para que o tecido denso possa respirar, criando assim zonas públicas de estar (ruas, praças, jardins, etc), concebendo uma nova fração de cidade. Isto leva a uma valorização do vazio, em detrimento da constante consideração do cheio, sobretudo por interesses económicos. Ao projetar o espaço público como um núcleo que reúne diversas atividades e várias pessoas, de gerações diferentes, e com distintos modelos culturais de referência, é possível gerar um espaço promotor de encontro e de relações de sociabilidade.

Intervir ao nível da resignificação da presença da Cerca Fernandina na Colina de Santana, é trazer de volta uma memória, histórica, que fez parte da cidade e, que poderá voltar a fazer parte, mas de uma nova forma, adaptada à realidade atual.



A estrutura do trabalho é formada por duas partes principais. A primeira é relativa ao enquadramento teórico, que constitui as reflexões acerca do tema da cidade, e a dissecação deste sistema complexo em constante transformação. Esta tentativa de percepção deste processo de evolução é importante na medida em que facilita a compreensão da importância de determinados elementos urbanos e arquitetónicos isoladamente. Nas reflexões sobre este tema, foram indispensáveis as leituras de obras de pensadores como Jan Gehl, Jordi Borja, Aldo Rossi, entre outros.

Já a segunda parte, de aplicação prática, propõe uma perspetiva de revitalização, no contexto da cidade consolidada. Aborda a estratégia de intervenção na Colina de Santana e explora a influência que o desenho urbano e arquitetónico tem na qualificação do espaço, enquanto pedaço de cidade.

A metodologia adotada centra-se num conjunto de técnicas com vista a recolher e analisar a informação pertinente ao assunto tratado. Dada a natureza vasta e polivalente do desenho da cidade, o tema central, tornou-se necessário desenvolver três fases distintas do processo de investigação. A primeira prendeu-se com a pesquisa bibliográfica, isto é, centrou-se na recolha de dados referente aos temas a tratar, aos conceitos-chave e evolução temporal dos mesmos, por meio do estudo dos autores de referência, como os já mencionados. Esta fase está assim, diretamente ligada à primeira parte do trabalho, que se encontra por sua vez organizada em quatro diferentes escalas, a saber: a escala da cidade, a do espaço público, a do edifício e a o indivíduo, fazendo sempre o paralelismo com o espaço público. É também contemplada a pesquisa ao nível das heranças históricas, ligadas à evolução da cidade, as sedimentações e justificação das pré-existências urbanas para a melhor percepção das morfologias urbanas. Importa também referir a análise dos casos de referência presentes no trabalho que contribuiu para ilustrar uma perspectiva conceptual e servir de referência para a proposta projetual.

A segunda fase, consiste em trabalho de campo. Centra-se na avaliação do espaço de intervenção e zona envolvente, através das suas características físicas; avaliação do meio social e recolha de dados estatísticos; bem como análises e visitas ao mesmo para melhor compreensão do funcionamento atual; e sistematização das características. Já na fase 3, o objetivo é o de fazer o cruzamento de dados e retirar conclusões com vista à elaboração de exemplos de projeto, associados aos variados tópicos do estado de arte, para daí retirar ilações fundamentadas para as opções de projeto.

Em paralelo com as fases já mencionadas, e de natureza essencialmente prática, resulta um conjunto de estudos de projeto, dedicados à proposta de intervenção, na procura incessante da solução mais adequada ao local, que permita revitalizar a zona, através do diálogo entre o novo e o existente. A intervenção implicou a elaboração de múltiplos desenhos, desde a escala urbana à arquitetónica; análises urbanas, e ao nível do edificado da envolvente; maquetes de estudo de volumetria e auxílio de modelação digital em três dimensões. Para além destas ferramentas, foi necessário também considerar o cruzamento com a informação obtida ao longo da investigação, no sentido de conhecer a situação urbanística e social atual e, identificar as necessidades existentes, e motivadoras da proposta. A explicação destas decisões e da forma como o desenho urbano contribui para a requalificação de um pedaço de cidade está presente na segunda parte do trabalho, com o auxílio das peças desenhadas, desenhos esquemáticos, desenhos técnicos e maquetas. Mais se acrescenta que o resultado será a conversão dos resultados obtidos nas etapas referidas anteriormente, em forma de proposta projetual e documento teórico.

# 01

A CIDADE CONSOLIDADA





**FIG.01** | "A Cidade", Fernando de Azevedo, 1960-61



## PARTE 01 | NOTA INTRODUTÓRIA

Antes de mais, e uma vez que se trata de um conceito estruturante neste trabalho, parece-nos que se torna-se pertinente esclarecer o conceito de revitalização que, por diversas vezes será mencionado de forma recorrente neste documento. Segundo a Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada<sup>1</sup>, publicada em 1998, a revitalização urbana corresponde às “*operações destinadas a relançar a vida económica e social de uma zona da cidade*”, em decadência. A sua aplicabilidade torna-se oportuna e justificada em todas as zonas da cidade com uma identidade difusa e com características e dinâmicas pouco vincadas.

Este termo distingue-se de outros, como por exemplo, o de Renovação Urbana que engloba “*a demolição de estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a conseqüente substituição, com novas edificações, que atribuem uma nova estrutura funcional à área de intervenção. Estas estratégias desenvolvem-se sobre tecidos urbanos degradados, aos quais não se reconhece valor como património arquitectónico ou conjunto a preservar.*”<sup>2</sup>

Revitalização também não é equivalente a Reabilitação, que corresponde a uma “*estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, económicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.*”<sup>3</sup> Mais se acrescenta que a Reabilitação Urbana utiliza várias técnicas, ao nível da cidade, nomeadamente:

---

<sup>1</sup> Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada, realizada no 1º encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, IGESPAR, 1995

<sup>2</sup> Ibidem

<sup>3</sup> Ibidem

*a) renovação urbana - correspondendo a uma ação que implica a demolição das estruturas morfológicas e tipológicas, existentes numa área degradada, e a sua consequente substituição por um novo padrão, com novas edificações;*

*b) revitalização urbana - noção próxima da reabilitação urbana que engloba várias operações destinadas a impulsionar a vida económica e social de uma zona da cidade em decadência;*

*c) requalificação urbana - técnica que se aplica sobretudo a zonas funcionais da habitação, de forma a tornar a dar uma atividade adaptada ao contexto local;*

Posto isto, nesta primeira parte do documento, pretende-se fazer uma incursão sucinta sobre as várias dimensões da cidade. Em primeiro lugar começando desde a escala mais abrangente, a da cidade, com vista a perceber as várias dimensões paradigmáticas, um pouco para extrapolar o entendimento básico que existe da mesma e, no qual assentará a introdução deste tema na cidade de Lisboa, numa relação evolutiva, no sentido de interpretar os vestígios do desenvolvimento urbano ao longo do tempo, nomeadamente a relação com a Cerca Fernandina. Depois, há uma abordagem focalizada no espaço público e sobre sua importância no papel da revitalização, juntamente com a escala do edifício, sempre privilegiando o ponto de vista do indivíduo, como ator social que habita o espaço.

## 1.1 | DIMENSÃO PARADIGMÁTICA O CHEIO E O VAZIO

Ao abordar-se o tema do espaço público enquanto elemento fulcral na estruturação do meio urbano, torna-se essencial a referência à cidade. Como tal, em primeiro lugar, dar a conhecer as várias correntes de pensamento, que descrevem as formas urbanas e, de seguida, perceber a evolução do conceito ao longo do tempo, constituindo estes os tópicos principais para a abordagem a realizar, bem como a ligação entre a cidade e o produtor da mesma.

A cidade pode ser definida como *“agrupamento de populações que não produzam elas próprias os seus meios de subsistência alimentar (...) a dinâmica da urbanização está ligada ao potencial de interações que as cidades oferecem à sua urbanidade, isto é, ao poder multiforme que gera o reagrupamento de grandes quantidades de população num mesmo lugar.”* (Ascher, 2010, p.21). De salientar que, a cidade é, hoje em dia, a escolha da maioria da população mundial, ao contrário do que acontecia até finais da década de 60, do século passado, tornando pertinente a abordagem aos espaços públicos nela existentes. Segundo a ONU<sup>4</sup>(2015) em 2014 a população global em áreas urbanas era de 3,9 mil milhões de pessoas (cerca de 54%), tendência é para aumentar, para uma expectativa de 6,3 mil milhões em 2050 (66%).

Segundo Lynch (1960), existe um conjunto de elementos que configuram a imagem urbana, que relacionados entre si, operam na identificação das formas da cidade, sendo de salientar as vias, os limites, os bairros, os cruzamentos e os pontos marcantes. Nenhum destes elementos existe isoladamente, pelo contrário, há uma ligação direta entre os mesmos e com um certo sentido de complementaridade, por isso mesmo, encontram-se numa situação de paridade em termos de grau de importância, pois uns não sobrevivem sem outros, *“os bairros contêm cruzamentos na sua estrutura, são demarcados por limites, cruzados por vias e salpicados por elementos marcantes”* (Lynch, 1996, p.60).

---

<sup>4</sup> Revisão do relatório de 2014 “world Urbanization Prospects” disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Report.pdf>, p.7-12

Os elementos acima mencionados, são apenas a matéria-prima daquilo que é a imagem urbana, trabalhados em harmonia de forma a adquirir uma forma bem conseguida. Para Carter (1972) existe uma corrente narrativa, que tende à descrição das formas urbanas ao longo do tempo. A esta corrente mencionada opõe 3 modos de abordagem mais dinâmicos:

- (i) aspectos políticos, culturais, religiosos e económicos;
- (ii) análise da planta da cidade tripartida, constituída por 3 elementos (Fig.2), o lote, o edifício e a rua, desenvolvida por Conzen (1960);
- (iii) associar a forma urbana aos intervenientes envolvidos na sua transformação.

Sobre a interação espaço e sociedade, segundo Lefebvre “*A cidade transforma-se, assim, quando a sociedade no seu conjunto se transforma, (...) depende também (...) das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e os grupos que compõem a sociedade*” (Lefebvre, 2000, p. 55) .

O que o autor parece querer dizer é que existe uma relação direta entre a evolução da própria cidade e o que nela acontece, em termos sociais. As relações sociais que, no seu conjunto, configuram uma certa identidade em relação ao lugar, integrando, um conjunto de memórias.

Qualquer memória que tenhamos encontra-se relacionada com um conjunto de elementos, como palavras, pessoas, datas, lugares, ou seja, um meio social, pois a memória é construída num determinado contexto social, espacial e temporal. Apesar de ser um fenómeno que diz respeito ao mais íntimo, este deve ser também entendido como um fenómeno social. Isto significa que, a própria cidade é, não só, ela própria um baú cheio de memórias, como também, parte integrante do processo desta criação de várias recordações. Tal como defende Rossi “*a própria cidade é a memória colectiva dos povos; e tal como a memória está ligada a factos e a lugares, a cidade é o locus da memória colectiva.*” (Rossi, 2001, p.192).



**Fig.02** | Calçada de Santana e os 3 elementos básicos da paisagem urbana (o lote, o edifício e a rua) desenvolvidos por Cozen, Marisa Machado, 2017

A imagem urbana apresenta várias conjunções e disjunções, um todo e uma soma de partes, compondo-se de diferentes escalas de análise. *“Não esqueçamos as dimensões. A cidade tem uma dimensão simbólica; os monumentos mas também os vazios, praças e avenidas, simbolizam o cosmos, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado. A cidade possui uma dimensão paradigmática; ela implica e demonstra oposições, o dentro e o fora, o centro e a periferia (...) ela possui também a dimensão sintagmática : ligação de elementos, articulação de isotopias e de heterotopias.”* (Lefebvre, 2000, p.74).

Segundo Fernando Távora (2006), *o espaço que se deixa é tão importante como o espaço que se preenche*. Há duas formas de relacionar esta dicotomia cheio/ vazio. Na primeira, a cidade é vista como um cenário aberto, no qual são introduzidos elementos, dentro de um território. Aqui, os elementos positivos são os edifícios, e o vazio é encarado como o espaço em que estes são vistos, o fundo. Na segunda, a cidade é tratada como um agregado sólido em que o espaço aberto livre parece ser escavado. Nesta, o espaço em si, tipicamente reconhecido como espaço público, é o elemento positivo, não uma ausência de algo por preencher, os edifícios são encarados apenas como enquadramento.

Não esquecer que a leitura que se tem do espaço, é dada pela relação entre os vazios e os cheios que o definem, de uma forma contida e possibilitam, no seu conjunto, a identificação de uma rua, uma praça, um jardim, onde se pode circular. Lucrecio dizia <sup>5</sup> *“toda a natureza se baseia em duas coisas, há corpos e há o vazio em que os corpos têm o seu lugar e em que se movem “*.

Importa referir que, este vazio essencialmente adotado como espaço público é uma oportunidade para que se faça justiça urbana. O espaço público não pode ser encarado como espaço residual, entre o que está a ser construído e o espaço das vias, deve sim, ser considerado como elemento ordenador do urbanismo, pois é este que pode suportar um território apto a sustentar usos e funções diversificadas, com a capacidade de espaços de continuidade, ordenados de bairro, articuladores da cidade e estruturadores (Brandão, 2000, p.84).

---

<sup>5</sup> Lucrecio 420, cit. por Norberg-Schulz, 1975, p.10



**Fig.03** | Esquema dos antigos limites defensivos (de cima para baixo), o limite de Alcáçova, a Cerca Moura e a Cerca Fernandina, Marisa Machado, 2017

Esta dualidade entre edifícios construídos no espaço, e espaços formados dentro a massa já edificada têm em comum a formação de uma composição coesa, gerada por um desenho urbano, considerando as relações em que as formas não entrem em conflito. Tal é visível com o poder que a Cerca Fernandina<sup>6</sup> (Fig.3) teve ao reunir dentro dos seus limites um cheio, deixando em aberto o que se encontrava fora, o que aconteceu até aos limites se tornarem prescindíveis, numa cidade em desenvolvimento. Sobre isto iremos aprofundar mais à frente.

Acrescido a isto, surge uma outra dimensão, a da identidade do local, devido à existência de um passado. Esta noção é, por várias vezes, invocada em processos de revitalização. Esta conexão entre identidade e memória, já referida anteriormente, cria um certo encadeamento de acontecimentos, determinados gestos, atitudes e comportamentos da vida quotidiana e que são o elemento de ligação entre o indivíduo e o grupo social que, por sua vez, determina certas escolhas, seja na formação do espaço público, seja para justificar a existência de determinados edifícios.

De uma visão geral, a cidade de hoje é ela própria um cheio, um cheio que tudo integra, que funciona como um organismo pois está em constante transformação. Contudo, apesar das constantes mudanças, existe sempre uma ligação ao existente, seja ela de continuidade ou total ruptura, traços em comum que remetem para a sua própria identidade.

<sup>6</sup> “Reconhecida inútil, nos fins do 4º quartel do século XIV, para a defesa de Lisboa, a cerca das muralhas mouras ou visigóticas que então envolviam o povoado da cidade, e insuficiente para a proteção dos extensos bairros habitados e comerciais que se haviam formado dum e doutro lado da antiga cidade mourisca, resolveu o Rei D.Fernando (...) manda reconstruir , nesse mesmo ano, uma nova cinta de muralhas, como era uso na Idade Média, para defender a capital do Reino contra nova e provável investida do exército castelhano. (...) Esta linha de muralhas ficou conhecida por Cerca Nova, em oposição à Cerca Velha ou Antiga, e também por Cerca de D.Fernando ou Fernandina, designações evocadoras do rei que a mandou construir”, (Silva, 1987, p.7)

## 1.2 | DIMENSÃO PARADIGMÁTICA

### O DENTRO, A O FORA E O ENTRE

*“Sem atividade entre os edifícios, as variadas formas de transição entre estar só e estar acompanhado desaparecem.” (Gehl, 2009, p.23)*

A cidade vai para além do somatório dos seus habitantes, existe um dentro associado ao habitar e um fora associado às relações sociais, embora esta linha seja cada vez mais ténue. Isto porque espaços públicos, não são única e exclusivamente aqueles que foram pensados para tal, não são apenas exteriores, não são apenas resultado do vazio. São também outros espaços, o entre, um espaço de transição, um equipamento cultural, um café e estes são apenas alguns exemplos.

Esta perspectiva de dentro e fora é associável às muralhas de Lisboa, os limites que se estabeleciam então permitiam dividir o que era a cidade, do que eram os arrabaldes, o entre, esse correspondia à própria cerca, ao caminho de ronda que permitia circundar a cidade, com o objectivo de vigilância para assegurar a segurança da cidade. Este paradigma dentro /fora, interior/exterior não existe um sem o outro, estão estritamente relacionados e dependentes entre si, embora essa fronteira que os estabelece possa ser muito tímida. Tal como afirmava Ascher (2010), num mundo pouco seguro, as sociedades medievais refugiavam-se atrás das muralhas. Atualmente, não passa de um marco com valor histórico, uma referência a considerar nas constantes transformações do meio urbano *“mas com o tempo a cidade cresce sobre si mesma; adquire consciência e memória de si própria (...) permanecem os motivos originários, mas ao mesmo tempo a cidade esclarece e modifica os motivos do seu próprio desenvolvimento”* (Rossi, 2001, p.31).

A vida entre o construído é, primordialmente, o conjunto de contactos de baixa intensidade, aparentemente insignificantes, mas constituem um ponto de partida para contactos de outro nível, demonstrando-se assim essenciais como a base para interações mais completas, “a mercadoria mais importante que se troca na cidade é a conversa”<sup>7</sup>. As atividades mais básicas são assim usadas como início de outras mais complexas, pois se é atrativo caminhar, estar sentado, ver, ouvir, falar, significa que o outro leque de atividades, jogos, eventos, etc., se possa também desenrolar de forma natural, a partir destas mesmas ações simples do quotidiano, “os grandes acontecimentos desenrolam-se a partir de muitos outros pequenos” (Gehl, 2009, p.145) .

O estar em contacto com um desconhecido, proporciona mais ligações base existentes em contexto urbano, o que demonstra uma certa abertura e permeabilidade à cultura na qual os indivíduos estão inseridos. “O tecido social constituído pelas relações sociais contemporâneas muda assim de textura. É cada vez mais composto por uma multiplicidade de fios, muito finos, de todos os tipos, que não lhe dão menos solidez mas muito mais subtileza e elasticidade.” (Ascher, 2010, p.45-46). Estes contactos estabelecidos entre o construído, tornam-se hoje cada vez mais complexos<sup>8</sup> e a delimitação do espaço onde estes acontece é cada vez mais frágil. A forma como se estabelece esta ligação entre dois ambientes diferentes atribui um dramatismo às relações espaciais, aos pontos de vista, às ligações, às entradas. Atualmente, a cidade continua a desenvolver-se de fora para dentro, desde o espaço público exterior, até ao espaço privado, (dentro de casa). Ruas que confluem numa praça que contém edifícios importantes. O modo como a envolvente privada invade a esfera da vida pública é reveladora da importância do espaço público para uma cultura.

---

<sup>7</sup> “Desta forma, os equipamentos mais importantes são os cafés, os lugares de encontro (...) que devem situar-se nos pisos térreos de todos os edifícios, especialmente nas áreas centrais.”, enunciado pelo diretor de planeamento de Londres, Seminário Internacional em Buenos Aires, 1977, in *Espaço público e interdisciplinaridade*, 2000, p.85

<sup>8</sup> “O social compõem-se hoje de indivíduos de múltiplas pertenças, ou seja, que se constroem cada um em vários campos sociais distintos (...) Os indivíduos estão portanto, em campos sociais distintos (...) eles interagem num com os colegas, segundo uma sintaxe profissional, num outro com os pais segundo uma sintaxe familiar, num terceiro com os parceiros segundo uma sintaxe desportiva, etc.” (Ascher, 2010, p.46-47).

### 1.3 | A PRESENÇA DA CERCA FERNANDINA NA CIDADE DE LISBOA

*“Lisboa, sabes... Eu sei. É uma rapariga descalça e leve, um vento súbito e claro nos cabelos, algumas rugas finas a espreitar-lhe os olhos, a solidão aberta nos lábios e nos dedos, descendo degraus e degraus e degraus até ao rio. Eu sei. E tu, sabias?”*

(Eugénio de Andrade, in Até Amanhã, 1956)

A cidade, iniciada na Colina do Castelo de S.Jorge, começou por se estender na vertente Este até ao Tejo e, lentamente, foi apoderando-se dos terrenos férteis adjacentes. Dizia-se outrora estar construída sobre 7 colinas (Castelo, Chagas, Sant’Ana, Santa Catarina, Santo André, S. Roque e S. Vicente), mas a verdade é que se alastrou muito para além destes limites.

O crescimento, em meados do século XIV, acentua-se, devido à grande migração de pessoas oriundas de outras partes do Reino. Este teve uma dimensão tal, que acabou por ser um dos motivos para D. Fernando proceder à construção de novos limites. Esta formulação da ideia de muralha teve, quase sempre, ligação com a própria definição de imaginário de cidade.

O ritmo de crescimento da cidade, até à reforma pombalina, foi perceptível apenas pela dilatação do perímetro da muralha durante a Baixa Idade Média. A Cerca Fernandina era aquilo que para o cidadão comum continuava a definir o limite urbano da cidade, e os espaços residuais resultantes das suas velhas portas (as grandes entradas da cidade) mantinham-se. Ao longo do século XVII a noção destes limites, foi sendo ultrapassada em especial devido ao ritmo e densidade de ocupação, sobretudo ao longo do eixo que das antigas portas de S.Catarina acompanhava o rio.



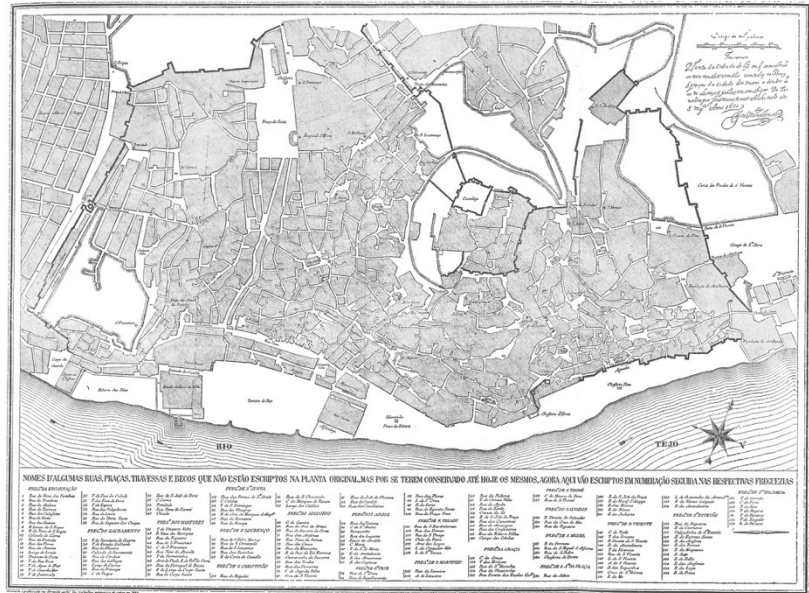
**Fig.04** | O traçado das muralhas na relação com a topografia (para melhor visualização consultar anexo) biblioteca Nacional, 1892

O crescimento do lado ocidental continuava o processo de séculos, o tal que fizera a cidade crescer da colina do castelo para o vale a poente e a vizinha colina de S.Francisco. Esta fora pela muralha Fernandina incluída como reserva de crescimento da cidade, mas a presença de alguns conventos religiosos com as respetivas cercas, ocupando zonas livres mas com boa acessibilidade, ofereceu durante décadas resistência à sua ocupação, especialmente por parte dos Franciscanos. No entanto, de forma espontânea estas casas religiosas foram aliciando algumas casas e barracas, que preencheram ao longo do tempo os espaços desafogados que restavam. A partir daí se foram definindo algumas ruas como a Rua do Salitre, a Rua da Cotovia e a Rua de S.Bento.

Os conventos detinham assim o papel de autênticos promotores do crescimento urbanístico, “*elementos especiais que podem acelerar ou retardar o processo urbano*” (Portas,2007,p.88).

Dessa ocupação lenta, produzida ao longo do século XV, poderá ter resultado a relativa arrumação das manchas edificadas, legível na planta de J. N. Tinoco de 1650 (Fig.5 e 6 da página seguinte), apesar da topografia de então ser ainda mais irregular que a da atualidade.

O preenchimento desta área gerou tensões óbvias sobre as que imediatamente a nascente se encontravam livres, embora já fora dos limites. Como resposta, diga-se que um pouco atrasada, a esta pressão nasceu a Vila Nova de Andrade, primeira designação do atual Bairro Alto. Esta zona, em conjugação com o núcleo jesuíta de S.Roque, estabeleceu uma das primeiras zonas do crescimento programado da cidade. As vias da cidade foram estabelecidas por um processo orgânico, que se estruturava fundamentalmente sob as linhas de festo, ou em linhas de vale.



**Fig.05** | Planta de João Tinoco, cópia da original de 1650, biblioteca Nacional, 1850 ( a mais antiga carta de Lisboa, onde são visíveis a Cerca Velha e a Cerca Fernandina, delimitada a Norte pela Calçada da Glória e Calçada do Monte, a oriente pelo Campo de Santa Clara e, a ocidente pelo Largo do Corpo Santo.



**Fig.06** | Ampliação da Planta de João Tinoco, cópia da original de 1650, biblioteca Nacional, 1850

Paralelamente ao crescimento da cidade, tal como indica Vieira da Silva (1987), foi-lhe criado um limite urbano que, se não veio a ter no terreno expressão significativa, estabeleceu uma imagem virtual de grande importância para quem teve de decidir acerca do seu futuro. O mais importante vestígio é a Estrada da Circunvalação, - que tinha também o objectivo de impor limites à cidade, quando pouco já havia da Cerca Nova - reconhecida no século XIX, embora bastante transformada na passagem para o presente. O que subsiste, hoje, de medieval, está presente nos bairros mais antigos como Alfama e Mouraria, o símbolo maior que é o Castelo de S. Jorge<sup>9</sup>, e os poucos vestígios da Cerca Fernandina, a Cerca Nova, que resistiram ao tempo, fazendo parte integrante da evolução urbana da cidade e, por isso, merecendo a preservação da sua memória.

Aquando a construção, no ano de 1373, ordenada por D.Fernando, o objectivo era o de cercar a cidade de Lisboa e impedir um ataque fácil do inimigo. Estendendo-se da colina do castelo e a zona a sul, até ao rio Tejo, esta obra de fortificação foi considerada a mais importante realizada na Idade Média. Cerca de 6,6 vezes superior à área da antiga cerca (15,68km<sup>2</sup>),<sup>10</sup> esta muralha também denominada de cerca nova abrangia uma área superior a 100 hectares, com o intuito de abraçar a cidade que tinha crescido para além dos limites da antiga cerca.

Os territórios anexados ao centro da cidade foram os cercados e limitados pela cerca, Monte de Sant'Ana, Montes de S. Roque e de S. Francisco, Monte da Graça e Santa Clara. O percurso tinha início junto à Porta da Traição, descia por S. Lourenço, onde se encontrava a primeira porta, com o mesmo nome. Seguia para a Mouraria, subia ao Jogo da Péla, atravessava a calçada de Sant'Ana, descendo por entre o Beco de S.Luís e o Convento da Encarnação. Já no Rossio, subia a S.Roque, descendo progressivamente ao Largo do Chiado, seguindo para o Cais do Sodré, continuando pelo Terreiro do Paço. Continuando até ao Mosteiro de S.Vicente de Fora, até à Graça, abria a porta de Santo André e seguia até rematar no castelo, junto à Porta do Moniz.

---

<sup>9</sup> Embora tenha sofrido alterações - nomeadamente nos anos 40, com monumentais obras de restauro, altura em que são resgatados vestígios do antigo Paço Real.

<sup>10</sup> Números aproximados, obtidos por A.Vieira da Silva, (em "A Cerca Fernandina) com o intuito de dar uma ideia aproximada das proporções da fortificação, 1987, p.18.

Na ocasião da construção, constam cerca de 35 portas e postigos (aberturas de menores dimensões), ao longo da construção. Algumas das portas serviam também de controlo de entrada e saída de mercadorias. Quanto à materialidade, era a alvenaria que se impunha na época, uns elementos totalmente maciços e outros, formados por dois panos paralelos, preenchidos com taipa, ambos de espessura considerável.

No período medieval, a muralha tinha um papel limitador no espaço da cidade. Protegia os interesses comerciais dos cidadãos, pois tinha acessos restritos, o que permitia um maior controlo das entradas e saídas das mercadorias.

A Cerca acabou por ser a primeira grande barreira entre a relação da cidade, com a própria Colina mas, por outro lado aproximou a cidade ao rio. Inicialmente, a zona do bairro de Santana era dotada apenas de um postigo, entre as portas de Santo Antão e as portas da Mouraria, à Calçada de Santana. Foi devido à pressão demográfica que houve a transformação deste postigo em porta e houve a abertura de mais dois postigos, não deixando, no entanto, de o bairro ter sido traçado em função desta barreira. Ainda no bairro, a calçada de Santana, eixo estruturante desta parte da cidade, é de uma regularidade rara tendo em conta a topografia acidentada em que se insere, contudo, acaba de uma forma mais irregular, provavelmente como sistema de defesa, no ponto em que se ligaria à cota mais baixa, junto ao Rossio. Atualmente, esta característica acaba por impedir a continuidade que seria desejável, contribuindo para a desintegração, em relação ao resto da cidade, independentemente da sua centralidade.



**Fig.07** | Traçado da Cerca Fernandina (a preto) na planta atual da cidade (edifícios atuais a cinzento), adaptado pela autora, 2016

No final do século XIV, a partir do momento em que deixou de assistir o objectivo para o qual foi criada e, associado também ao crescimento da cidade a Cerca, progressivamente, apaga-se e encobre-se com as sucessivas construções, sendo por vezes, integrada nas mesmas (tal como é possível ver hoje na Colina de Santana, na zona de intervenção do projeto, como veremos mais detalhadamente no capítulo III), ou adulterada.

O terramoto ocorrido em 1755, que deitou por terra a cidade, é também ele motivador do desaparecimento de alguns elementos (fig.8). Lisboa já havia sentido muitos terremotos até então, mas todos de dimensões e consequências menores. Ruíram edifícios importantes como o Teatro da Ópera, o Palácio Real e o Arquivo da Torre do Tombo. Os edifícios que não foram destruídos diretamente pelo terramoto, foram devido ao incêndio que, durante 6 dias, completou o cenário de devastação de toda a zona baixa da cidade (fig.9). Quanto à fase seguinte, *“o terramoto durante o reinado de D. José, e a posterior reconstrução das áreas destruídas constituir-se-ão como a primeira e efetiva oportunidade real de planeamento da cidade e sua execução, mas a que escapa a Colina de Santana. Tendo-se optado fundamentalmente pela reconstrução da Baixa, que já era o centro nevrálgico da cidade, a Colina de Santana é excluída da área de intervenção por ser demasiado periférica”*.<sup>11</sup>



**Fig.08** | Fotografia da maquete de Lisboa antes do terramoto, patente no Museu da Cidade, Marisa Machado, 2017

<sup>11</sup> Documento Estratégico de Intervenção na Colina de Santana, Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa, Março de 2014.

**Fig.09** | Extrato da Gravura "*Triste tableau des effects causes par le Tremblement de terre et incendies arrivés a Lisbonne le 1er Novembre*", Uma das muitas gravuras francesas e alemãs que registaram a catástrofe., Museu da Cidade. 2ª metade do séc.XVIII



Mais tarde, *“em 1888 arranca o plano de Ressano Garcia para a expansão norte da cidade. Uma vez mais, a Colina de Santana escapa ao traçado urbano, desta vez não pelo seu carácter periférico, como terá ocorrido com o Plano de Pombal para a Baixa Pombalina, mas sim pelo seu carácter já demasiado central e consolidado, já que o plano das Avenidas Novas andou sobretudo à ilharga da cidade consolidada, se excetuarmos o traçado da Avenida Almirante Reis.”*<sup>12</sup>, e mais acrescenta *“o traçado regular destas grandes operações irá ainda reforçar, por contraste, o carácter inusitado do desenho do espaço público e da estrutura cadastral da Colina de Santana”*.<sup>13</sup>

A equipa, coordenada por Ressano Garcia traçou não só o Plano das Avenidas Novas como também novos bairros, nomeadamente Campo de Ourique e Estefânia. Estas mudanças tornaram possível a modernização da cidade e cumpriam os princípios fundamentais do urbanismo dos finais do século XIX. Apesar das alterações na cidade, as vias continuavam articuladas com a cidade antiga e, transportavam para zonas não urbanizadas o tecido básico de Lisboa, num respeito pelo construído.

O desafio atual, é determinar, neste palimpsesto a imagem urbana e a identidade da cidade e dos que nela habitam, numa relação direta com a memória e elementos históricos. Isto torna-se fundamental para a reinterpretação das pistas que os lugares vão deixando, como é o caso dos vestígios das cercas defensivas que ponteiavam a cidade.

---

<sup>12</sup> Documento Estratégico de Intervenção na Colina de Santana, Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa, Março de 2014, p.10

<sup>13</sup> Ibidem, p.10

Ao longo dos tempos, foram realizadas algumas ações com vista à preservação da memória desta muralha, classificada como Monumento Nacional desde 1910. Uma das intervenções, atravessa o largo do Martim Moniz e, representa de alguma forma a muralha que em tempos ali existiu e fazia a ligação à Torre do Jogo da Pela (Fig.10). Esta, apesar de descaracterizada devido às alterações que sucederam à sua criação, mantém uma boa leitura dos alinhamentos e da presença da Torre. No Espaço Chiado, no início dos anos 90, nas obras de reconversão do edifício, foram descobertos alguns elementos da cerca, bem como uma Torre. Estes foram musealizados e são hoje visitáveis, embora já completamente descontextualizados pela envolvente que os engoliu. Para além destes vestígios mencionados, é possível avistar, embora não recuperada como nos casos anteriores, a Torre de Santana, que fará parte da proposta de intervenção, *“eleva-se, altaneira, o melhor documento fernandino – uma alta torre de eirado, grossa, bem mantida, certamente de baluarte importante. Encrava-se no prédio nº120 da Calçada de Santana (...) tem entrada pelo terceiro andar e deve medir no eirado cerca de 35 metros quadrados. Prolongava-se a muralha pela porta de Santana ou Arco, que ali se abria, até defronte da atual cortina murada a nascente das Escadinhas de S.Luís, deixando dentro o Mosteiro da Encarnação.”*<sup>14</sup>



Fig.10 | Torre do Jogo da Pela, Marisa Machado, 2016

Atualmente, a metrópole funciona para além dos seus limites físicos, a sua importância faz-se sentir muito além do espaço que esta ocupa, o que confere à cidade um espírito distinto, “ a pessoa não termina nos limites do seu corpo físico ou do espaço em que a sua atividade se desenrola diretamente”.<sup>15</sup> Esta evolução da cidade, abordada aqui serve também para reforçar que a cidade tem um passado e uma história que não podem ser ignoradas e que, pelo contrário devem ser preservadas *“uma vez que a cidade é produto do crescimento e não da criação instantânea, é de esperar que as suas influências sobre os modos de vida não consigam apagar por completo os anteriores tipos de associação humana”*.<sup>16</sup>



Fig.11 | Cerca fernandina vista da Travessa Gaspar Trigo, Marisa Machado, 2017

<sup>14</sup> SAMPAIO, Norberto, *Vestígios Vivos das Muralhas de Lisboa*, in: *Olisipo – Boletim do grupo Amigos de Lisboa*, Abril de 1938, nº2, p.22-23

<sup>15</sup> SIMMEL, Georg, *A Metrópole e a Vida do Espírito*, in: FORTUNA, Carlos, *Cidade Cultura e Globalização*, Oeiras: Celta Editora, p.39

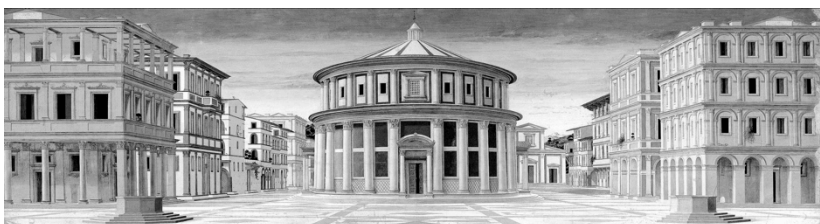
<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 46

## 2.1 | A IMPORTÂNCIA DO LUGAR PÚBLICO NA CIDADE

*“O espaço público é fundamental para o funcionamento de todas as cidades e contribui para a identificação de cada cidade”* (Indovina, 2002, p.119)

A importância dos espaços de interação social remonta à cidade ancestral, o homem sempre teve a necessidade de se relacionar. É em torno do mercado, importante no armazenamento e distribuição, que emergem as primeiras grandes preocupações referentes ao lugar público. Mais tarde, no desenvolvimento da cidade grega, por volta de VIII a.C., é quando surge a *Ágora*, o local mais importante da cidade, onde se encontra o comércio, bem como, edifícios públicos que circundam este novo espaço, conformando um espaço público, uma praça. Outro agente importante na cidade grega é o facto de ser, pela primeira vez, uma cidade pontuada com construções de uso geral, nomeadamente, as praças, os mercados, os edifícios públicos, os estádios, as ruas. Deste modo, vê-se surgir uma maior abertura às diversões, a vida em sociedade ganha mais importância do que tinha até então, e os espaços em que isso se torna possível passam a ter destaque, e gradualmente vão ocupando o seu lugar no tecido urbano.

A reflexão em torno dos modelos de cidade, teve particular vigor ao longo do século XV, no período renascentista, sendo notória a busca pela cidade perfeita. Os ideais regiam-se pelo pensamento da época, muito racionalista, onde prevalecia a harmonia, e a composição ideal, defendida pelos utopistas nesta procura de *Città Ideale*, como é perceptível na pintura de Piero della Francesca (Fig.12) - um espaço público que acentua a simetria dada pela composição e linguagem dos edifícios que o envolvem.



**Fig.12** | *Città Ideale* de Piero della Francesca (1480-90), disponível em <http://www.cittaideale.info>

É certo que os espaços públicos configuram uma rede continuada que se alarga a toda área urbana, assumindo diferentes papéis. Agem portanto, como elemento articulador e de elo de ligação entre a área urbana e a sua envolvente territorial. É necessário compreender que não são os edifícios, são as pessoas e os acontecimentos que é necessário agrupar (Gehl, 2009, p.93). Qualquer que seja o espaço, existe uma série de movimentos e dinâmicas que precisamos de compreender, pois estes dirigem as forças orientadas para a continuidade que se pretende nos fluxos da cidade, “para compreender e tornar transparente esta cidade é necessário seguir/rua após rua, praça após praça.”<sup>17</sup>

Um espaço público de qualidade é aquele em que o desenho serve o objectivo, fomentando locais de forte centralidade e sentido de cidadania, integrado à escala da realidade local, atrativo e de fácil utilização.



**Fig.13|** Diferentes formas de contacto humano no espaço público da cidade, Marisa Machado, 2016.

<sup>17</sup>Jorge, João Miguel Fernandes, *Alguns Circulos*, Lisboa: Moraes, 1975, p.30



**Fig.14,15,16** | Cidade como Cenário à vida urbana, Cais das Colunas, Marisa Machado, 2016.

A Carta Estratégica de Lisboa (2009), a concretizar até 2024, tem com um dos objectivos tornar Lisboa uma cidade amigável, segura e inclusiva para todos. Aponta não a insuficiência, mas a obstrução do espaço público como principal responsável pela exclusão a que estão sujeitos alguns dos habitantes. Para dar resposta a estes problemas são propostas algumas medidas, a saber :

- mudanças no sentido de reduzir progressivamente o uso do transporte privado em Lisboa (ex. aumentar a oferta de estacionamento junto às entradas da cidade, bem como os pontos de mudança intermodal para a rede de transportes públicos );

- recuperação dos centros históricos, de modo torná-los atrativos para a vida contemporânea (ex. revitalização dos espaços públicos degradados);

- revitalização dos bairros mais periféricos (ex. conversão dos pisos térreos dos edifícios de habitação, em espaços comerciais/restauração, para uma maior relação com a rua);

Um dos exemplos, em Lisboa, que demonstra a importância que o espaço público tem na qualidade de vida urbana é a requalificação da Praça Europa, no Cais do Sodré, em 2017, bem como toda a requalificação da zona ribeirinha envolvente, a ribeira das Naus, concluída em 2014 (Fig.17).



Fig.17 | Ribeira das Naus, Lisboa,  
Marisa Machado, 2016

A praça é a ligação de dois eixos, o do Chiado mas também o ribeirinho. Graças à requalificação do Jardim Roque Gameiro, juntamente com a praça Duque da Terceira, o enquadramento do Chiado ao Cais é agora mais limpo, onde o Tejo vai espreitando, durante o percurso. O eixo ribeirinho acaba por ser a prova de que o espaço público pode ter múltiplos usos e ser multigeracional, desde o desporto ao lazer, bem como eventos culturais, artísticos e outros, *“numa perspectiva histórico-cultural, verificamos que a relação da cidade com as suas frentes de água tem sofrido alterações significativas, em grande medida decorrentes dos processos de mudança a um nível mais geral, sobretudo de ordem económica e social”* (Ferreira, 2004, p.28).

## 2.2 | A VIDA ENTRE OS EDIFÍCIOS

## A RUA, A PRAÇA, O JARDIM

*”Durante anos pensei que a arquitetura era algo diferente, algo especial, sublime e sobrenatural, algo parecido com uma intocável virgem branca (...) Passaram anos. Vi edifícios e conheci arquiteturas. Compreendi que um edifício não consiste numa bonita planta nem numa bela fotografia (...) Então pensei que a arquitetura era sobretudo um acontecimento, como tantos outros que povoam a vida dos homens e, como todos os acontecimentos, sujeita às contingências da vida colectiva”*

(TÁVORA, Fernando, in TRIGUEIROS, Luíz, 1993, p.90)

Partindo da dicotomia cheio/vazio, em relação à cidade, é certo que o espaço não construído é, em grande parte, o espaço público exterior: a praça, a rua, o jardim. Estes são reconhecidos como sendo de todos. A origem destes espaços, acaba por ser uma resposta classista- ao processo de apropriação privada da cidade.

O crescimento da cidade privada dá-se quando a desorganização das antigas ruas e cidades é substituída por um tipo de experiência urbana ponderada, controlada e organizada, intimamente ligada a uma fusão do consumo, do entretenimento e da cultura de massas. Estes desenvolvimentos quase urbanos tentam prover de toda a energia, variedade, estímulo visual e oportunidades de cultura das coisas reais, mas ao mesmo tempo deixam de fora os problemas que acompanham a vida urbana, tais como a pobreza e o crime, pondo fim às misturas entre classes<sup>18</sup>.

Igualmente, o espaço público da cidade, encadeia múltiplos desafios e assegura uma ou várias das seguintes funções : trânsito, serviço, acolhimento (Asher, 2010). Corresponde à base das cidades, uma vez que as cidades estruturam-se em função dos fluidos, quer de pessoas quer de mercadorias, em primeiro lugar de grandes eixos e, continuando por ramificações secundárias e terciárias.

---

<sup>18</sup> Hanningan, cit. por Brandão, 2000, p.85

De um ponto de vista funcional, a rua, é por excelência, um espaço para se circular. No caso de ser pedonal, o percurso deve ser pontuado por vários acontecimentos para que não engendre uma circulação monótona. A presença do carro, é um fator condicionante à vida social exterior, o círculo de possibilidades diminui quando reduzimos a rua estritamente a uma das suas potencialidades. As ruas e praças sem a presença de carros tornam-se reveladoras de uma vida muito mais intensa do que espaços exteriores onde coexistam pessoas e carros. Neste caso, não existe o contacto direto com o espaço, com os outros indivíduos, com a chuva e o sol, o calor e o frio.

A cidade de Veneza é um exemplo disso (Fig.18 e 19), caracterizada pelas suas ruas pedonais, a escala da cidade está em harmonia tanto na dimensão como na distribuição dos usos, em relação ao utilizador, o indivíduo. A velocidade de circulação das ruas é bem menor, comparada com ruas onde o carro é permitido, logo a quantidade de pessoas nas ruas será maior, uma vez que cada indivíduo estará dentro do campo visual mais tempo, este é um dos motivos para o nível de atividade que existe em Veneza, “*tráfego lento significa cidades animadas*” (Gehl, 2009, p.87).

Veneza está implantada por entre os diversos canais, que afluem no mar, um deles, o Canal Grande, atravessa a cidade em forma de um “S”, separa o centro político do comercial, ligados por uma ponte. Uma cidade que continua a preservar alguns princípios da cidade tradicional, pois continua em harmonia com o indivíduo enquanto pedestre, a dimensão das ruas, as praças e a escala dos edifícios permanecem em proporção com o homem. O espaço público está repleto de pessoas e representa um bom exemplo da boa adequação do espaço público e da identidade morfológica do tecido. Várias cidades tentam replicar e devolver parte da cidade aos habitantes com a reconversão de ruas estratégicas em pedonais, e providenciando diversos elementos de atração.



**Fig.18** | Rua Riva degli Schiavoni (em frente ao Palazzo Ducale), Veneza, Marisa Machado, 2016.

**Fig.19** | Rua ruga dei Oresi, Veneza, Marisa Machado, 2016.

\_ a praça \_

A praça surge como vazio no traçado medieval onde a vida pública tem uma grande expressão, a cidade organiza-se do espaço público até dentro da casa. É já um lugar de permanência, de reunião e concentração de pessoas e, um possível gerador de identidade, com um forte poder centralizador. No sentido estrito, é o resultado de um agrupamento de edifícios em torno de um espaço vazio, com os limites perfeitamente definidos. O facto de se encontrar encerrada pelos limites dos edifícios, torna a experiência no espaço numa sensação de acolhimento, pois a envolvente tem uma presença tão forte que se projeta no próprio indivíduo.

Um exemplo de espaço multicultural é a Praça do Martim Moniz (Fig.20 e 21 ), atualmente um espaço público diversificado e aberto que, expressa e reforça o diálogo e o cosmopolitismo desta zona da cidade de Lisboa. Depois de várias intervenções, o local torna-se agora interessante pela fusão das culturas imigrantes na zona, por meio de um comércio étnico e cosmopolita, que as mistura sem as subdividir em grupos.

A praça surge como importante vazio articulador das malhas urbanas, é um ponto de encontro que dá acesso às várias colinas envolventes e, para além deste carácter morfológico, tem também um carácter histórico-cultural importante. Histórico, também ele ligado à presença da Cerca Fernandina, que atravessava o vazio, e que hoje é visível por meio de uma referência simbólica de certa forma articulada com a Torre da Pela. Isto remete-nos para o pensamento de Rossi, que afirma que o passado está sempre presente na cidade. A componente cultural está muito associada à variedade étnica que existe no local e serve de ponto de partida aos diversos eventos que se realizam e dinamizam o local.

É de destacar, a alternância entre ruas e praças, de uma forma natural, subdividindo assim o percurso por várias fases. Assim, existe a ilusão de que o percurso é mais curto do que é na realidade, pois está faseado e, conseqüentemente não se torna tão monótono, tornando-se mais favorável à circulação pedonal.



Fig.20 | Praça Martim Moniz (Sul), Marisa Machado, 2017



Fig.21 | Praça Martim Moniz (Norte), Marisa Machado, 2017

A cidade vive de diversidade, diversidade de pessoas, grupos, modos de vida e diversidade de oportunidades, diversidade de acontecimentos. É, por isso, necessária uma variedade de espaços, de modo a que permita que a cidade seja capaz de gerar essa diversidade e, seja conseqüentemente atrativa.

O jardim, de acordo com as Normas Urbanísticas, citado por Brandão (2002), é um *espaço livre, com equipamentos sociais de recreio, de âmbito mais local comparando com o parque urbano, com uma área inferior a 10 hectares*. Funciona como uma espécie de construção da paisagem, devido à apropriação do espaço necessário às atividades sociais normais dos indivíduos, como afirma Telles (1997).

Esta ideia oitocentista do espaço, pelo interesse pelo verde, nasce pela vontade da reaproximação entre homem e a natureza. Neste contexto, torna-se cada vez mais emergente repensar a sustentabilidade do ecossistema e, conseqüentemente, na qualidade de vida cidadina.

Apesar dos jardins serem um ótimo cenário para a realização de atividades recreativas, potenciadoras de vida social, são as ruas e praças onde se verifica a mais expressiva atividade no espaço público. A situação material do espaço público tem um papel muito importante no funcionamento dos mesmos, os passeios, as ruas, os jardins têm de proporcionar o encontro e o convívio e serem apetecíveis a todos, configurando-se como locais onde os indivíduos se possam encontrar premeditada ou ocasionalmente.

Com um carácter mais familiar, ao contrário do parque, nos jardins de pequena escala são os vizinhos são os principais utilizadores, mas é também a atração de outras pessoas que determina o sucesso dos espaços. Exemplo disso é o Jardim do Príncipe Real, em pleno centro da cidade, construído por volta de 1860, é considerado um agradável espaço de estar que comunica com a envolvente e, proporciona diversas atividades, nomeadamente mercados, possibilitando uma diversidade de vivências (Fig. 22). Um espaço considerado privilegiado para passear ou para o encontro.



Fig.22 | Jardim do Príncipe Real, Lisboa  
CML, 2010

### 2.3 | NOVAS FORMAS DE VIVER O ESPAÇO PÚBLICO

A noção do espaço público é dinâmica e processual, estando relacionada com a natural evolução e desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente do espaço público e da imagem urbana. Uma vez considerado um elemento em constante transformação, há indispensabilidade de o reinventar. Numa sociedade em que a vida diária acontece cada vez mais na esfera privada, existem sinais claros de que a cidade recebeu um novo e influente papel como espaço e fórum público (Gehl, 2002, p.20).

A evolução do espaço público, desde o tradicional ao contemporâneo manifesta-se sobretudo em termos de dimensões. Existe uma diferença clara relativamente à superfície ocupada. Os espaços mais recentes ocupam em média mais do dobro, em parte devido ao uso generalizado do carro que obedece a uma escala maior, mas também pela evolução das dimensões dos próprios edifícios, em contraste com a escala humana. (Brandão, 2003, p.33).

De facto, é possível assistir cada vez mais há valorização do indivíduo no espaço, sendo digno de atenção o modo como o espaço permite a interação entre os indivíduos, independentemente de ser ou não também um cenário pautado por objetos estáticos, o construído.

Existe uma estreita relação entre a qualidade dos espaços públicos exteriores e as atividades que neles existem. A qualidade do espaço, exige que este seja pensado em conjunto com os espaços já existentes da cidade, numa lógica de articulação, com vista a uma ideia de cidade no seu todo, respeitando, por sua vez, a sua natureza estrutural e o seu carácter significativo. Para além disso, existe uma estreita relação entre a qualidade dos espaços e as atividades exteriores neles efetuados. Segundo Gehl (2009), as atividades que se realizam nos espaços públicos exteriores, estão divididas em três categorias, cada uma com especificidades bem diferentes. O primeiro grupo corresponde às atividades necessárias, estas estão associadas aos movimentos pendulares, esperar pelos transportes, tratar de recados e abrange todas as pessoas que são obrigadas a participar.

A segunda categoria, as atividades opcionais só se realizam com condições externas favoráveis, quando o local e o tempo incitam a tal. Já as sociais são realizadas de forma espontânea e dependem da presença de vários indivíduos.

A evolução da sociedade está na base da razão das mudanças necessárias no espaço público. Em primeiro lugar, é desafiada por um processo duplo de individualização e socialização, as pessoas aspiram a mais autonomia, mas estão cada vez mais, inscritas em redes sociais complexas, distintas. Há um maior conhecimento de pessoas em quantidade mas não em qualidade, conhecem-se mais pessoas mas os laços estabelecidos são mais fracos. Para além disso, os diversos grupos sociais dissociam-se - família, trabalho, amigos - e há uma tendência em diferenciar os comportamentos consoante a esfera pública.

Tal como Asher (2010) refere, é necessário adaptar o urbanismo à realidade atual e à atual modernização da sociedade (ocidental). Esta, não é um fim mas sim um processo, o que tem implicações diretas na organização da vida social, consequentemente dos espaços de uso público. Estamos perante uma sociedade que vive cada vez mais a um ritmo mais acelerado, cidades cada vez maiores, com uma multiplicidade de pessoas, grupos e modos de vida. Sennet, no seu livro "O Declínio do Homem Público" (1999), deixa transparecer uma perspectiva mais apocalíptica a este respeito: os indivíduos tendem a adotar visões mais íntimas e individualizadas do que sociais, colocando em causa a esfera pública. Contudo, podemos considerar que se tem vindo a registar um aumento da valorização contemporânea deste tipo de espaços. Em primeiro lugar, muito devido ao esforço em criar novos tipos de lugares, adaptados às necessidades atuais, nomeadamente a requalificação de interiores de quarteirões, ocupação de edifícios abandonados para novas dinâmicas, em diversas zonas da cidade, e transformação de infraestruturas desativadas em parques públicos (como antigas linhas férreas). Um outro motivo consiste no facto de o espaço público poder atuar na sua relação com a comunidade, ou seja, a qualidade de um espaço livre, pode incitar a um contágio de novos usos e vivências, funcionando como uma espécie de processo regenerador, ao responder a problemas, mas de forma transformadora.



**Fig.23, 24, 25** | Exemplo de uma nova forma de viver o espaço. Instalação "Lois" (2006, Brixten, Itália), pelo atelier bergmeisterwolf architekten., <http://www.bergmeisterwolf.it/en/projekt/lois/>



**Fig.26** | Esquema da Intervenção  
<http://www.bergmeisterwolf.it/en/projekt/lois/>

## \_ intervenção arquitetônica de referência \_

Um dos exemplos de apropriação do espaço público é a intervenção de Pei *no Museu do Louvre* (Fig.27). Hoje considerado um marco, para além da evidente linguagem arquitetônica, está integrado na vida urbana, envolvido pela vida local, embora no início tal tenha sido recepcionado com desdém. O diálogo entre o novo e o existente parece coexistir pacificamente, como que um sinal do poder da contemporaneidade capaz de dar vida ao antigo e, criar simultaneamente uma nova aparência, forte, de forma leve, num contexto de crescido valor histórico.

As pirâmides, de uma grande simplicidade, mais do que conduzirem luz à passagem subterrânea, evocam uma relação de interior e exterior, entre o novo e antigo. A primeira, com este gesto que abre o museu ao ambiente da cidade, parece resultar pelas transparências que existem, permitidas pelas pirâmides e que incitam assim os visitantes a penetrá-la, exultando-se com antecedência para o que os aguarda. Trata-se de um processo que implica trazer a cultura até ao espaço público, até às pessoas. A segunda relação, mais controversa, prova que a tradição e inovação podem ser complementares. Esta arquitetura despojada, de uma elegância, devida à geometria pura, parece resultar no equilíbrio de uma novo símbolo de cultura e modernidade. Esta nova imagem, possibilitou o aumento da valorização do conjunto, estando consciente do impacto que tem na cidade, servindo assim como forma de revitalização de toda uma zona consolidada.



**Fig.27** | Museu do Louvre, Paris, Archdaily 2010, consultado a Junho 2017

**Fig.28** | Iconografia Museu do Louvre, Paris, Francesco Ravasio, 2010

A grande pirâmide de vidro, que representa a quebra com a arquitetura tradicional do passado, é já parte identitária do museu, exemplo disso é a figura 28, uma figura de uma coleção de *posters* minimalistas, de vários edifícios ex-libris, por todo o mundo.

Esta intervenção demonstra que as apropriações do espaço público podem até realizarem-se através de conceitos claros ou gestos simples mas que permitem uma nova relação com o espaço e com a envolvente.

## 2.4 | O PAVIMENTO PÚBLICO

“A circulação pedonal é muito sensível ao pavimento e às condições da superfície.” (Gehl, 2009, p.149)

Como indica Brandão (2002), a identidade do espaço define-se pelos elementos que o constituem, a arquitetura, mobiliário, pavimento, iluminação e conseqüentemente, os seus efeitos em termos espaciais.. O pavimento tem um papel muito importante na qualidade do espaço, na própria identidade da cidade, e na qualidade de vida dos utentes, exemplo disso é a calçada portuguesa. É nele onde se encontram as maiores oportunidades de materiais e combinações que podem ajudar a definir zonas, num desenho integrado, adequando às atividades a realizar. Tal não deve ser descurado no desenho do espaço público, pois permite criar um ambiente específico, diferenciar usos e formar uma expressão plástica interessante, caracterizadora do sítio.

Na carta estratégica de Lisboa é também apontada a situação material do espaço público que inviabiliza o convívio e, por isso, aponta como prioridade absoluta a de recuperar a materialidade, libertar os passeios e cuidar dos jardins. Para efeito, a Câmara Municipal de Lisboa tem um plano arrojado de Reabilitação de Vias, a realizar até 2020. *“Até 2017 estimamos pavimentar mais de 150 arruamentos. São mais de 110 quilómetros viários a reabilitar, a maior parte com intervenções de repavimentação e cerca de um terço a reconstruir. Um investimento orçado em 25 milhões de euros.”*<sup>19</sup>

Aquele que é o plano horizontal, que entremeia a conexão dos espaços, pode dizer muito acerca de uma cidade, no que toca à sua identidade e ao tempo. É um elemento do meio urbano no qual o indivíduo está em contacto direto, e por isso a sua importância é indiscutível, *“sentir o chão da cidade é a mais inevitável das experiências urbanas, aquela que nos define enquanto corpo, com massa, peso, com existência”* (Oliveira,2007,p.274).

---

<sup>19</sup> CML, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA; “Carta estratégica de Lisboa 2010-2024 – Um compromisso para o futuro da cidade”; Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa ; 2009

## \_ intervenção urbana de referência \_

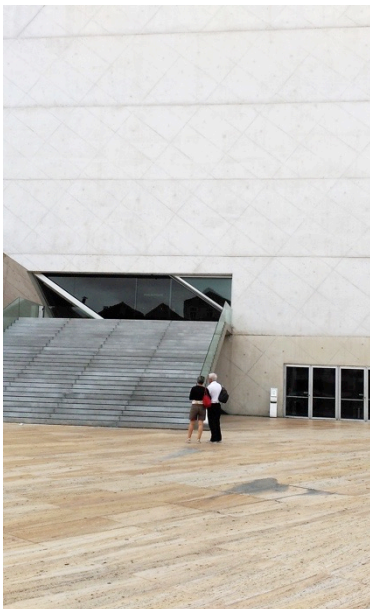
A materialidade visível deste plano horizontal do meio urbano, é por vezes tida como extensão do próprio edifício, enquanto elemento de continuidade, apoiada numa conceção ideológica organizadora de urbanidade. Um espaço exterior que antevê um/vários edifício(s) e que é caracterizado pela textura e cor do chão, que é pisado pelo indivíduo que habita o espaço e, que por isso tem o seu lugar na cidade.

A casa da Música, projetada por Rem Koolhaas, é um exemplo vivo da importância do pavimento exterior (fig.29), envolvente, na medida em que faz parte do espaço público e influencia as atividades que se poderão aí desenrolar. Isto é resultado da opção do edifício não ocupasse toda a área disponível e, criar assim uma plataforma pública sem constrangimentos físicos ou visuais para com a envolvente. Um espaço público pedonal multifuncional, que serve não apenas para circular, mas que constitui uma superfície (em travertino) também usada como espaço de estar, ler e uso de *skate*. Assim demonstra que está já foi incorporada na vida urbana do Porto.

Localizada numa parte muito movimentada da cidade, o edifício é o elo entre a parte histórica e um bairro de classe trabalhadora. Como tal, o objectivo seria não só o de dar resposta ao programa funcional, mas também, o de integrar uma nova peça arquitectónica neste contexto urbano, num encontro entre dois tecidos urbanos diferentes.

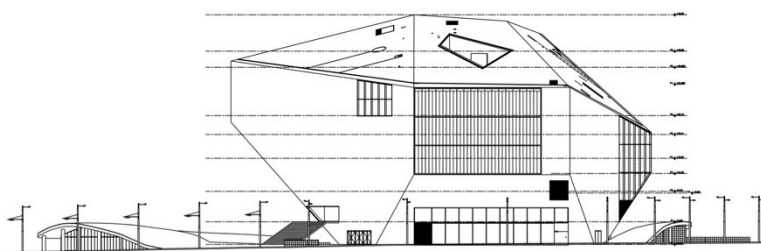
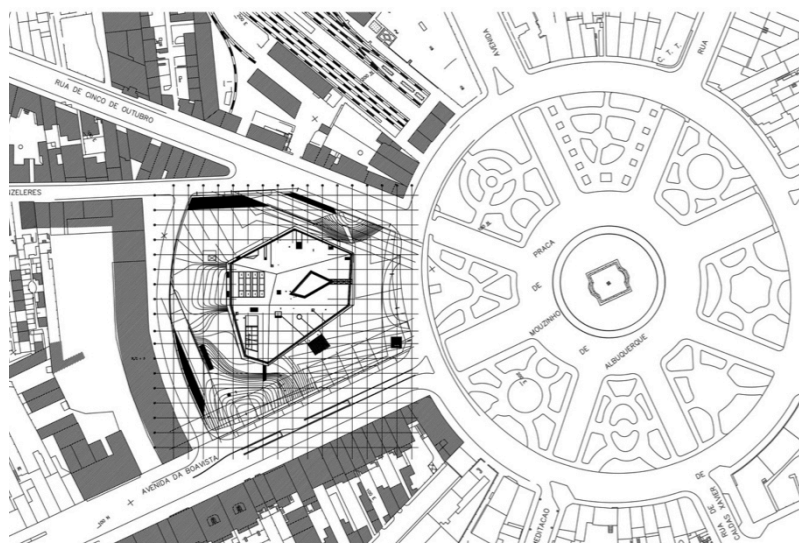
Embora de grande impacto, este novo grande objeto apresenta uma grande continuidade espacial, reinventando aquele pedaço de cidade esquecido. Uma alegoria do diálogo entre o velho e o novo, onde foi introduzido um programa funcional complexo numa forma atípica.

O betão branco é, simultaneamente, a estrutura e o acabamento e, contrasta com o interior, que contém diversas cores, um cuidado com a luz natural e artificial e do sistema de vistas. Um conceito que combina continuidade e oposição, não só na sua relação interior/ exterior, como com a própria envolvente, numa relação de espaço público que, num simples gesto, resolve problemas como as vistas e acessos.



**Fig.29** | Casa da Música, Porto Marisa Machado, 2016

Fotografia junto à entrada principal, onde é possível observar a estereotomia do pavimento.



**Fig.30** | Ortofotomapa com envoltório da Casa da Música, Porto, Archdaily, 2014

**Fig.31** | Planta da Cobertura com envoltório, Archdaily, 2014

**Fig.32** | Alçado Sudeste, Archdaily, 2014

### 3.1 | O EQUIPAMENTO COMO ELEMENTO DE COESÃO SOCIAL E URBANA

*“Sem esta ambição reestruturadora dos grandes espaços através dos elementos de continuidade da nova dimensão do espaço público, a cidade metrópole emergente fica condenada à reprodução do dualismo cidade de prestígio/cidade genérica.” (Portas, 1982, p.119)*

Para que haja uma verdadeira relação entre edificado e espaço público e assim, diminuir as descontinuidades existentes, é necessário dar a devida importância à articulação entre o edifício e os fluxos. O resultado pretendido é o de uma estrutura urbana coesa que articule várias centralidades que tenham a configuração de uma grande rede, dando assim resposta aos desafios da cidade atual.

Equipamentos são *“edifícios e espaços públicos ou colectivos que proporcionam serviços destinados a garantir a satisfação de necessidades sociais de natureza cultural, educativa, desportiva, de saúde, ou outras, que não servem diretamente a atividade económica (...) os equipamentos compreendem essencialmente quatro grandes domínios, o da saúde, o da educação, o da cultura e o do recreio ou das atividades de tempos livres.”*<sup>20</sup>

A ligação entre espaço público exterior e equipamentos culturais não deve ser ignorada, pois estas duas vertentes de cheio e vazio agem num sentido de complementaridade, revelando uma considerável influência nas dinâmicas do meio urbano. O cheio age no sentido motivador de afluência, justificado geralmente por um uso de carácter público. Esta é, na verdade, um dos principais motivos da constituição das cidades, esta força mobilizadora e atrativa composta de edifícios culturais, religiosos ou administrativos, entre outros, onde confluem os utilizadores. Os edificados que agem como extensão de uma determinada lógica, acabam por ser os que melhor funcionam no sentido de dar uma continuidade urbana.

---

<sup>20</sup> BRANDÃO, P.; CARRELO, M.; ÁGUAS, S. *O Chão da Cidade – Guia de Avaliação do Design de Espaço Público*, Lisboa: CPD, 2002.

Quanto aos Museus, em concreto, entende-se por “*instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos*”<sup>21</sup>.

Este tipo de equipamento surge da vontade de conservar o património, na Antiguidade Clássica. Atualmente existem museus de todas as temáticas que vão divulgando a sua história junto dos indivíduos, de forma a expandir o conhecimento.

A relação entre o museu, o território e a sociedade é largamente debatida e deve-se cada vez mais, pensar fora das paredes, dos limites físicos, e comunicar com a cidade e com as pessoas de forma a cumprir o seu papel de carácter educativo e por vezes interventivo. Isto para que este equipamento não seja mais uma instituição isolada da envolvente, num sistema de funcionamento fechado, longe das pessoas, longe do local. Um museu tem também um papel social importante e, como tal, é necessário o estudo do local onde se insere, percebendo as várias valências e estimula-las de alguma forma, não visto de uma perspectiva economicista mas numa ideia de transmissão de conhecimentos.

---

<sup>21</sup> | Série-A Lei nº47/2004 disponível em :

[http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/portugal/portugal\\_portuguese\\_museums\\_law\\_472004\\_pororof.pdf](http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/portugal/portugal_portuguese_museums_law_472004_pororof.pdf), 2004, p.5379

Esta simbiose entre equipamentos (de uso público) e espaço público existe desde a formação das primeiras cidades. O intuito era o de responder às necessidades da população e dotar o espaço público de usos de interesse geral, com infraestruturas ligadas desde a administração, justiça, saúde, cultura, educação e recreio. Como tal, esta oferta de valências e funções justificam a afluência e eventual fixação num determinado local, uma força mobilizadora, que está na base da formação das cidades, como foi mencionado anteriormente, tendo em conta a importância do lugar público nas várias épocas.

A cultura ocupa um lugar cada vez mais central na vida social. Do ponto de vista das ciências sociais, corresponde à herança social e total da humanidade. De facto o homem produz e é produto da cultura. Entender melhor um pouco mais de cada cultura significa entendermo-nos melhor uns aos outros e tornarmo-nos mais recetivos, tolerantes e cosmopolitas. O espaço público opera muito nesse sentido inclusivo, como lugar de encontro de iguais e desiguais, numa coexistência coletiva destas diferenças. Mas mais do que estes espaços públicos, surgem em articulação e, num sentido de complementaridade os equipamentos culturais, como forma de preservar estes símbolos e reportórios e propiciar estas trocas, a partir de uma relação que envolva toda a comunidade.

Numa emergência por uma cidade mais igualitária e criativa, esta democratização do acesso à cultura, por meio de equipamentos culturais que promovam o acesso aos bens e serviços culturais, é cada vez mais necessária, no âmbito de uma cultura de massas (Arendt,1972). Muito embora esta autora defenda que o consumo destes objetos culturais conduza ao seu desaparecimento <sup>22</sup>. O espaço público tem um grande relevo no âmbito da coesão social, uma vez que é cada vez mais cenário de uma pluralidade de grupos étnicos, classes sociais, culturas, religiões. Como tal, pode funcionar como agregador e promotor da convivência e diálogo entre todos.

---

<sup>22</sup> Hannah Arendt escreve em *A crise da cultura* “ a cultura refere-se aos objectivos e é um fenómeno do mundo; o tempo livre [e hoje deveríamos dizer: o consumo] (...) é um fenómeno da vida. Um objecto é cultural segundo a duração da sua permanência (...) a cultura está ameaçada quando todos os objetos e coisas do mundo, produzidos pelo presente ou pelo passado, são tratados como puras funções do processo vital da sociedade, como se não existissem senão para satisfazer esta ou aquela necessidade” (Arendt,1972, p.266).

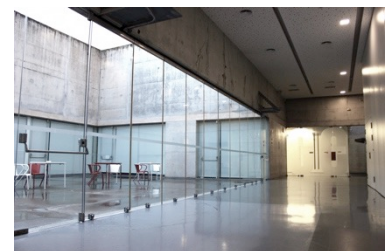
\_ intervenção arquitetónica de referência \_

Um exemplo desta forte relação entre equipamento e espaço público é o Centro Cultural do Bom Sucesso, em Alverca. Localizado numa zona periférica, em relação à cidade de Lisboa, numa malha urbana densa de fraco planeamento urbanístico, surge enquanto estrutura complexa. O edifício emerge como forma de promoção das atividades culturais, associativas e de lazer.

O objetivo consistiu em colocar o equipamento maioritariamente enterrado, num conjunto de núcleos funcionais em torno de pátios que apontam para uma vista para o céu. Segundo o arquiteto Miguel Arruda (2016), *um espaço que se pretende que seja capaz de funcionar como motor de arranque para a reestruturação de toda a área envolvente*. A opção projetual surge da premissa de recuperar a superfície, quase na sua totalidade como uma área verde (fig. 33), reforçando conceptualmente a opção de criar um edifício integralmente no subsolo. Na área ajardinada, por cima da cobertura do edifício, foram recolocadas as centenárias oliveiras, (que existiam no local) e criadas áreas de lazer com jogos tradicionais, adaptados população em geral, sobretudo idosa.

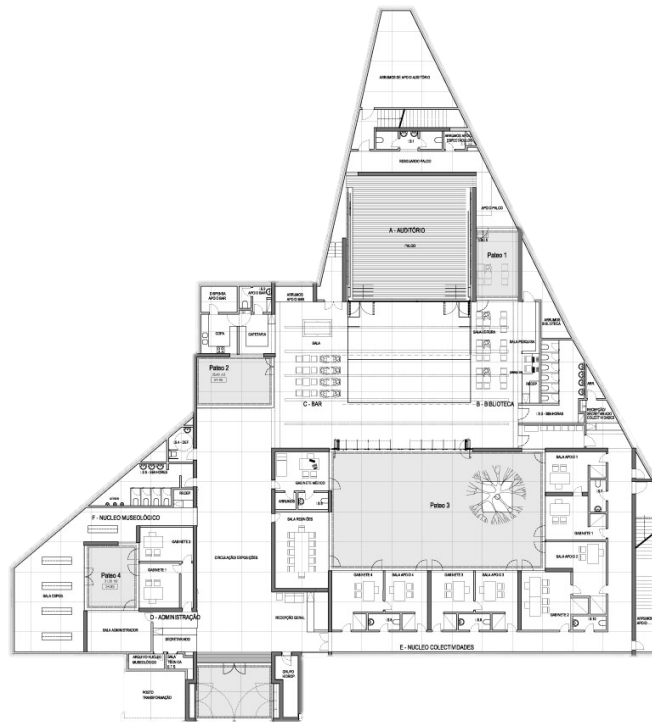
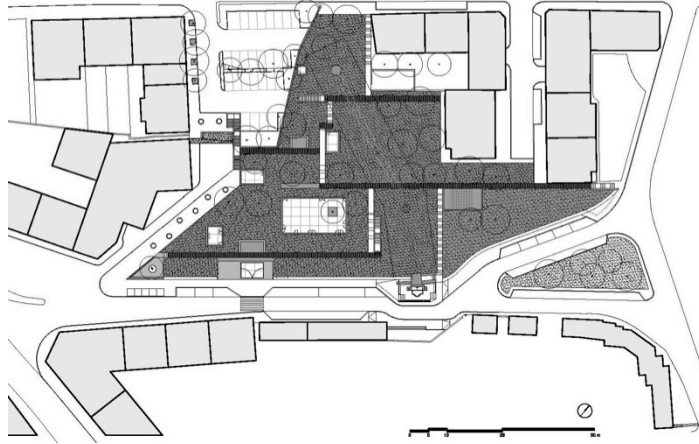
Esta singular inserção do objeto arquitectónico surge então como exemplificação concreta entre interior e exterior, pelo arranjo conceptual e paisagístico implementado que resultou lentamente numa valorização cultural e imobiliária e que, rapidamente foi apropriado pela população.

Este Centro Cultural é um exemplo de como o edifício pode comunicar com a cidade, com as pessoas, e intervir ao nível da requalificação urbana, e de como pode dar resposta a vários problemas. Este projeto tornou-se num caso de referência para a elaboração da proposta. De um simples logradouro a um novo edifício, que junta grupos culturais e garante as necessidades polivalentes deste espaço, ao jardim - o único alçado do edifício – público para todos e em prol de um tecido urbano mais organizado e de uma vida mais qualificada no contexto público.



**Fig.33** | Vista do 5ºAlçado do CCBS, Alverca, Miguel Arruda Arquitectos Associados Ida. , 2017

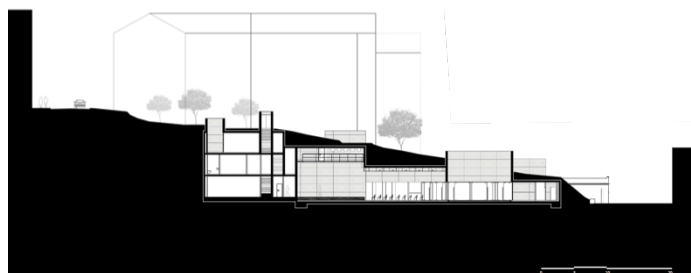
**Fig.34** | Interior do CCBS, junto a um dos pátios, Alverca, Marisa Machado, 2017



**Fig.35** | Planta da Cobertura, CCBS, Alverca, Habitar Portugal, 2017

**Fig.36** | Planta do piso 0, CCBS, Alverca, Habitar Portugal, 2017

**Fig.37** | Corte transversal do edifício, onde é possível ver a relação do edifício com a topografia, CCBS, Alverca, Habitar Portugal, 2017



## 4.1 | O HOMEM E O ESPAÇO

*“A familiaridade com os sentidos do ser humano - no modo em que funcionam e os hábitos que fazem - é um importante requisito para desenhar e dimensionar todas as formas de espaços exteriores e disposições de edifícios.*

(GEHL, 2009,p.73)

A cidade alberga uma diversidade de indivíduos, famílias e grupos sociais, como tal, é necessário que haja um conhecimento específico do indivíduo destinatário e não do indivíduo generalizado (Le Corbusier, 1943), de modo a que a diversidade existente na cidade não seja de alguma forma afectada. Esta necessidade de garantir a humanização, de múltiplas formas, revela-se também na abordagem de um espaço público para o Homem, numa perspectiva marcada por aspectos ligados ao próprio prolongamento da vida no espaço e pela cidadania.

Esta humanização, já abordada por Gehl em *La humanización del espacio urbano; la vida social entre los edificios* reforça esta simbiose pretendida entre espaço/utilizador, em que o espaço público depende do relacionamento entre indivíduos. O propósito deste tópico prende-se com esta necessidade de que o espaço não pode ser visto isoladamente do homem, pois este é a base para um sistema de relações, o que a nosso ver, deve estar na base das opções de projeto.

Tal como Norberg-Schulz (1975) indica em *Existencia, Espacio y Arquitectura*, o interesse do homem pelo espaço tem raízes existenciais, *“deriva de uma necessidade de adquirir relações vitais no ambiente que lhe rodeia para atribuir sentido e ordem a um mundo de acontecimentos e ações”*.<sup>23</sup>

Estas teias de relacionamentos estão na base das ações levadas a cabo no quotidiano; no pano de fundo que é o espaço, *“a maior parte das ações do homem encerram um aspecto espacial, no sentido em que os objetos orientadores estão distribuídos segundo relações como interior/exterior; longe/perto; separado/ único e contínuo/descontínuo.”*<sup>24</sup>

<sup>23</sup> NORBERG-SCHULZ, C. *Existencia, Espacio y Arquitectura*; Barcelona: Editorial Blume, 1975, p.9

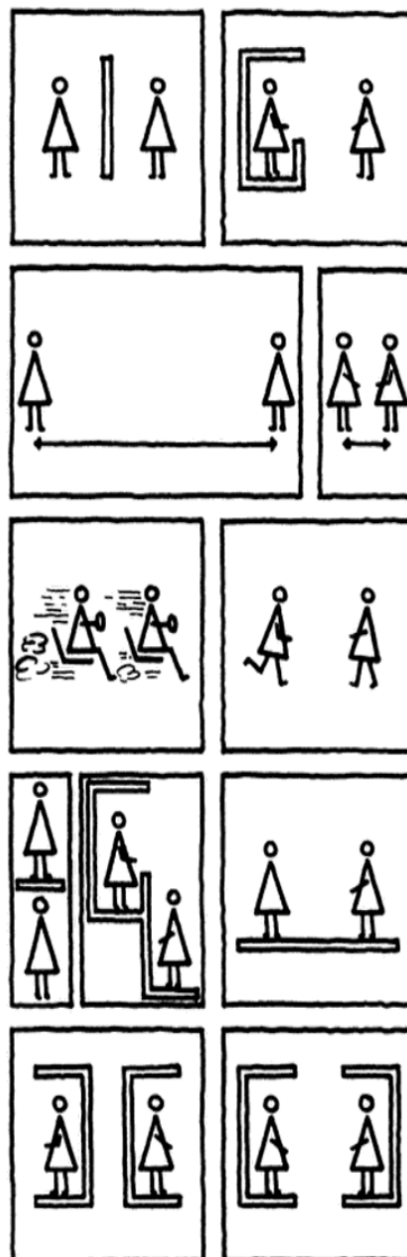
<sup>24</sup> ibidem

**Fig.38** | Golconda de René Magritte  
(1953), <https://www.renemagritte.org/golconda.jsp>, 2009



Embora o indivíduo tenha uma perspectiva um pouco mais individualista no meio urbano, “no meio urbano, a interação social entre vários tipos de personalidade tende a flexibilizar as fronteiras dos grupos mais fechados (Fortuna, 2001,p56). Nessa medida, os usos e apropriação do espaço numa escala menor, adaptada à zona de habitação, em meio urbano, são também eles importantes, fomentados pelos espaços que são disponibilizados para tal, *“a dinâmica de apropriações dos espaços públicos remete, assim, para os diferentes níveis de relação com o espaço, atendendo quer às práticas de vizinhança que utilizam o espaço público como prolongamento do espaço doméstico, quer às práticas de proximidade ligadas às necessidades da vida quotidiana, tanto à escala de bairro como da cidade”* (Ferreira, 2004, p.142).

Numa perspectiva sócio antropológica, Hall (1986), faz uma descrição dos sentidos mais importantes, na relação entre o contacto humano e a experiência do mundo exterior, pertinente neste contexto. Por natureza, o movimento do homem é, predominantemente, a deslocação horizontal, a uma velocidade de aproximadamente de 5km/h, o sistema sensorial está subordinado a esta condição, a interação entre intensidade e distância das impressões. Segundo ele, são definidas duas categorias deste sistema, com diferentes âmbitos funcionais: os recetores de distância (olhos, ouvidos e nariz) e os receptores imediatos (pele, membranas e músculos). Além disso, refere que os contactos mais intensos são produzidos a uma distância curta entre 0 a 1/2 metro, aqui todas as particularidades são entendidas com clareza. Já os contactos menos intensos são produzidos a distâncias maiores, entre 1/2 e 7 metros. Esta relação direta entre o indivíduo e o espaço, e entre os vários indivíduos, interessa à arquitetura e interessa à cidade, como tal perceber este sistema sensorial que Hall divide em duas categorias numa tentativa de o desmistificar. A imagem que se segue, um esquema de Gehl, ilustra o comportamento do ser humano em diversos contextos, numa relação direta com o espaço, as reações típicas face aos limites físicos, às distâncias, à velocidade de circulação, entre outros.



**Fig.39** | Esquema da disposição física como forma de inibir ou fomentar o contacto visual e auditivo. (de cima para baixo) Com ou sem muros; distâncias longas/curtas; Alta/baixa velocidade; um ou vários nível/níveis; orientação de costas ou frontal, La Humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios, 2009



## PARTE 01 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo sintetiza alguns dos principais pressupostos, capazes de compreender a cidade dita consolidada, na atualidade. Uma componente mais teórica que constituiu uma base de conhecimento de grande relevância, nomeadamente para a fase projetual, que se apresenta em seguida.

Destaca-se a perspetiva de autores como Lefebvre (2000), que defende que a cidade se define pelas práticas espaciais que nela acontecem, numa espécie de espaço socialmente construído e não pela sua componente física construída. Foi precisamente nos finais dos anos 60 que o autor destacou a importância de se conferir o justo valor ao uso dos espaços públicos no contexto urbano, o que se inscreve no quadro do direito à cidade.

Dividido em diversas escalas, o capítulo está organizado de modo a que o território seja compreendido desde a extensão da cidade, à visão do próprio utilizador que a habita, procurando uma abordagem mais completa e multi-escalar. A análise centrou-se na procura de uma perspetiva de revitalização urbana, aplicável posteriormente à zona de intervenção.

Em primeiro lugar, assumiu-se o espaço público urbano como representação da memória, conferida por uma determinada forma e por vivências e representações singulares. Isto significa que este espaço traduz os traços identitários da própria cidade e reflete a diversidade cultural aí existente. A sua importância remonta à cidade ancestral e não levanta dúvidas quanto ao seu papel na cidade moderna. É importante estarmos cientes de que o modo como o espaço público é desenhado, influencia o modo como ele é vivenciado e que, por isso tal acaba por ter efeitos decisivos na qualidade de vida da população e nas relações sociais que se entretencem.

A análise histórica acerca da evolução de Lisboa, e da contextualização de alguns elementos históricos como os antigos limites defensivos, com maior incisão na Cerca Fernandina, permitiu uma compreensão alargada do valor dos vários elementos, importante para o processo de interpretação necessário na altura de formalização da proposta de intervenção. A abordagem feita seguiu um alinhamento que vai dando a conhecer alguns factos que se consideram marcantes na cidade, desvendando aos poucos o lugar a incidir. Foi possível perceber, após esta leitura de natureza física e histórica que a Colina de Santana, zona da Intervenção, que será abordada mais detalhadamente na segunda parte deste documento, acabou por ficar esquecida nos vários planos urbanos que foram feitos para a cidade. Localizada entre o Vale Verde e o Vale de Arroios escapou à reconstrução efetuada após o grande terramoto e ao traçado do plano de Ressano Garcia. Este constituiu um dos principais motivos da escolha do lugar, atendendo ao esquecimento de uma zona com grandes potencialidades.

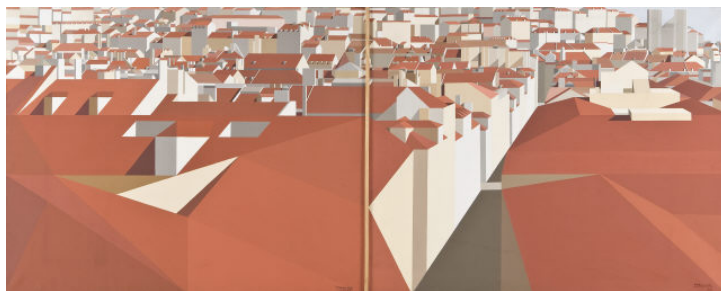
No seguimento desta análise, exploraram-se os aspetos ligados à cidade consolidada, ao espaço que forma a cidade, em todas as suas componentes, procurando-se uma visão mais global da cidade, que se pensa ser a mais completa, para poder entender as morfologias atuais do centro numa perspetiva multidisciplinar.

Esta leitura permitiu constituir bases para um melhor conhecimento da estrutura da cidade, enquanto microcosmos com uma dinâmica evolutiva singular. Os exemplos que aqui se apresentam de casos e projetos de referência em termos de intervenção urbana e intervenção arquitetónica e que foram surgindo ao longo desta componente mais teórico-científica, servem para ilustrar uma perspetiva conceptual e de intervenção próxima do que pretendemos desenvolver na nossa proposta projetual, nomeadamente, no que toca à relação entre edifício e o espaço público da cidade.

# 02

## PROPOSTA DE INTERVENÇÃO





**Fig.40** | Imagem Conceptual – Pinturas a óleo “Lisboa XII” e “Lisboa XIII “ por Maria de Lourdes Ribeiro, Museu Calouste Gulbenkian , 1978



## PARTE 02 | NOTA INTRODUTÓRIA

O conceito de revitalização será o mote para o desenvolvimento da proposta urbana e arquitetónica que iremos conceber para a Colina de Santana. Esta intervenção pretende “*manter a diversidade e a integração das esferas do desenvolvimento económico, social e do ambiente urbano, de modo a aumentar a qualidade de vida das populações*”;<sup>1</sup> ou seja, pretende-se gerar dinâmicas de mudança, com a implementação de um equipamento dotado de um programa com atividades diversificadas e que fixe e atraia moradores, trabalhadores, visitantes. Assim sendo, o equipamento a propor pretende provocar efeitos de vitalidade económica, cultural e artística nesta zona da cidade, juntamente com as alterações urbanísticas que serão também apresentadas de seguida.

Reconquistar a Colina de Santana para a cidade, criar novos espaços centrais no respectivo território e abrir assim certas áreas fundamentais de reflexão de modo a adoptar certas posturas de conceptualização de questões urbanas, é o que iremos ver abordado em profundidade na próxima parte.

---

<sup>1</sup> Políticas Públicas de Revitalização Urbana, ISCTE/CET, 2005, disponível em: [http://www.qren.pt/np4/file/1427/12\\_Pol\\_ticas\\_P\\_blicas\\_de\\_Revitaliza\\_\\_o\\_U.pdf](http://www.qren.pt/np4/file/1427/12_Pol_ticas_P_blicas_de_Revitaliza__o_U.pdf), p.26

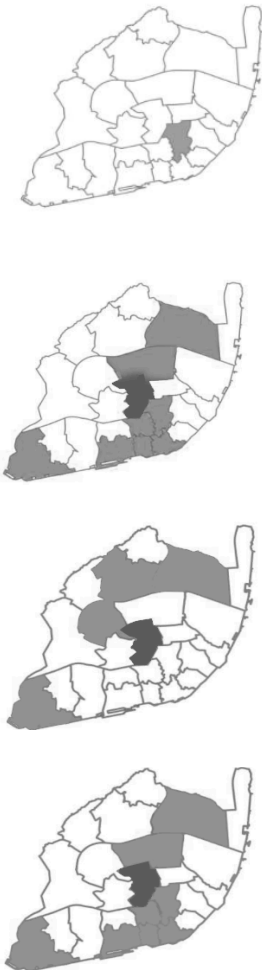


### 1.1 | LOCALIZAÇÃO

A proposta de intervenção que aqui se apresenta tem por base a unidade curricular de Laboratório de Projeto VI (2016/2017), subordinada ao tema da reinscrição das antigas contenções e limites da cidade de Lisboa, designadamente, a Cerca Fernandina, cuja área de intervenção foi selecionada a partir de uma zona muito mais vasta. A partir de uma análise urbana inicial foi possível delimitar a zona da Pena – compreendida entre a Calçada de Santana e a Calçada Nova do Colégio, abrangendo já a zona pertencente aos anexos do Hospital de S. José, antigo Convento de Sto. Antão-o-Novo - tendo em conta as suas potencialidades em termos históricos, como os vestígios da Cerca e a sua localização privilegiada no contexto da cidade construída.

Originalmente fundada como freguesia de Santana, em 1564, a freguesia da Pena, até à reorganização administrativa das freguesias de Lisboa (2012), era uma das mais antigas de Lisboa. Atualmente, após essa reorganização, passou a pertencer à freguesia de Arroios, que compreende as antigas juntas de freguesias dos Anjos, Pena e São Jorge de Arroios. Representa assim cerca de 2,5% da cidade, com uma área de 212,8 ha. Vale a pena destacar que, a reabilitação do edificado na freguesia é superior à média da cidade (4%), colocando a freguesia no ranking dos cinco valores mais altos de Reabilitação (ver esquema lateral). Já quanto à construção, a sua situação é similar aos valores médios.

Apesar da sua forte centralidade, no contexto da cidade de Lisboa, a Colina de Santana é uma zona esquecida, compreendida entre dois grandes eixos viários, a nascente a Av. Almirante Reis e, a poente a Av. da Liberdade, que correspondem a zonas de vale, Arroios e Valverde, respetivamente. Por si só são propícias à fácil circulação, quer pedonal, quer viária, em contraste com a acessibilidade da Colina em si.



**Fig.41** | Mapa de Lisboa com marcação da freguesia de Arroios, adaptado pela autora, 2017

**Fig.42** | Esquemas comparativos da Freguesia de Arroios.  
(de cima para baixo) 1.freguesias com os 5 valores mais altos de alvarás de reabilitação; 2. freguesias com os 5 valores mais altos de alvarás de construção nova; 3. freguesias com os 5 valores mais altos de alvarás (total).  
Adaptado pela autora, 2017



**Fig.43 | Zona envolvente da proposta a cinzento**

01 Campo Mártires da Pátria 02 Jardim do Torel 03 Jardim dos CTT 04 Alameda de S.José 05 Praça do Desterro

06 Alameda dos Capuchos 07 Terreiro de Santa Marta 08 Parque Miguel Bombarda 09 Campo Desportivo da Academia Militar

Marisa Machado, 2016

## 1.2 | CONTEXTO SOCIAL E URBANO DA COLINA DE SANTANA

Primeiramente de uso agrícola, esta colina deu lugar a uma série de conventos associados a uma diversidade de Ordens religiosas. Mais tarde, as Ordens foram extintas e as antigas cercas e conventos deram lugar aos hospitais. Atualmente há propostas no sentido de as agregar num complexo uno, um novo hospital, uma nova transformação, o que indicia que o tecido urbano nesta zona da cidade está em constante transformação. Mas não só destes edifícios vive a Colina, existem outros fenómenos que nos ajudam a compreender este lugar, tais como, as geometrias estranhas e a topografia irregular.

A topografia é uma característica marcante do local, o acentuado declive constitui uma grande barreira à mobilidade. Os melhores acessos estão reunidos a sul, nas Avenidas Novas, projetadas com o Plano Organizador de Lisboa Norte (1874-1909). A enorme potencialidade a nível de vistas é um elemento positivo, consequência da topografia característica já mencionada. Este atributo poderá ajudar a redefinir alguns traços da identidade do local de intervenção, que se configura neste momento como algo difuso e descaracterizado. O objetivo passa por promover também uma intervenção estruturante que transforme o cenário envolvente.

Os arruamentos da Colina são originários de uma forma mais orgânica, são confusamente alinhados, com uma estreiteza das ruas, próprias de uma estrutura urbana anterior ao terramoto. Estas surgem como uma sucessão de revelações e surpresas, que permitem diferentes enquadramentos sob uma cidade histórica, e ainda pela notória qualidade patrimonial do edificado que as circunscreve. Exemplo disso é o Beco de S. Luís da Pena, uma escadaria íngreme, memória da cidade antiga. Esta zona caracteriza-se por um difuso sentido de unidade não só ao nível do desenho urbano como também das funções e tipologias habitacionais, com variações ao nível da dimensão dos lotes.

Quanto ao edificado, Arroios, tem principalmente edifícios residenciais e mistos, construídos no período com maior intensidade entre 1919 e 1945, constituídos por vários pisos. No seu todo, a colina tem diversos tipos de arquitetura, desde a religiosa à militar. A Calçada de Santana assume-se como um eixo natural, ao nível da topografia, configurado a par com a Cerca Fernandina. O enorme declive ditou a ocupação rudimentar que se foi ajustando às características do local e aos novos hábitos urbanos, numa tentativa de adaptar as ruelas ao uso do carro.

Em termos sócio-culturais, esta colina é caracterizada pela sua multiculturalidade. De acordo com os censos de 2011, residiam na freguesia 4486 pessoas, denunciando um decréscimo de habitantes, embora haja um acréscimo (face a 2001) nos grupos etários das crianças (0-4 anos, +16%), e nos adultos (25-64, +6%) o que não afasta o espectro de envelhecimento da freguesia, superior à média geral. A faixa etária prevaiente está entre os 25 e 64 anos e a população sénior assume uma forte representatividade, havendo cerca de 240 pessoas idosas por cada 100 jovens, o que contribui para este decréscimo.

Através da análise e interpretação dos dados do INE (2011) e da observação *in situ*, foi possível identificar obstáculos e carências da freguesia. O problema mais saliente foi a falta de espaços públicos, devido à grande densidade de construção e às características urbanísticas da zona, determinadas em grande medida pela topografia existente. A acessibilidade, a degradação do edificado e o envelhecimento da população foram outros dos problemas identificados. Para os travar será necessário prever a construção de novos espaços públicos qualificados, que possam servir a população numa microescala; criar condições de habitabilidade para fixar a população (nas suas diversas faixas etárias) e adaptadas à realidade atual; incentivar uma maior convivência, nomeadamente entre gerações e, melhorar quanto à mobilidade e as acessibilidades.

A Colina encontra-se num momento de viragem, assiste-se a uma consciência em que se torna necessário devolver o espaço à cidade materializada, nomeadamente, na iminente desativação dos núcleos hospitalares, com a transferência para o futuro Hospital de Todos os Santos, em Marvila. No futuro, deverá centrar-se nas novas possibilidades permitidas pela desativação destes equipamentos, possibilitando novas dinâmicas na ocupação da Colina. *“A decisão do Estado de desativar um conjunto considerável de equipamentos sobre a área confinada da Colina de Santana aconselha a uma reflexão sobre os impactes do consequente processo de reconversão urbana, de forma mais alargada, numa leitura integrada do território. A primeira revisão do PDM, que conta com apenas um ano de vigência, foi elaborada no pressuposto da desativação do conjunto dos Hospitais situados nesta zona da Cidade, assinalando essa possibilidade como oportunidade de regeneração urbana da área.”*<sup>2</sup>

Não esquecer que aliado a estes aspetos, no PDM<sup>3</sup> entre os 7 objetivos principais para o desenvolvimento da cidade, nos próximos anos, estão o impulsionamento da reabilitação urbana e a qualificação do espaço público.

---

<sup>2</sup> Documento Estratégico de Intervenção na Colina de Santana, Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa (DMPRGU), Março de 2014, disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/reabilitacao/santana/CML\\_DPRU\\_Documento\\_estrategico\\_intervencao\\_\\_versao\\_mar.14.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/reabilitacao/santana/CML_DPRU_Documento_estrategico_intervencao__versao_mar.14.pdf)

<sup>3</sup> Plano Director Municipal (PDM), disponível em [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/AF\\_REGULAMENTO\\_PDM\\_Lx.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/AF_REGULAMENTO_PDM_Lx.pdf)

## 1.3 | ENVOLVENTE - O CONVENTO DE S.ANTÃO-O- NOVO

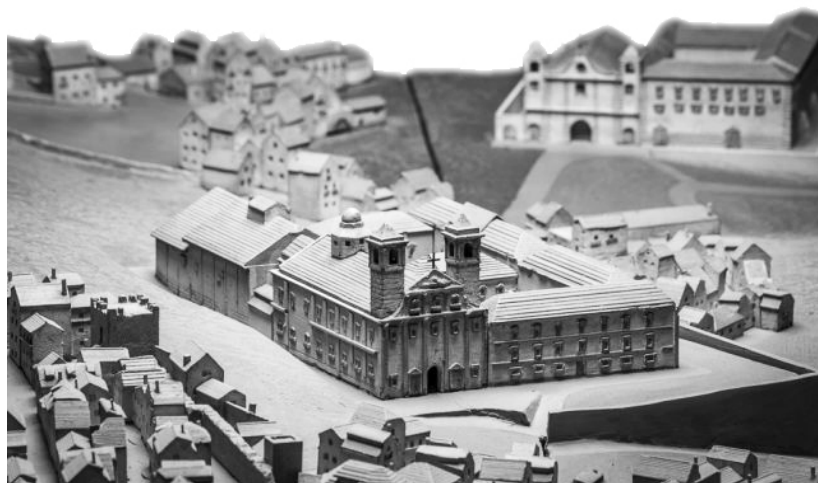
Uma vez que o Colégio da Mouraria – primeiro estabelecimento da Companhia de Jesus em Portugal - se tornava demasiado pequeno para tanta procura, surgiu a necessidade da construção de um novo. Nasce assim o colégio jesuíta de S.<sup>to</sup> Antão-o-Novo, pela iniciativa do Cardeal D.Henrique, no ano de 1573.

Segundo a primeira planta este edifício aparentava ser o maior da Península. Embora tenha sido inaugurado em 1593, as obras continuaram, sem se concluírem, por falta de recursos. O próprio do rei D.Sebastião, ordenou à Câmara de Lisboa que cedesse uma parte do Campo de Santana à Companhia de Jesus para ali se formar o novo convento/colégio. Aberto a todas as classes sociais, os estudantes eram 2500 em 1591; 7 anos depois, baixaram para 1800, 54 jesuítas residiam no colégio, 12 deles professores (Direção-Geral do Património Cultural).

Mais tarde, numa época de epidemias, o número de doentes, cada vez maior, ultrapassava as capacidades de hospitalização, como tal, foi necessário atuar no sentido de conseguir responder ao excesso de doentes. Com a extinção das ordens religiosas e a expulsão dos Jesuítas em 1759, os conventos devolutos foram naturalmente os primeiros a suprir as carências. Foi nessa data que o convento passou a receber os doentes, substituindo o antigo Hospital Real de Todos-os-Santos, que havia ruído com o terramoto. Assim sendo, em 1841 surgiu o Hospital Real de S.José. Perante a falta de espaço e com o avanço da medicina, é anexado o antigo Hospital de S.Lázaro, destinado a leprosos. Em 1857, aglomerou o Hospital do Desterro, dando origem à designação de Hospital Real de S.José e seus anexos. Posteriormente, com as restantes aglomerações, passou a uma designação mais genérica de Hospitais Cíveis de Lisboa.

Com um valor inestimável, o edifício principal, e a sua capela, são considerados património material e imaterial. A igreja, destruída pelo terramoto, chegou a ser considerada a mais imponente de toda a cidade, da qual sobrou apenas a sacristia, classificada como monumento nacional. Com uma história importante para a capital e o país e com uma qualidade cultural reconhecida, torna-se indispensável conservar esta memória conventual.

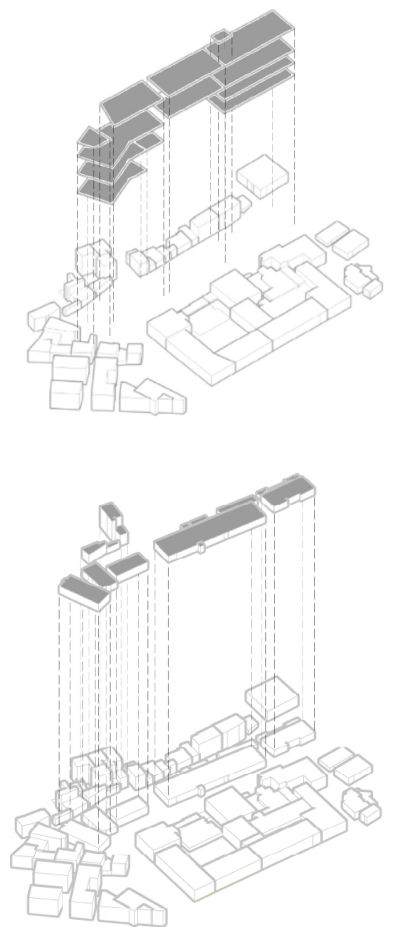
**Fig.44** | Colégio de Santo Antão-o-Novo na Maquete de Lisboa antes do Terramoto de 1755 (presente no Museu da Cidade), José Vicente, 2013



Atualmente, no âmbito da reestruturação da rede hospitalar de Lisboa, pretende-se a criação do novo Hospital Oriental, para substituir o Hospital de S.José, bem como os restantes presentes na Colina. Para resolver o futuro destes edifícios e da colina no geral, foi criado um Plano de Ação Territorial (PAT), dirigido pela Câmara Municipal e com a participação de entidades públicas e privadas interessadas no mesmo. Neste programa<sup>4</sup> destacam-se alguns objetivos que foram tidos em conta na proposta de intervenção, nomeadamente:

- a) *“aproveitar a existência dum elevado número de fogos devolutos e de áreas a reconverter, resultantes da desativação dos hospitais, para reabitar e rejuvenescer o centro de Lisboa”;*
- b) *“garantir a proteção e promover a valorização do património histórico e arquitectónico”;*
- c) *“assegurar a abertura das antigas cercas hospitalares à cidade (...) e da integração no domínio municipal de edifícios de reconhecido valor arquitectónico”;*
- d) *“promover a criação de condições para a instalação de novas atividades económicas e de serviços, que compensem a diminuição de empregos e visitantes resultante da desativação dos hospitais”*

Face ao exposto, na proposta por nós desenvolvida, pretende-se assegurar a conservação do edificado de valor patrimonial, para a preservação da identidade histórica e cultural da colina. Aproveitando a futura desativação dos hospitais da colina, prevê-se a demolição de alguns dos anexos contíguos ao edifício principal (fig.45), considerados espúrios, o que não afectará o sentido patrimonial do conjunto mas pelo contrário, contribuirá para a continuidade urbana, inserindo-se numa estratégia de revitalização urbana e uma melhor leitura do conjunto de interesse público<sup>5</sup>.



**Fig.45** | Esquema da proposta relativo ao existente (baixo) e ao proposto (cima),  
Marisa Machado 2017

<sup>4</sup> Documento da proposta (n.º172/2014) do Plano de Ação Territorial para a Colina de Santana (PAT), aprovada em Abril de 2014, disponível em [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/Licenciamento/Proposta\\_n.\\_.221-2014.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/Licenciamento/Proposta_n._.221-2014.pdf)

<sup>5</sup> Edifício principal do Hospital de São José, antigo Convento e Colégio de Santo Antão-o-Novo, classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público segundo o Decreto n.º 8/83, DR, I Série, n.º 19, de 24-01-1983.



**Fig.46** | Esquema dos Hospitais que serão desativados no âmbito da construção no novo Hospital de Todos-os-Santos, Marisa Machado, 2016

## 2.1 | OS LIMITES

“a cidade designa um conceito de habitat que potencia a comunicação e a colaboração, a troca (...) não poderá a cidade ser traduzida por um conjunto de partes mas sim por um conjunto de relações entre partes “ (Portas, 2007, p.122)

Tal como é mencionado em cima, a arquitetura não se deve fechar sobre si própria mas sim abrir-se a novas possibilidades. A questão dos limites surge na proposta, como resquícios da memória do passado e, como ponto de partida de toda a intervenção. Como tal, o principal objetivo prende-se com a revitalização do espaço e a necessidade de reforçar a identidade local. Estes limites, vestígios físicos que fazem parte da memória da cidade. Uma das características da própria colina, abordada no documento estratégico da Colina de Santana é o “*cadastro fundiário marcado por grandes parcelas, as cercas dos antigos conventos, verdadeiros vazios no tecido urbano que condicionaram a forma urbana*”. Presentes na área de intervenção estão a Cerca Fernandina e a Cerca do Convento, que revelam duas opções opostas de projeto que serão explanadas de seguida.

Existe portanto uma abordagem diferenciada no que se refere à forma como são geridos estes limites que estão implantados no terreno. Por um lado, existem os vestígios da Cerca Fernandina, o ponto de partida da intervenção e motivo do programa arquitetónico, com o seu importante valor histórico e cultural, já discutido. Aqui o objetivo passa por destacar e valorizar os mesmos, no sentido de dar a conhecer um pedaço da história da cidade, adaptada à sociedade atual, como veremos em pormenor mais à frente. Por outro, existe a presença de uma outra cerca, a própria referente ao Hospital de S.José, como definição de limites. Apesar da importância do limite como orientação e contenção, o objetivo é já o de derrubar, em parte, uma vez que impede uma circulação fluida e cria constrangimentos urbanos. Consequentemente a intenção é a de permitir uma maior continuidade urbana e valorização do edifício principal do antigo Convento, abrindo-o à cidade, correspondendo a um dos objetivos pretendidos no PAT, já mencionado anteriormente.



**Fig.47 e 48** | Fotografias atuais da zona da intervenção, Marisa Machado 2016

## 2.2 | ESPAÇO PÚBLICO \_ A RUA, A PRAÇA E O JARDIM

O facto da zona de intervenção ser uma zona com poucos vazios, tal dificulta a vivência no exterior e a apazibilidade do espaço público, que mal existe. O grande desafio é extrapolar os limites, já mencionados, como forma de ligação do novo com o existente.

Segundo Queirós (2007), a revitalização de um centro histórico, passa pela introdução de novas atividades e o preenchimento das áreas devolutas, quer pelo restauro de velhos edifícios, quer pela construção de novos, sempre que se justifique. A supressão de algumas edificações serve como intervenção cirúrgica e de oportunidade para revitalizar o tecido e o funcionamento da zona histórica Sul da colina de Santana. Pretende-se, então, atribuir um carácter inclusivo e acompanhar a evolução ao longo do tempo, como estratégia de revalorização do tecido urbano, ao mesmo tempo que tal faz a representação de uma identidade do local.

*“a estratégia não pode ser a de abandonar a requalificação da cidade herdada e dos seus espaços mais centrais”* (Portas, 2007, p.119).

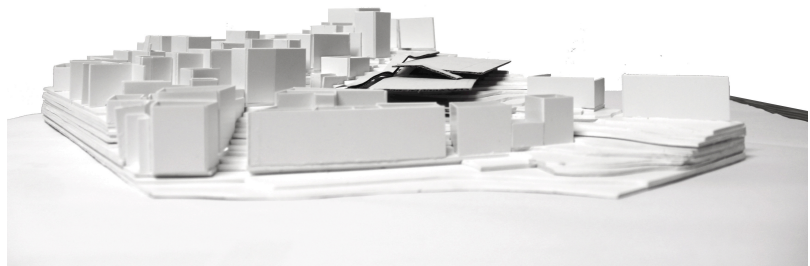
Filomena Paiva Silvano (na CEL<sup>6</sup>), refere a insuficiência do espaço público em Lisboa como principal responsável pela exclusão a que estão sujeitos muitos habitantes, naturais e estrangeiros e, aponta como solução recuperar a materialidade dos espaços, dada a sua obstrução. Uma cidade com melhor aproveitamento do edificado, melhor espaço público, mais áreas pedonais e mais verde, são os objetivos integrados no PDM,<sup>7</sup> sendo importante “requalificar o espaço público e reabilitar ou prover de equipamentos, enquanto âncoras de regeneração e alavancas potenciadoras da reabilitação urbana”. É o sistema de políticas de gestão da cidade que reconhece a qualificação do espaço público como alavanca para o desenvolvimento da mesma, uma vez que potencia a capacidade de atração de pessoas e empresas.

---

<sup>6</sup> CML, Carta Estratégica de Lisboa – Como tornar Lisboa uma cidade amigável, segura e inclusiva para todos ?, 2009

<sup>7</sup> Plano Director Municipal, 2012, disponível em [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/AF\\_REGULAMENTO\\_PDM\\_Lx.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/AF_REGULAMENTO_PDM_Lx.pdf)

**Fig.49** | Maqueta urbana de estudo, com contextualização da proposta ao fundo, Marisa Machado, 2016



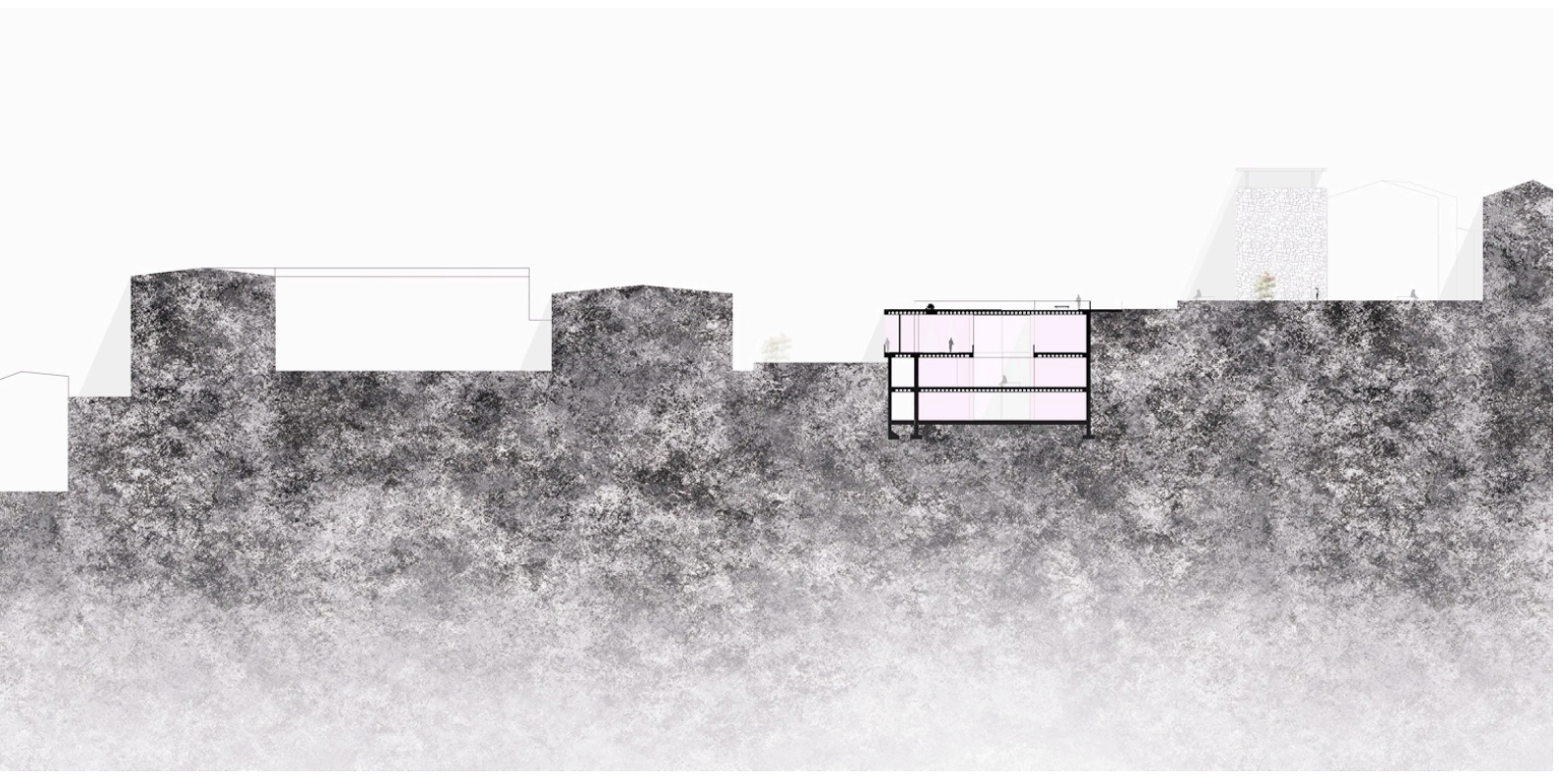
A proposta de intervenção demonstra uma grande preocupação pelo espaço público que, como foi lido na Parte 01, tem uma importância indiscutível na cidade “*se a qualidade das sociedades urbanas também é avaliada em função da sua oferta de mobilidade, tanto espacial como social, o acesso aos espaços públicos – que, em última análise constitui um indicador fundamental do próprio acesso à cidade- é, antes de mais, uma questão de cidadania e da própria democracia na e da cidade.*” (Ferreira, 2004, p.174). Como tal, o objetivo é promover a convivência entre os diversos agentes sociais, criando condições para um processo de revitalização de toda a área envolvente. Isto para restituir qualidade de vida urbana, por meio de uma operação de recuperação e preservação da memória do lugar, intervindo não só sobre edificações mas por meio de instrumentos de desenvolvimento social e económico. Nuno Portas assevera “que a arquitetura de alcance urbano se funda em sistemas de comportamentos , relações funcionais, tipos espaciais a interpretar e transformar, na abertura de formas que vêm , e ela própria fomento de mudança” (Portas, 2007,p32).

A estratégia urbana decompõe-se num sistema de espaços públicos, concebidos como eixos estruturadores para a revitalização desta zona da cidade. Deste modo, será possível imprimir uma ideia e sentido de urbanidade por meio da ligação de novos espaços <sup>8</sup>, até agora impossibilitada, e pela criação de novos e qualificados, com vista à requalificação não só do espaço em si, como à valorização do edificado envolvente, nomeadamente o grande edifício, principal, do Convento de Santo Antão-o-Novo, atual Hospital. O primeiro passo começa pela criação de novos arruamentos, bem como de uma praça, junto à Torre de Santana (fig. 50). Um pequeno gesto que pode mudar a vivência do espaço. Desta forma, será possível deixar respirar este pedaço importante de história, mais visível, que possibilite que este tenha uma melhor recetividade e impacto junto da população, assumindo um melhor enquadramento. Para além disto, advêm os benefícios que uma praça traz, já aludidos.



**Fig.50** | Torre de Santana na atualidade, vista da Calçada Nova do Colégio, Marisa Machado 2017

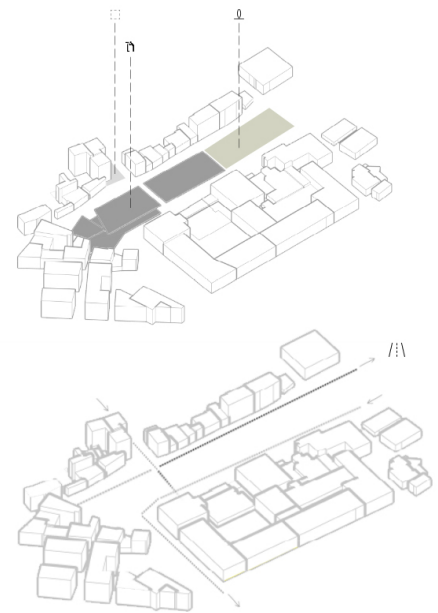
<sup>8</sup> “Uma abordagem contemporânea da cidade não poderá deixar de assumir o espaço público – na sua singularidade, que especifica a cidade ou na sua pluralidade , que multiplica a diversidade urbana – como parte integrante da qualidade de vida social e cultural da cidade.” (Ferreira, 2004, p.134)



Uma vez que o espaço público tem uma importância especial em todo o projeto, a relação com a envolvente pretende-se que seja direta, por meio de uma continuidade gerada pela conexão dos novos espaços propostos na estratégia urbana. Como tal, os percursos de aproximação ao edifício foram pensados nas diversas cotas do terreno acidentado.

A questão das acessibilidades e da presença do carro hoje em dia são duas problemáticas que marcam a Colina, que quase funciona como um centro isolado, uma vez que não tem ligação direta com as duas artérias relevantes, a Avenida da Liberdade e a Av. Almirante Reis, que se encontram a Oeste e Este, respetivamente. Disto advém a necessidade de fortificar os percursos norte-sul e este-oeste para melhorar a fluidez entre a base da encosta e o topo da colina, cujos novos arruamentos pretendem facilitar. Uma das ações ao nível dos arruamentos passa por dar continuidade ao Beco de S. Luís da Pena até à rua do Hospital de S. José. Isto é permitido pela quebra dos limites do hospital, da Cerca, com o intuito de tornar mais acessível a zona e de glorificar o edifício principal. Trata-se de uma intervenção de menor dimensão, com vista a melhorar e incentivar o progresso e a mudança, na medida em que enquadra o novo museu e o edifício principal do Hospital e cria novas dinâmicas de acessibilidade.

Quanto à problemática do estacionamento público, pretende-se projetar a construção de um parque subterrâneo, com cerca de 240 lugares, distribuídos por 3 pisos. Tal será possível em virtude da futura desativação do Hospital, uma vez que, os anexos que lhe servem de apoio (ao edifício principal, construídos posteriormente) deixam de fazer sentido quanto à sua existência e, por isso, permitem então construir uma nova funcionalidade no local. Ao nível do piso térreo, por cima do estacionamento, é proposto um pequeno jardim com áreas permeáveis. Esta possibilidade, não só permite uma nova área de lazer na colina como reforça a importância do edifício conventual ao inseri-lo num novo vazio urbano habitável, adequado às necessidades da zona (demasiado densa).



(página anterior)

**Fig.51** | Corte transversal onde é visível a Torre de Santana (à direita da proposta), Marisa Machado, 2016

**Fig.52** | Esquema da proposta relativo aos espaços de uso público exteriores (praça, jardim e miradouro) e relativo aos acessos, Marisa Machado, 2017



## 3.1 | O EDIFÍCIO \_ O NOVO MUSEU

A cidade de Lisboa tem, inevitavelmente, uma importante herança cultural, composta por um património intangível, da história às tradições, mas também tangível, os museus, monumentos, ruas e edifícios. Os museus são peças fundamentais na preservação e conservação de uma identidade, enquanto edifícios que também vivem e evocam experiências físicas e sensoriais, num jogo de tempos passados, presentes, utópicos.

A estratégia foca-se principalmente na capacidade de atração que se pretende para o edifício, para que complemente a estratégia de revitalização da zona envolvente, mencionada no tópico anterior.

O nome de “Olisipo” surge por ser um museu sobre a cidade e para a cidade. Este espaço, surge como forma de trazer para o centro da cidade um museu que é de todos, e que preserve uma identidade e história fundamentais para a percepção de todas estas camadas temporais visíveis. O propósito é o de fazer esta ligação de um museu com a própria cidade, por meio dos vestígios que permanecem salvos – carregados de sentidos - e, assim revelar de forma interativa, dando a conhecer a riqueza estrutural daquela que é uma das cidades mais antigas da Europa.

Como tal, propõe-se um novo edifício, um novo núcleo, com vista à preservação de uma identidade do local, valorizando a memória dos vestígios da Cerca Fernandina, através de uma abordagem à interpretação da muralha e da micro história local. Este novo museu tem uma dimensão fundamental para a compreensão e resignificação da cidade, potencializando a sua importante herança cultural formada por um património tangível, mas também inatingível.

O grande ponto de partida para a existência do museu foi a ligação de diferentes espaços por intermédio do motivo que os une, o peso da história, da memória e da identidade. Deste modo, para que o museu seja mais um espaço construído que funciona como extensão da própria imagem urbana, e não mais um edifício icónico. A intenção passa por trabalhar a relação que existe entre a praça e o edifício, de modo a que tal seja percebido por uma continuidade do meio físico, mas também por via de um sistema de vistas conferindo uma nova dinâmica à própria exposição patente.

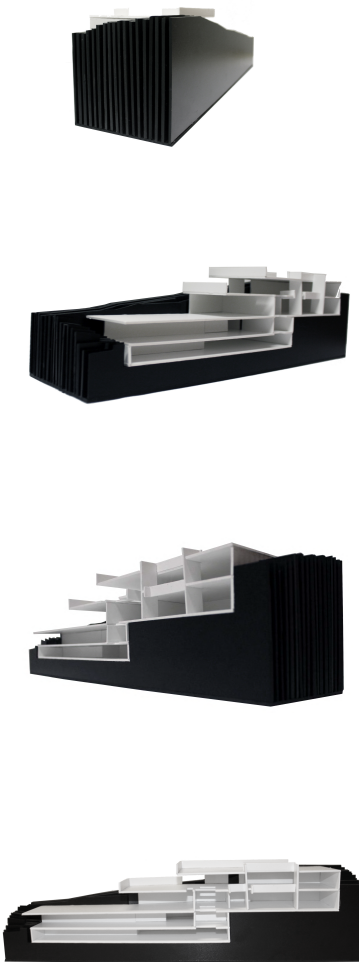
(página anterior)

**Fig.53** | Fragmento da gravura Olisipo da obra *Urbium Praecipuarum Mundi Theatrum Quintum*, da autoria de Jorge Bráunio, 1593, Museu da Cidade, 2017

A figura serve de alusão à temática do Museu, onde é possível ver alguns elementos históricos abordados ao longo deste trabalho, nomeadamente a Cerca Velha e a Cerca Nova

*“O espaço está carregado de sentidos. As suas formas e os seus traços referem-se e articulam-se numa estrutura simbólica, cuja eficácia sobre as práticas sociais é revelada por qualquer análise concreta.”* (Castells, 1973, p. 632)

O Museu Olisipo pretende ser um novo núcleo do atual Museu da Cidade, num sentido de complementaridade. Um museu sobre a cidade tem sempre um problema inerente, o do crescimento ilimitado, pois enquanto houver cidade, o espólio continuará a crescer. O atual museu de Lisboa localiza-se no Campo Grande, no Palácio Pimenta no entanto, desde a sua criação, em 1909, já esteve instalado em vários edifícios, até à sua instalação definitiva no vigente. Para além desta dificuldade, de apresentar uma evidente falta de espaço para expor as suas peças, apesar das tentativas de melhoramento - nomeadamente a construção dos pavilhões branco e preto – o edifício encontra-se num ponto mais periférico, no que toca às origens da cidade. Tal não deixa de ser um pouco contraditório, dada a temática do museu; assim sendo, a proposta de intervenção pretende colmatar estas falhas. Em primeiro lugar, no sentido em que ao fazer um novo pedaço de cidade, as relações que este tem com a envolvente, já existente, assume uma importância muito grande e, poder associar este novo edifício aos elementos históricos que se encontram no local constitui uma mais-valia para a vivência do espaço. Espaço esse no seu todo, quase como uma quebra dos limites, o edifício é a cidade. Posto isto, este novo museu, surge no sentido de complementar os núcleos já existentes, referentes ao Museu de Lisboa, e libertar um pouco o núcleo do Palácio Pimenta, no que se refere à evolução da cidade dos períodos da Cerca Velha à Cerca Nova. Deste modo, este período histórico mais antigo fica localizado neste novo edifício junto aos respectivos elementos históricos que se encontram na envolvente, e o núcleo do Campo Grande fica liberto para poder expor temas dos períodos mais recentes (século XX e XXI) que se encontram em atualmente em depósito.



**Fig.54** | Maqueta de estudo do edifício em corte (fase inicial), Marisa Machado 2017



**Fig.55** | A cobertura como miradouro da cidade, Marisa Machado 2017

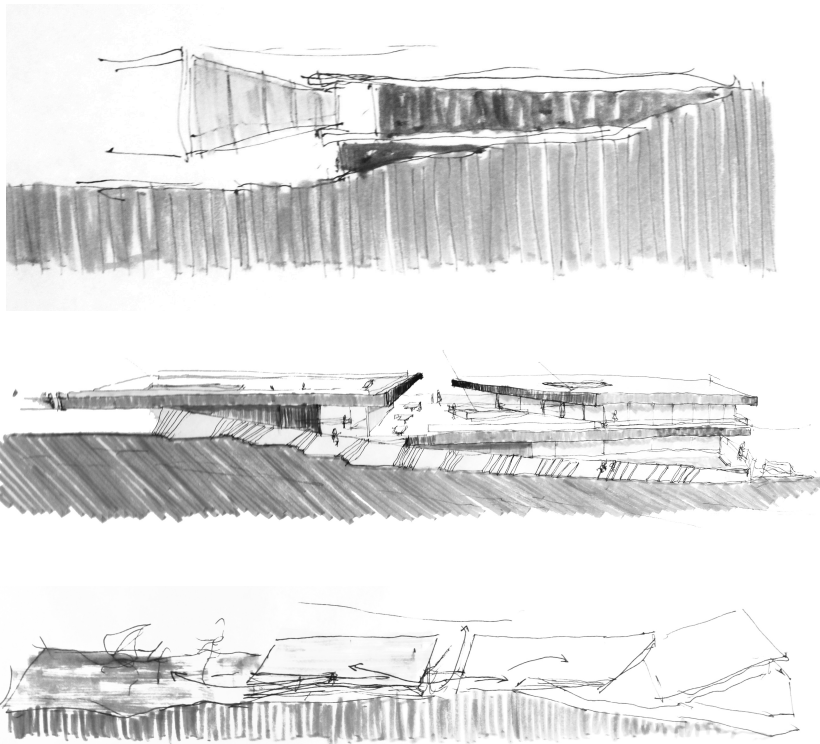
### 3.2 | A COBERTURA

As coberturas têm um peso significativo na cidade, como é visível na imagem conceptual apresentada no início desta 2ª Parte (Fig.40), como tal surge a vontade de dar uma grande importância ao 5º alçado deste novo Museu, uma cobertura que fosse mais do que isso, um miradouro, uma praça, um jardim, um ponto de passagem. Uma espécie de *miradouro*, que contém as suas funções por baixo, o Museu Olisipo, numa vontade de proporcionar experiências espaciais em fusão com a paisagem urbana.

O edifício é composto por uma série de coberturas planas, acessíveis, com duas direções diferentes, geradas devido à forma do terreno. O resultado é o de potenciar diferentes enquadramentos, por meio destes dois grandes planos horizontais, que se prolongam para lá dos planos verticais, acessíveis através de um novo grande eixo, paralelo à Calçada Nova do Colégio, conferindo uma outra escala à mesma, e que liga as diversas cotas do terreno. Portanto, se por um lado temos ligações visuais para a Torre de Santana, da Cerca Fernandina, proporcionadas pela pequena nova praça, do lado oposto existe a vista para a colina do Castelo, onde se encontra a Cerca Velha. Estas relações visuais, directas com a cidade são todas elas apropriadas, não fosse este um Museu sobre a cidade.

As *coberturas* têm um papel fundamental na intervenção, por serem um elemento de grande destaque. Caracterizam-se por funcionar como grande espaço exterior de acesso público, coberturas acessíveis, grandes espaços de estar, e cujo acesso é permitido por vários pontos, a partir de cotas diferentes, demonstrando uma ligação com o sítio, com o terreno acidentado.

O propósito é o de um posicionamento em relação ao espaço público, ou seja, de uma transformação que imprime continuidade (que antes não existia) ao contexto em que se insere. Lembremos o exemplo do Centro Cultural do Bom Sucesso, em Alverca, apresentado na Parte 01. O modo como o desenho do 5º alçado influenciou a vivência do espaço, e mudou inteiramente as dinâmicas da zona e as relações entre diversas cotas, proporcionando uma visão privilegiada do ponto de vista do utilizador, serviu de referencia para a elaboração da proposta. Embora com uma linguagem diferente da que se pretende para a proposta, existe em comum o princípio de manter uma utilização pública das coberturas e a topografia acidentada que assim o permite fazer num gesto subtil, revelado apenas no ponto mais baixo do terreno.



**Fig.56** | Esquços com estudo das coberturas, Marisa Machado, 2017

### 3.3 | LUZ E MATÉRIA

Para além das relações exteriores que existem, entre as grandes coberturas e a nova praça, os **espaços interiores** são desenhados de forma a enquadrar determinado ponto da cidade, numa tentativa de fusão urbana, permitido quer pelos vãos, como também pelas aberturas das coberturas, *“essas paisagens fundem-se, interpenetram-se, de modo que o nosso estado de alma, seja ele qual for, sofre um pouco da paisagem que estamos a observar”* (Pessoa, 2002, p. 74).

A luz tem um papel fundamental, no sentido em que, ajuda na perceção do tempo e tal como Baeza afirmava “é precisamente a única capaz de fazer com que os espaços definidos pelas formas construídas com material denso, flutuem, levitem. (...) O insuportável peso da matéria inevitável e imprescindível só pode ser vencido pela Luz.” (Baeza, p.49)

As proporções do edifício regem-se por duas grandes malhas reticuladas, desfasadas, que se cruzam entre si no ponto de entrada, concebendo um espaço amplo de pé direito duplo (Fig.46). Como tal, estas aberturas, bem como as geradas pelos diversos pátios, não só têm importância em termos de luz como numa relação de vistas, que pretende criar uma dinâmica em que a cidade, de repente, se torna também peça do museu; lembre-se que “[a] arquitetura, diz-se, difere fundamentalmente da escultura pela criação de espaço interno, (...) que deve ser vivido, percorrido, para apreensão total do edifício, donde, tal como na escultura, a existência do tempo como medida nesta arte” (Távora, 2006, p.15).

No que toca à *materialidade*, pretende-se que formalize um pouco a própria solução construtiva e destaque os planos horizontais formados pelas coberturas. Os dois materiais mais presentes são o betão e o vidro. O betão surge como forma de expressar a nova massa edificada, num tom neutro que serve de base à verdadeira vida do espaço, que é dada pelas pessoas que o habitam, pelo tempo, pelo clima, pela luz característica de Lisboa. O vidro, em contraste com a brutalidade do betão, surge como forma de convidar o indivíduo a experienciar o espaço e de fazer parte dele. Nas coberturas, no novo miradouro da cidade, existe uma mudança de pavimentos como forma de notar as zonas de estar das zonas de circulação.

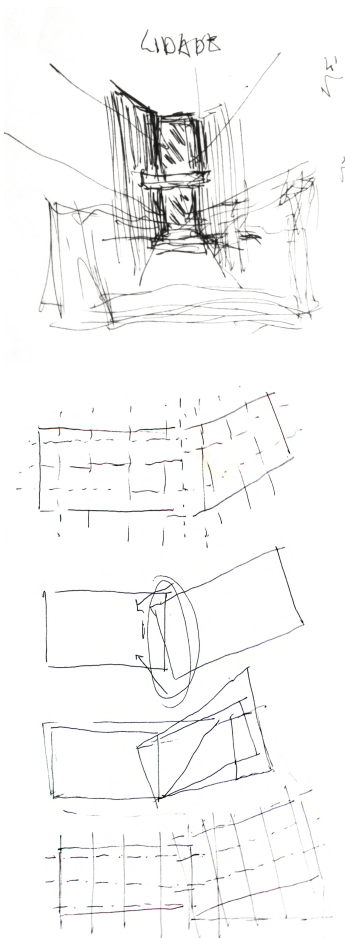


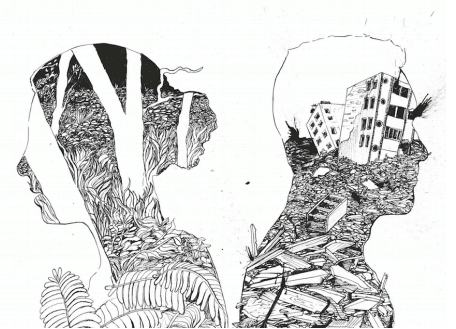
Fig.57 | Esquços do projeto, Marisa Machado, 2016

## 3.4 | A EXPOSIÇÃO

. “Um lugar tem de se tornar uma paisagem interior para que a imaginação comece a habitar esse lugar e fazer dele o seu teatro.”<sup>9</sup>

O espaço expositivo demonstra assim a evolução de Lisboa, desde a cerca velha à cerca nova. Procura dar a entender os elementos, de um contexto mais particular ao mais alargado. Um vestígio de memória, visível nas plantas, pinturas, fotografias, que fixam uma determinada realidade, que já não existe, e cria assim um discurso da existência da cidade, uma viagem no tempo.

O edifício encontra-se dividido em duas grandes partes independentes, mas que se relacionam entre si. A principal corresponde ao Museu em si, com todos os seus espaços expositivos e espaços de apoio, abertos ao público. Está distribuído entre exposição temporária e exposição permanente e conta com um auditório e espaços de apoio para complementar as necessidades do espaço. O piso do estacionamento contém ainda o espaço do arquivo museológico que pode ou não ser visitável. A parte que falta abordar é de um carácter mais interventivo, uma vez que, para além de conter a parte administrativa – que permite assegurar a gestão do núcleo – pretende-se que contenha uma espécie de incubadora para a comunidade. O objetivo desse desejo é o de apoiar e incentivar a criação de ideias e projetos aos vários níveis, quer artística, científica ou outra ligada ao tema da cidade, com a possibilidade posterior de venda ou exposição dos próprios trabalhos no espaço expositivo do Museu. Assim, este equipamento que aborda o passado da cidade pretende trazer dinâmicas de desenvolvimento criativo e inovador para o futuro. Um edifício que se adapte às diversas realidades e que demonstre que não só a memória individual mas também a criatividade pode contribuir para contar uma história da cidade.



**Fig.58** | Ilustração *Distopia*, uma discussão acerca da realidade, João Carola, 2014

<sup>9</sup> CALVINO cit. Por TAINHA, Manuel, Textos do Arquitecto Manuel Tainha. O como, o quê, o porquê ou o discurso adiado, p.84



**Fig.59, 60 e 61** | Excertos do documentário “Fundeadouro Romano em Olisipo” de Raul Losada, *Observador*, 2015  
Recriação virtual em três dimensões de César Figueiredo de Olisipo, a cidade na época romana.



**Fig.62** | Excerto do documentário “Fundeadouro Romano em Olisipo” de Raul Losada, *Observador*, 2015  
Recriação virtual em três dimensões de César Figueiredo do porto de Lisboa na época romana.

## | CONCLUSÕES

A necessidade de requalificação de certas zonas na capital e em particular, na zona da Colina de Santana, surge da existência de zonas obsoletas, em que o tecido urbano torna difícil a vivência que se pretende na cidade. Assim, partindo das problemáticas levantadas pela proposta de Revitalizar a Cidade Consolidada, procurou-se construir um discurso racional tendo por base a cidade atual e desenvolvendo uma abordagem projetual que não poderia ser feita sem um desenho urbano prévio, de um tecido urbano denso. Houve a preocupação de não nos focalizarmos numa problemática específica e segmentada, como tema central, (por exemplo, a desativação do Hospital ou remeter para o atual Museu de Lisboa) para que o edifício proposto falasse por si só, oferecendo as respostas necessárias às necessidades atuais.

Deste modo, justifica-se a relação íntima da componente teórico-científica com a proposta, na medida em que a segunda (Parte 02) pretende dar uma resposta prática e realista em termos de proposta projetual face às questões abordadas e defendidas na primeira (Parte 01 – A Cidade Consolidada). A análise bibliográfica permite, de certa forma, fundamentar os princípios gerais concebidos para a proposta urbana e arquitetónica.

Enquadrados os encadeamentos da proposta de intervenção e da componente teórica, é de ressaltar a importância do espaço público na revitalização num tecido urbano consolidado, no sentido em que gera novas relações, importantes para uma vida cidadina de qualidade. Não existe cidade se não existir espaço para a vida pública. A discussão teórica que apresentamos sobre a componente de espaços de uso público em contexto urbano evidencia isso mesmo, sendo bem saliente a relação entre estes dois âmbitos, sendo ainda de destacar a posição do homem enquanto ser que habita o espaço. Como tal, deve também ele fazer parte do processo de construção do espaço para que o eixo de uso público tenha força suficiente para revitalizar um espaço atualmente descaracterizado, um dos pressupostos defendidos logo no início deste trabalho.

A compreensão e análise do funcionamento da cidade revelaram-se importantes para a estruturação da proposta de intervenção que, toca vários pontos axiais. O primeiro, o futuro da Colina de Santana - após a desativação dos Hospitais - o que tem especial impacto na própria zona de localização da própria proposta. O segundo surge aqui devido à temática histórica da evolução da cidade, o confronto entre o atual Museu de Lisboa e a sua polinucleação, no sentido de lhe atribuir um carácter mais dinâmico e participativo na vida cultural e artística da cidade.

Com a proposta pretendeu-se ir muito além das possibilidades espaciais, potenciadas pela futura desativação do Hospital de S.José no Convento de Santo Antão-o-Novo. O princípio surge de uma vontade de entender o passado – as várias pré-existências existentes em toda a zona envolvente – para poder projetar o futuro. Desta forma, o grande ponto de partida do presente trabalho, passou pela compreensão do sistema de formação deste território, de forma a enquadrar os elementos históricos do local e perceber a sua relevância e o modo como o passado pode interagir com o futuro, numa espécie de fusão espacial e temporal. Relembre-se que esta proposta procurou responder à seguinte questão: De que modo se pode revitalizar a zona Sul da Colina de Santana gerando espaço público de qualidade e recriando referências identitárias face a este lugar?

Neste contexto, pareceu-nos oportuno adotar uma estratégia mais ao nível da revitalização urbana. Em primeira instância, procurou-se intervir no espaço urbano em análise, de modo a criar um lugar de permanência que promova as relações sociais e interculturais. Foi este o principal foco ao nível do desenho arquitectónico. Um novo eixo dinâmico, de uso público, com uma forte relação interior/exterior, *“não se trata de ocupar mais o território mas de o ocupar melhor”* (Ferreira, 2004, p.106). Solução que vai de encontro à resposta provisória apresentada no início e em que se afirmava a necessidade de revitalizar a zona Sul da Colina de Santana e recriar referências identitárias face a este lugar.

A ideia de estabelecer um museu para o local, está intimamente ligada à história do sítio. Em primeiro lugar, a sua componente de equipamento cultural, por ser um elemento de

atração por si só, impulsionador de novas dinâmicas no local e vinculação da própria identidade local e, em segundo lugar, a vertente de investigação que pretende contribuir para a conotação da colina de Santana como Colina do Conhecimento, sendo que a sua implementação irá redinamizar atividades económicas, culturais, artísticas e sociais afectas à zona de intervenção. Este equipamento procura operar a ressignificação da presença da Cerca Fernandina na Colina de Santana, e trazer este elemento de volta à memória coletiva da cidade de Lisboa.

Por outro lado, a intervenção procura ter efeitos em vários domínios, nomeadamente facilitar a acessibilidade ao local, contribuir para a qualidade de vida quer dos moradores, trabalhadores e visitantes e aproximar a colina à cidade, oferecendo novas dinâmicas, num novo roteiro cultural, no fundo, reforçar a coesão social e urbana.

Surgiu então o conceito de *Olisipo*, no qual nos deparamos com a hipótese de uma relação simbólica não só com o lugar em si, mas abrangendo também uma escala maior, no sentido em que o tema poderá ter força suficiente, enquanto conteúdo simbólico para cativar as pessoas ao local. Funcionar como motor de atração neste intuito de revitalização do lugar.

O trabalho culminou numa redescoberta da cidade e do espaço público enquanto esfera pública que caracteriza a própria cidade, não descurando a aprendizagem que foi possível por meio dos autores mencionados e de outros que indiretamente motivaram a escrita do trabalho. A leitura histórica que abordou as sucessivas ocupações da cidade permitiu perceber o caminho evolutivo e ganhar consciência do desenvolvimento inicial de toda a cidade de Lisboa e da importância das várias linhas defensivas.

É de prever que uma intervenção, numa cidade histórica como a de Lisboa, parta de um conhecimento do seu passado. Neste caso, o passado cultural e histórico das cercas, com incidência na Cerca Fernandina presente na área de intervenção. Este documento deixa em aberto a discussão da problemática sobre a requalificação urbana e, da urgência em repensar a forma como tal se processa, nomeadamente a capacidade de seleção com a subtração de alguns elementos para que se possa construir

a cidade do futuro, sem que se perca a identidade e a memória, que será sempre o que a melhor a caracteriza.

Atuar sobre um território no centro da cidade de Lisboa é, sem dúvida, um grande desafio, devido à capacidade incomensurável de transformação nas relações que existem com a envolvente, quer numa relação de proximidade com a vizinhança, quer num sistema complexo de relações a média/grande distância, ao nível de uma área metropolitana como Lisboa. Esta foi, aliás, uma das dificuldades na elaboração deste trabalho, bem como o facto de a área de intervenção ter uma dimensão e singularidades bem delimitadas. Não obstante, acreditamos que este trabalho constitui um contributo útil e operativo e que pode ser o ponto de partida para uma reflexão mais alargada e aprofundada sobre o futuro da colina de Santana e sobre o desenho dos espaços públicos urbanos nesta zona da cidade.

A colina de Santana encontra-se num momento de viragem, esta é passível de assimilar várias intervenções ao longo do seu tecido urbano representativo da ordem e do caos urbano. Contudo, é urgente devolver o espaço à cidade, às pessoas, ou seja aos seus cidadãos.

Por último, este trabalho vem contribuir para o debate inacabado em torno da necessidade das operações de requalificação urbana conseguirem (ou não) promover uma adequada articulação entre o novo e o antigo. Como recomendação futura, é importante repensar as várias oportunidades de revitalizar o centro da cidade, sem que as suas referências em termos de identidade e memória fiquem descaracterizadas, sendo este um processo fundamental para impulsionar as relações e atividades sociais vividas, pois, estas são o reflexo de uma cidade consolidada e vivenciada. Na nossa perspetiva, a relação entre a arquitetura na cidade e as ciências sociais representa uma oportunidade de exploração que pode ainda ser mais potenciada. Este trabalho procura promover este diálogo profícuo, uma vez que esta interlocução interdisciplinar apresenta potencialidades acrescidas quer ao nível da reflexão, como da análise e até resolução dos problemas que marcam as cidades da contemporaneidade.

Este documento contém 17708 palavras



## | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### \_ Livros

**AGUIAR**, José. *Cor e Cidade Histórica – Estudos Cromáticos e conservação do património*, Porto: FAUP , 2002.

**ARENDT**, HANNAH. *La crise de la culture*, trad. Fr., Paris: Gallimard, Idées, 1972.

**ASCHER**, François. *Metapolis. Acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta Editora, 1998.

**ASCHER**, François. *Os Novos Princípios do Urbanismo. Novos Compromissos urbanos: um léxico*; Lisboa: Livros Horizonte; 2010.

**AUGÉ**, Marc. *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90º Editora, 2005.

**BAEZA**, Alberto Campo, *A Ideia Construída* (Ideia, Luz e Gravidade), Casal de Cambra: Edição Caleidoscópio , 2006.

**BORJA**, Jordi. *El Espacio Público : ciudad y ciudadanía*, Barcelona: Ed. Electa, 2003.

**BORJA**, Jordi. *Fazer Cidade na Cidade Actual, Centros e Espaços Públicos como Oportunidades* in BRANDÃO, P; remedar, A. (coord.) *Espaço Público e Interdisciplinaridade*, Lisboa: Centro Português do Design; 2000.

**BORJA**, Jordi. *La Ciudad Conquistada*; Madrid: Alianza Editorial, 2003.

**BRANDÃO**, P. *Espaço Público e Interdisciplinaridade*, Lisboa: Centro Português de Design, 2000.

**BRANDÃO**, P., **CARRELO**, M.; **ÁGUAS**, S. *O Chão da Cidade – Guia de Avaliação do Design de Espaço Público*, Lisboa: CPD, 2002.

**BURGUIN**, Victor. *Different Spaces – Place and Memory in visual Culture*, LA, Califórnia: University of California Press, 1996.

**CALVINO**, Italo. *As Cidades Invisíveis*, Lisboa: Editorial Teorema, 1990.

**CORREIA**, Fernando da Silva. *Os Velhos Hospitais da Lisboa Antiga*, Lisboa: Publicações Culturais da CML, 1942.

**CULLON**, Gordon, *Paisagem Urbana*, trad. de Isabel Correia, Carlos de Macedo, Lisboa: Edições 70, 2006.

**FERREIRA**, Vítor Matias, *Fascínios da cidade – Memória e projecto da Urbanidade*, Lisboa: Centro de estudos territoriais (ISCTE) e Ler devagar, 2004

**FRANÇA**, José Augusto. *Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

**FORTUNA**, Carlos, *Cidade, Cultura e Globalização – Ensaios de Sociologia*, Oeiras: Celta Editora, 2001.

**FREITAG**, Michel. *Arquitetura e Sociedade*. (1ª Edição). Lisboa; Publicações Dom Quixote, 2004.

**GEHL**, Jan. *La Humanización del Espacio Urbano; la vida social entre los edificios*; Barcelona: Ed. Reverte, 2009.

**GEHL**, Jan. *Novos Espaços Urbanos*, Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

**KOOLHAAS**, Rem. *Três Textos sobre a Cidade*, trad. Luís Santiago Baptista, Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2010.

**LAMAS**, José. *Morfologia Urbana e desenho da cidade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

**LEITE**, António Santos e **FELICIANO**, Ana Marta, *Memória Arquitectura e Projecto – Reflexão e propostas para uma reabilitação sustentada do património urbano e arquitectónico*, Lisboa: By the book, 2016.

**LE CORBUSIER**. *Urbanisme* (trad. port., *Urbanismo*, São Paulo: Martins Fontes, 1992).

**LEFEBVRE**, Henri. *Le Droit à la Ville* (trad. port. Rui Lobo, *O Direito À Cidade* : Lisboa, 2000).

**LYNCH**, Kevin. *The Image of the City*, Cambridge (Mass) : The MIT Press (trad. port., *A imagem da cidade*, Lisboa: Edições 70, 1996.

**MENDES**, Maria Clara. *O Planeamento Urbano na Comunidade Europeia: evolução e tendências*, Lisboa: Dom Quixote, 1990.

**MENEZES**, Marlucci. “*Modalidades de Uso/Apropriação e o Planeamento dos Espaços Públicos Urbanos: Contributos para a Análise e Intervenção*”. SILACC 2007 “Cidade e Cultura: Dimensões Contemporâneas”, São Paulo: EESC-USP: São Carlos, Outubro de 2007.

**NORBERG-SCHULZ**, C. *Existencia, Espacio y Arquitectura*, Barcelona: Editorial Blume, 1975.

**OLIVEIRA**, Francisco et al. *AutentiCidade – Condições sobre a Condição Urbana Contemporânea*, Lisboa: Chiado Editora, 2017.

**PESSOA**, Fernando (2009), *Citações e Pensamentos de Fernando Pessoa*, Alfragide: Casa das Letras, 2009.

**PORTAS**, Nuno. *A Cidade como Arquitectura*, Lisboa: Livros Horizonte, Lisboa, 2007.

**PORTAS**, Nuno. *Notas sobre a intervenção na cidade existente*; in N.Portas, *Os Tempos das Formas - a Cidade Feita e Refeita* (vol.1, pp.171-183), Guimarães : Departamento Autónomo da Arquitectura da Universidade do Minho, 1982.

**RODRIGUES**, José Manuel; *Teoria e Crítica de Arquitectura século XX*; Caleidoscópio; Lisboa 2010.

**ROSSI**, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

**SANTANA**, Francisco e **SUCENA**, Eduardo. *Dicionário da História de Lisboa* , Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994.

**SCHULZ**, Norberg. *Intentions in architecture*, Cambridge: MIT Press: 1965.

**SENNETT**, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

**SILVA**, A. Vieira da. *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Lisboa; 2ªedição, 2vols.; Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa , 1987.

**TÁVORA**, Fernando. *Da Organização do Espaço*, Porto: FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto, 2006.

**TÁVORA**, Fernando. *Teoria Geral da Organização do Espaço. Arquitectura e Urbanismo. A Lição das Constantes*, Porto: FAUP publicações, 1993.

**TRIGUEIROS**, Luíz. *Fernando Távora*; Lisboa: Editora Blau, 1993.

**WHITEHAND**, J.W.R e **LARKHAM**, Peter J. *Urban Landscapes: International Perspectives*, Londres: Routledge, 1992.

**VIEIRA DE ALMEIDA**, Pedro. *Ensaio sobre algumas características do Espaço em Arquitectura e Elementos que o Informam*, Porto: ESBAP, 1963.

**ZEVI**, Bruno. *Saber Ver a Arquitectura*; São Paulo: Martins Fontes, 1996.

**ZUMTHOR**, Peter. *Atmosferas*, Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

\_ Teses \_

**OLIVEIRA**, Francisco; *O Chão da Cidade, o plano esquecido: a Arquitectura do Chão e a formação de uma Impressão Digital Urbana, o caso de Lisboa*; tese de doutoramento; Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (dactilografado); 2007.

\_ Revistas e Jornais

CASTRO, Alexandra, “*Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade: Contributos para a Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos*” in *Cidades - Comunidades e Territórios*, CET - Centro de Estudos Territoriais, nº5, Dezembro de 2002, p. 53 – 67.

DIAS, Manuel Graça. “A Arquitectura como uma Arte que contém o Útil” in *Arte, Arquitectura e Cidade*, Lisboa:Parceria A. M. Pereira, 2011, p.84 – 94.

INDOVINA, Francesco; O Espaço Público: Tópicos sobre a sua mudança; *Cidades, Comunidades e Territórios*; nº5; 2002, pág. 119-123.

LEITE, António Santos e FELICIANO, Ana Marta, Plug-In City; Máquina ou Organismo?, in *Palcos da Arquitectura – Vol.II*, Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, Novembro 2012, p. 543 – 550.

MENDES, Maria Manuela e NICOLAU, Jorge, *Urbanismo e Democracia: a cidade e o projecto – o projecto urbano como elemento segregador* in *Espaços Vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade*, nº1, janeiro de 2015, p.20-28,

PEREIRA, Maria João, *A importância do desenho de Espaço Público* in *Espaços Vividos e espaços construídos : estudos sobre a cidade*; CIAUD, nº3; Dezembro de 2016, p51-59.

SÁ, Teresa, *Espaço Público: o espaço da palavra ao espaço do silêncio* in *Espaços Vividos e espaços construídos : estudos sobre a cidade*; CIAUD, nº3; Dezembro de 2016, p91-97.

SAMPAIO, Norberto, *Vestígios Vivos das Muralhas de Lisboa*, in *Olisipo – Boletim do grupo amigos de Lisboa*, Abril de 1938, nº2, p.22-23.

\_ Manuais / Planos para consulta

CML, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA; *Plano Diretor Municipal. Regulamento*; CML, Departamento Planeamento e Reabilitação Urbana, Divisão de Planeamento Territorial; Lisboa, 2012

CML, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA; *Uma praça em cada bairro. Caderno*; CML, Departamento Planeamento e Reabilitação Urbana, Divisão de Projetos e Estudos Urbanos; Lisboa, 2014

CML, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA; “*Carta estratégica de Lisboa 2010-2024 - Um compromisso para o futuro da cidade*”; Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa ; 2009

CML, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA; *Programa de Ação Territorial para a Colina de Santana*, disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/reabilitacao-urbana/programa-de-acao-territorial-para-a-colina-de-santana>

\_ Documentos Electrónicos (internet)

BORJA, Jordi, "Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio." *Arquitextos*, 072, 2006. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/353> .

Câmara Municipal de Lisboa, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/>

Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada, realizada no 1º encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, 1995, disponível em : [https://www.culturante.pt/fotos/editor2/1995\\_\\_carta\\_de\\_lisboa\\_sobre\\_a\\_reabilitacao\\_urbana\\_integrada-1o\\_encontro\\_luso-brasileiro\\_de\\_reabilitacao\\_urbana.pdf](https://www.culturante.pt/fotos/editor2/1995__carta_de_lisboa_sobre_a_reabilitacao_urbana_integrada-1o_encontro_luso-brasileiro_de_reabilitacao_urbana.pdf) .

Casa da Música, disponível em <http://oma.eu/projects/casa-da-musica> .

Centro Cultural do Bom Sucesso de Miguel Arruda, disponível em: <http://0608.habitarportugal.org/hp2009/uploads/imgs/1243533501Q2oJK9wt1Bp49NU5.pdf>

Direção-Geral do Património Cultural, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/>

Hemeroteca Municipal de Lisboa, disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt>

LEITE, António Santos e FELICIANO, Ana Marta, *Cerca Fernandina na Colina de Santana; Presença, Memória e Ressignificação como Estratégia de Reabilitação para a Contemporaneidade*, apresentada no Seminário Património Hospital de Lisboa: que futuro ?, dezembro 2010, disponível em: <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/2010/hospitalar/MFeliciaALeite%20Estrategia%20de%20Reabilitacao.pdf> .

Museu de Lisboa, disponível em: <http://www.museudelisboa.pt>

PORTAS, Nuno, "Do vazio ao cheio". *Cadernos de Urbanismo* nº2. Disponível em [www.cidadeimaginaria.org/eu/Dovazioaocheio.doc](http://www.cidadeimaginaria.org/eu/Dovazioaocheio.doc) .

Toponímia de Lisboa, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia> .



# 03

ANEXOS



ANEXO 01 | INFORMAÇÃO HISTÓRICA  
DA CIDADE DE LISBOA





**Fig. 1** | Torre de Santana, a partir da Calçada de Santana, Pena, 1949.

A torre está hoje cercada de prédios de habitação, ficando-lhe também contíguo, ao norte, um forno de padaria com uma alta chaminé.

Elaborado por: Eduardo Portugal

**Fig.2** | Troço da Muralha Fernandina entre a Rua Martim Vaz e a Calçada Nova do Colégio, 1948  
Elaborado por: Eduardo Portugal  
Fonte: Arquivo Fotográfico da CML





**Fig.3** | Troço da Muralha  
Fernandina, 1949, CML



**Fig.5** | Torre de São Lourenço,  
vista do actual Palácio da Rosa,  
1948, Arquivo Fotográfico da CML



**Fig.1** | Troço da muralha Fernandina ao longo da Calçada Nova do Colégio, Pena, 1948.  
Elaborado por Eduardo Portugal



**Fig.6** | Praça do Martim Moniz durante demolições , 1947  
Arquivo Fotográfico da CML



**Fig. 7** | Praça do Martim Moniz após demolições , 1947  
Arquivo Fotográfico da CML



**Fig. 8** | Panorâmica da Praça Martim Moniz e Rua da Palma, aquando das demolições,1951,  
Arquivo Fotográfico da CML



ANEXO 02 | FOTOGRAFIAS ATUAIS DA  
ENVOLVENTE DA PROPOSTA





**Fig. 9,10 e 11** | Fotografias da envolvente,, Beco de S.Luis da Pena, Marisa Machado 2017



**Fig. 12,13 e 14** | Fotografias da envolvente,, Beco de S.Luis da Pena no cruzamento com a Calçada de Santana, Marisa Machado 2017



**Fig. 15, 16 e 17** | Fotografias da envolvente, Calçada Nova do Colégio, Marisa Machado 2017



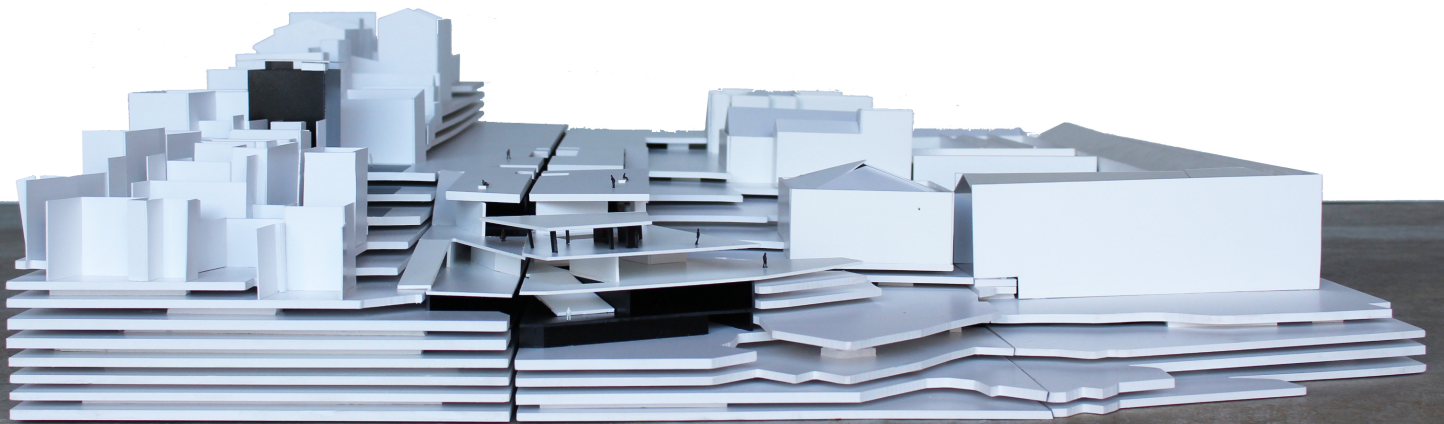
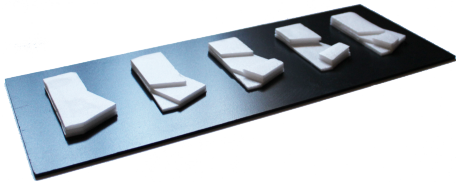
**Fig. 15, 16 e 17** | Fotografias da envolvente,, Travessa do Colégio, Marisa Machado 2017

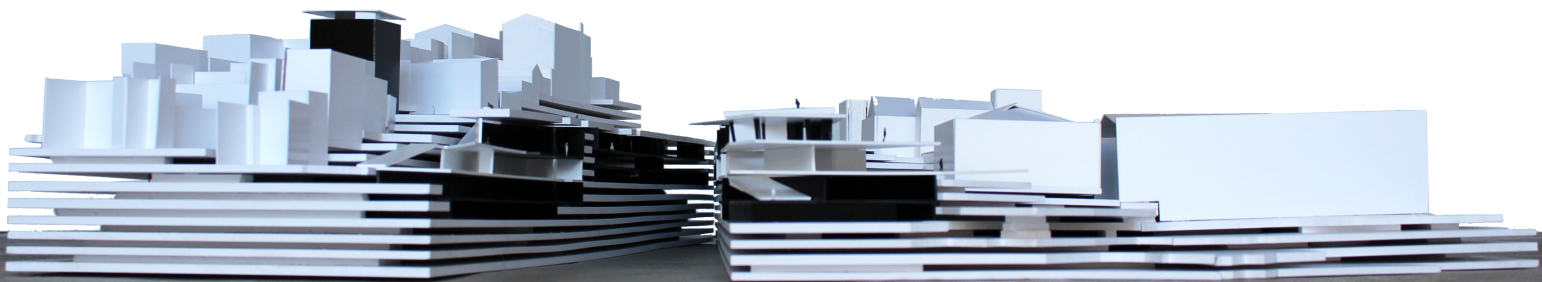
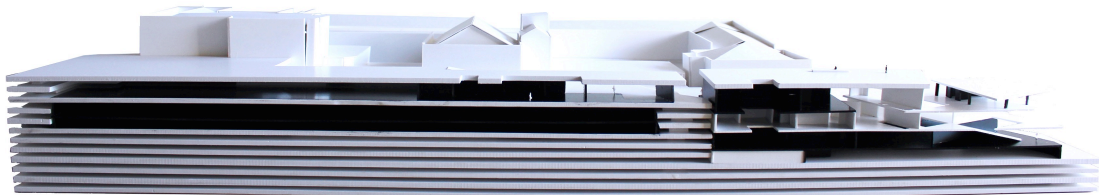


**Fig. 15, 16 e 17** | Fotografias da envolvente,, Travessa Gaspar de Trigo e zona envolvente do Hospital de S.José, Marisa Machado 2017

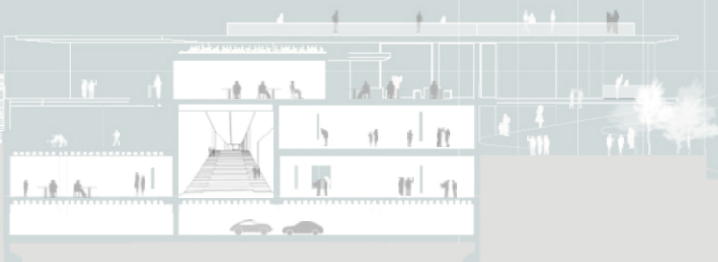


ANEXO 03 | MAQUETAS  
PEÇAS DESENHADAS











## ESPAÇOS DE USO PÚBLICO COMO PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO DA CIDADE CONSOLIDADA | O MUSEU OLISIPO NA COLINA DE SANTANA |



1. relação com a cidade



2. o museu



3. a exposição

A arquitetura estabelece uma relação direta entre a concepção do espaço e os modos de vida, como tal esta correspondência entre espaço e utilizador, o que habita e o que é habitado, torna-se fulcral no sentido de perceber um entendimento real do espaço em que se habita. O presente trabalho pretende compreender de que forma é possível revitalizar um pedaço de uma cidade consolidada, com vista a gerar novos fluxos e dinâmicas e complementar a rede de centralidades que gera vida qualificada no contexto urbano.

A desigualdade que se faz sentir, em algumas zonas consolidadas da cidade de Lisboa, entre a densidade construída e espaços de usos público, é notória. Daí, advém a necessidade de repensar também o modo como os edifícios comunicam com as pessoas e, impulsionam também eles interações sociais, dentro da sociedade contemporânea, por forma a gerar vida entre os mesmos. Subjaz à proposta de um novo Museu da Cidade uma ambição reestruturadora de grandes espaços sustentados pelo respeito às heranças históricas, nomeadamente a Cerca Fernandina e promover assim uma vivência mais qualificada na Colina de Santana.

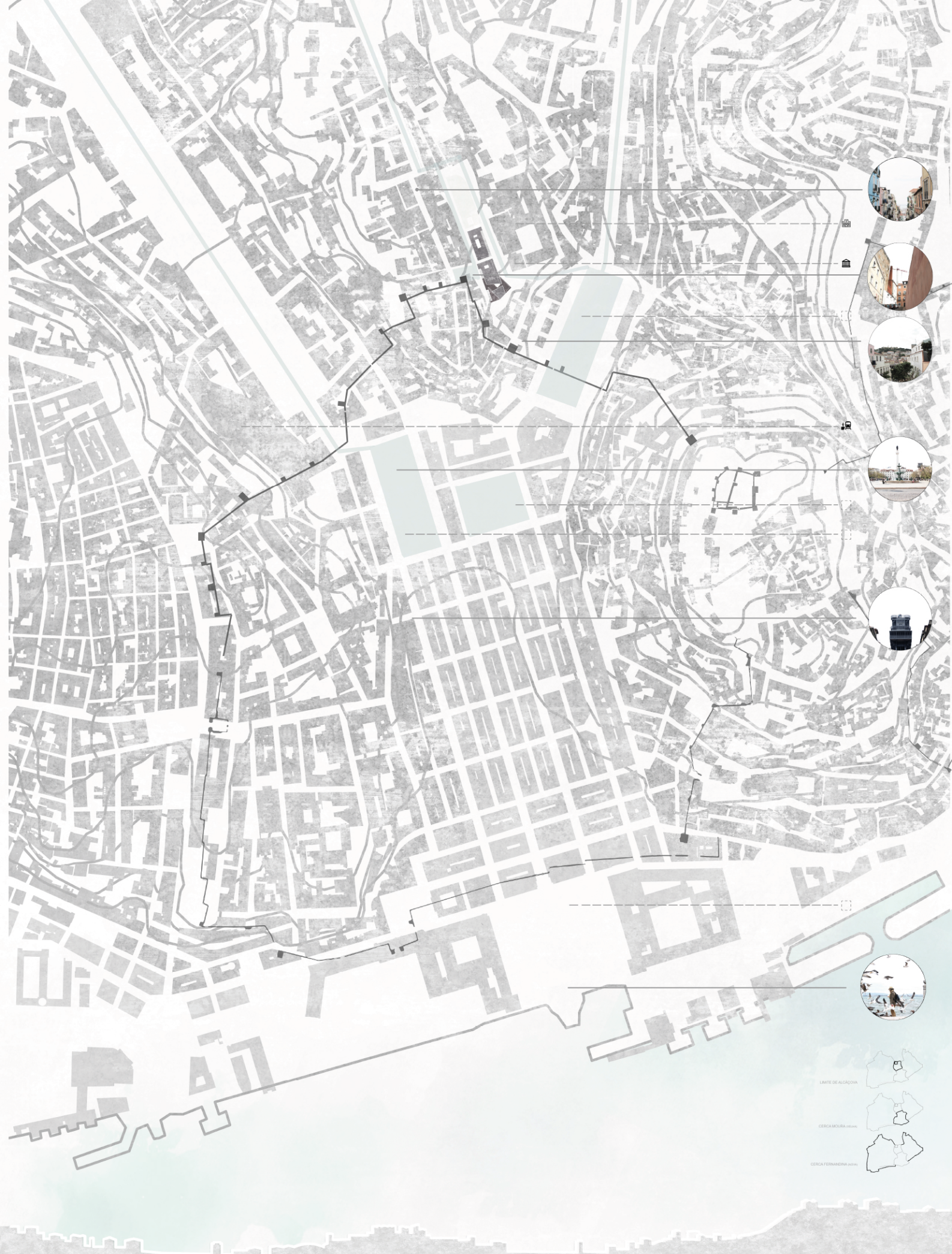




A cidade de Lisboa, com quase 1000 anos de história tem, inevitavelmente uma importante herança cultural, composta por um património intangível, da história às tradições, mas também tangível, os museus, monumentos, ruas e edifícios. Os museus são peças fundamentais na preservação e conservação de uma identidade, enquanto edifícios que também vivem e evocam experiências físicas e sensoriais, num jogo de tempos passados, presentes, utópicos. Como tal, propõem-se um novo edifício, um novo sítio, com vista à preservação de uma identidade do local. Este novo museu tem uma dimensão fundamental para a compreensão da cidade, pois tem uma importante herança cultural formada por um património tangível, mas também intangível, da história às tradições.

O propósito é o de fazer esta ligação de um museu com a própria cidade, por meio dos vestígios que permanecerem salvos – carregados de sentidos – e, assim revistar de forma interativa, dando a conhecer a riqueza estrutural daquela que é uma das cidades mais antigas da Europa.

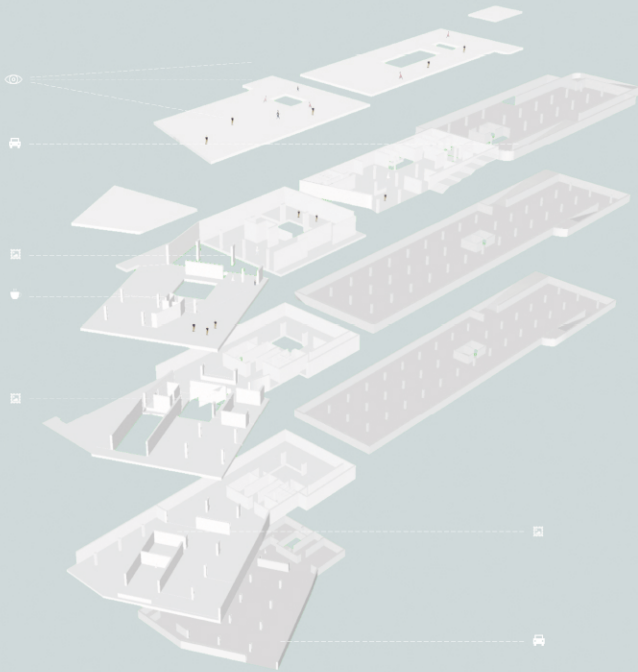




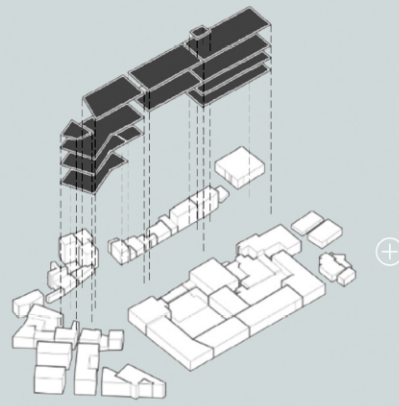
LMITE DE ALCALDIA

CERCA MOURA (1914)

CERCA FERNANDA (1911)

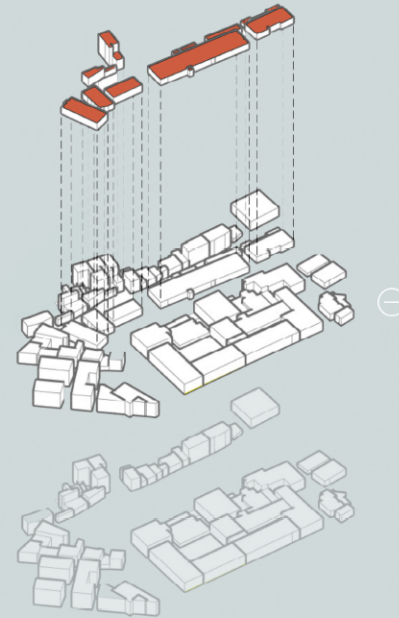


ESQUEMA FUNCIONAL DA PROPOSTA

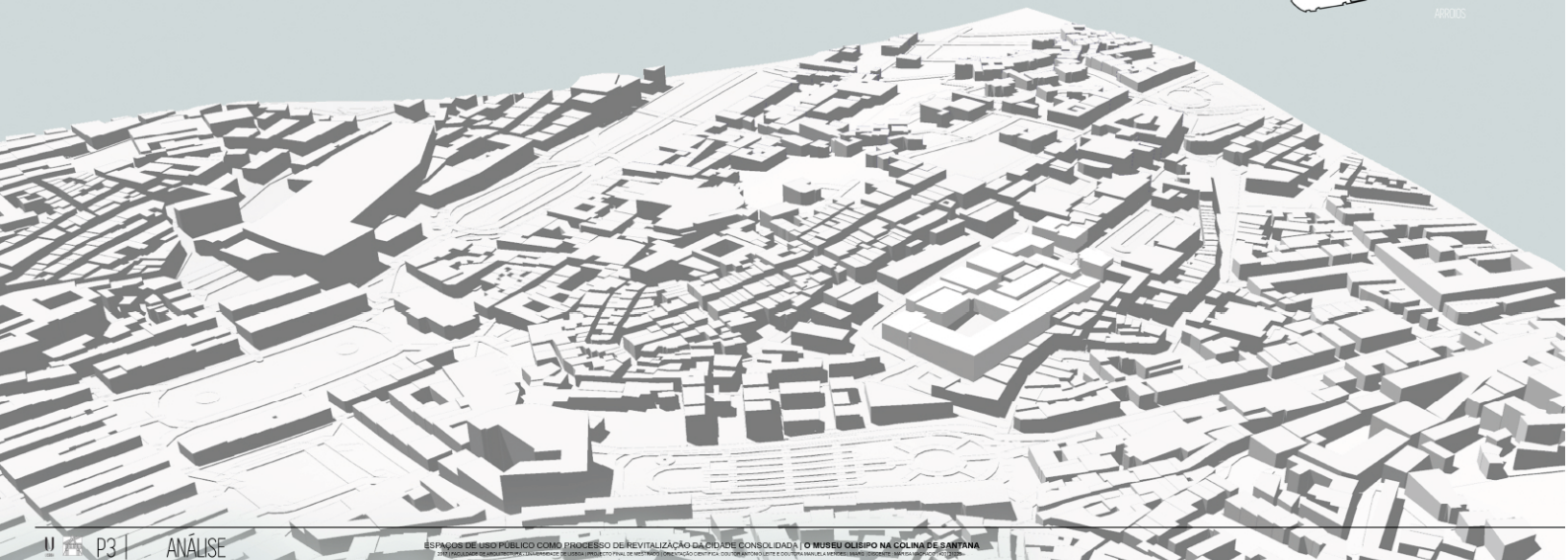
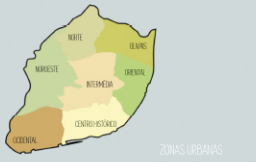
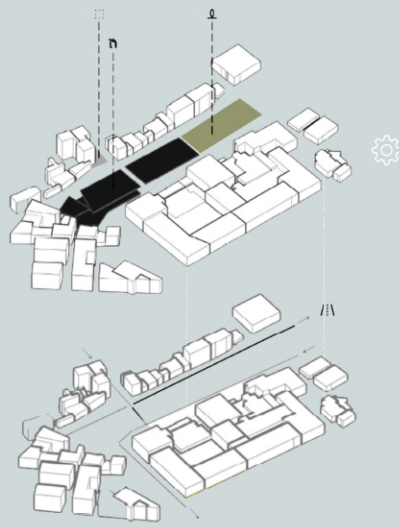


ESQUEMA COM E SEM OS HOSPITAIS ABRANGIDOS PELO PLANO DE DESACTIVAÇÃO

Um dos principais objetivos da proposta é assegurar a conservação do edificado de valor patrimonial, para a preservação da identidade histórica e cultural da envolvente da intervenção, a colina de Santana. Aproveitando a futura desativação dos hospitais da colina, prevê-se a demolição de alguns dos anexos contíguos ao edifício principal, considerados espúrios, o que não afectará o sentido patrimonial do conjunto mas pelo contrário, contribuirá para a continuidade urbana, inserindo-se numa estratégia de revitalização urbana e uma melhor leitura do conjunto de interesse público. A estratégia urbana decompõe-se num sistema de espaços públicos, concebidos como eixos estruturadores para a revitalização desta zona da cidade.

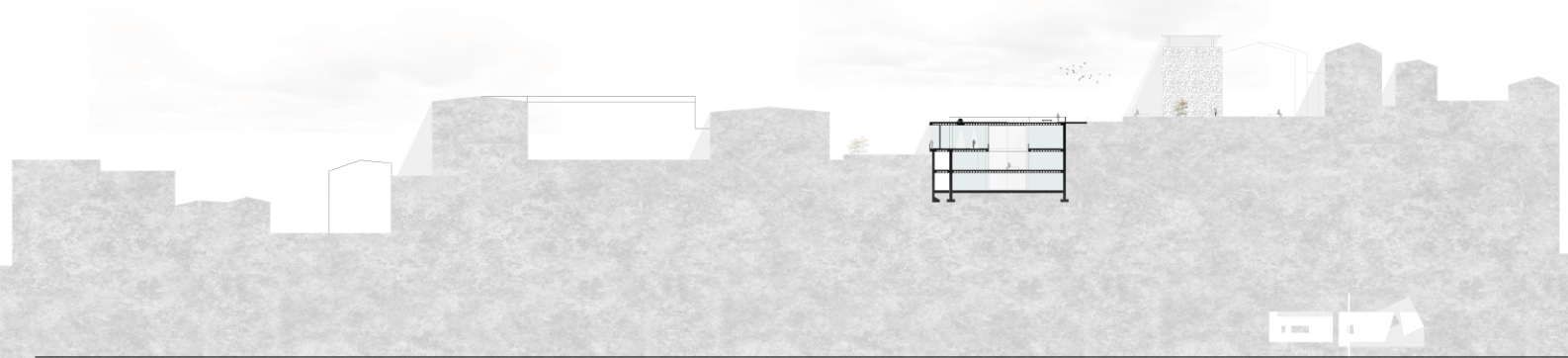


CORTE LONGITUDINAL DO MUSEU OLISIPO

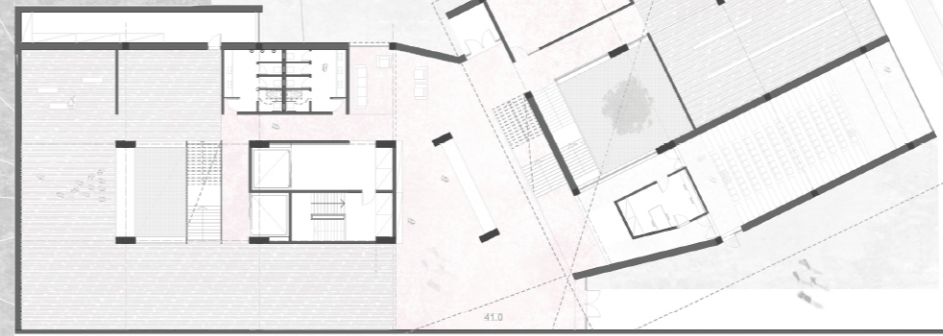
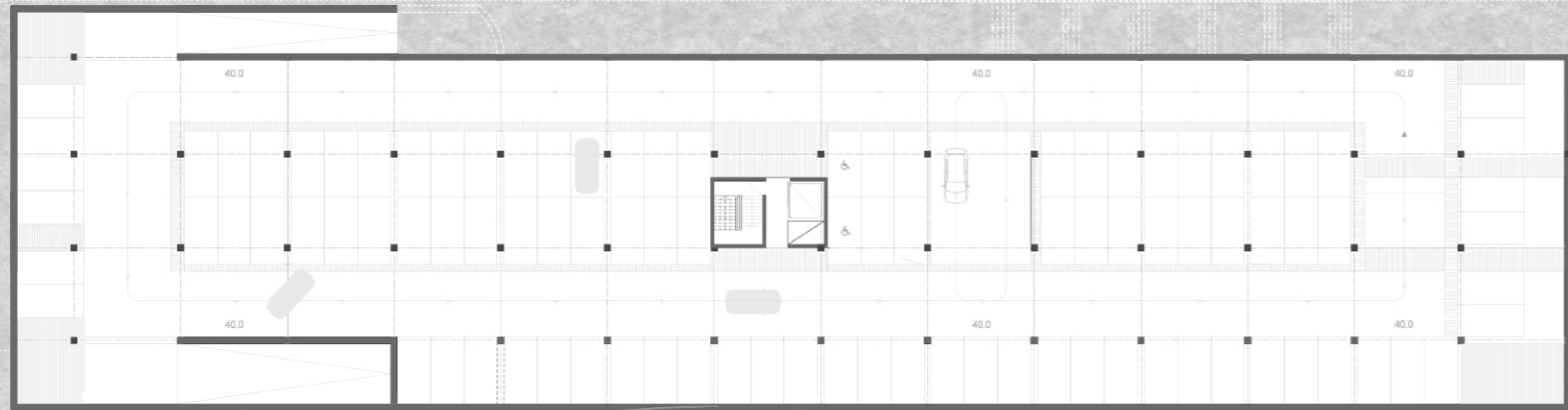




PLANTA DE IMPLANTAÇÃO | 1:500



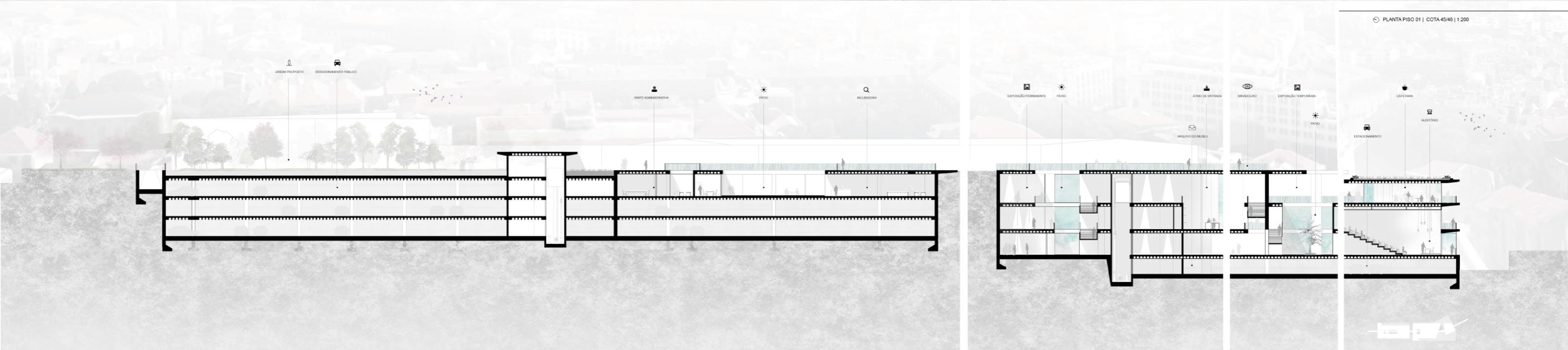
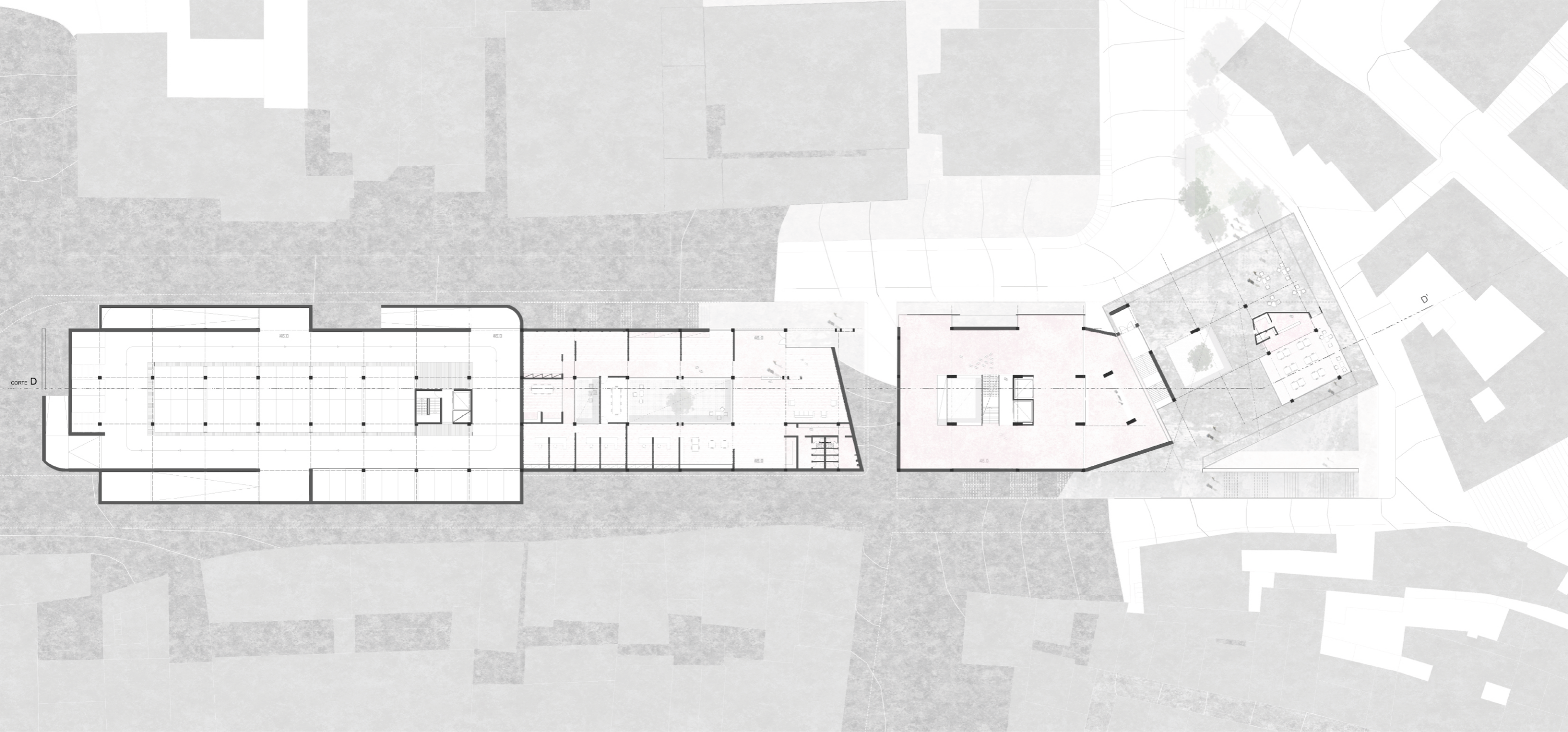
CORTE TRANSVERSAL BB | 1:500



PLANTA PISO 0 | COTA 40/41 | 1:200



ALÇADO ESTE CC' 1:200



ÁREA PROPOSTA  
ESTACIONAMENTO PÚBLICO

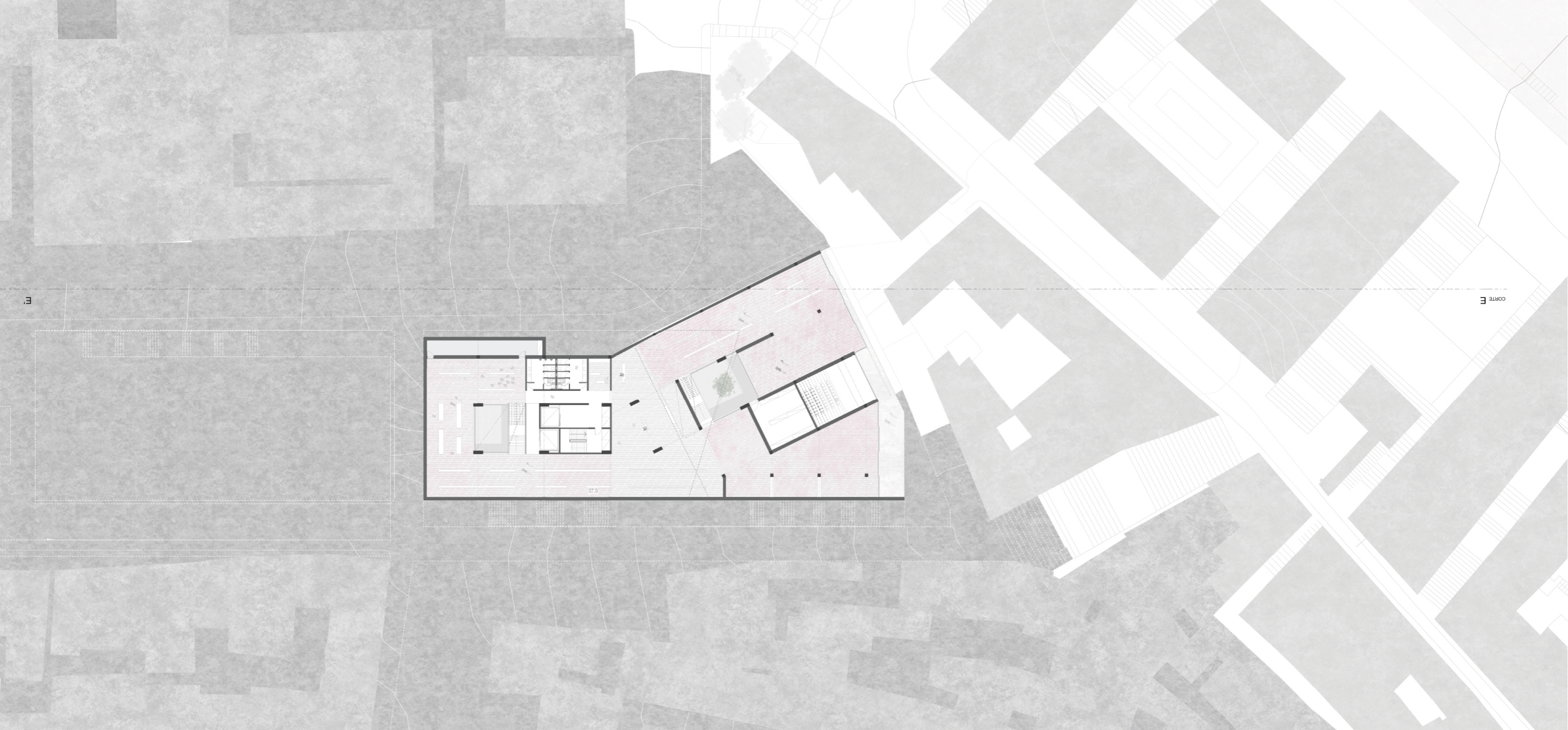
PARTE ADMINISTRATIVA  
PATIO  
RELOJERIA

EXPOSIÇÃO PERMANENTE  
PATIO  
ÁTRIO DE ENTRADA  
MUSEU  
EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA  
PATIO

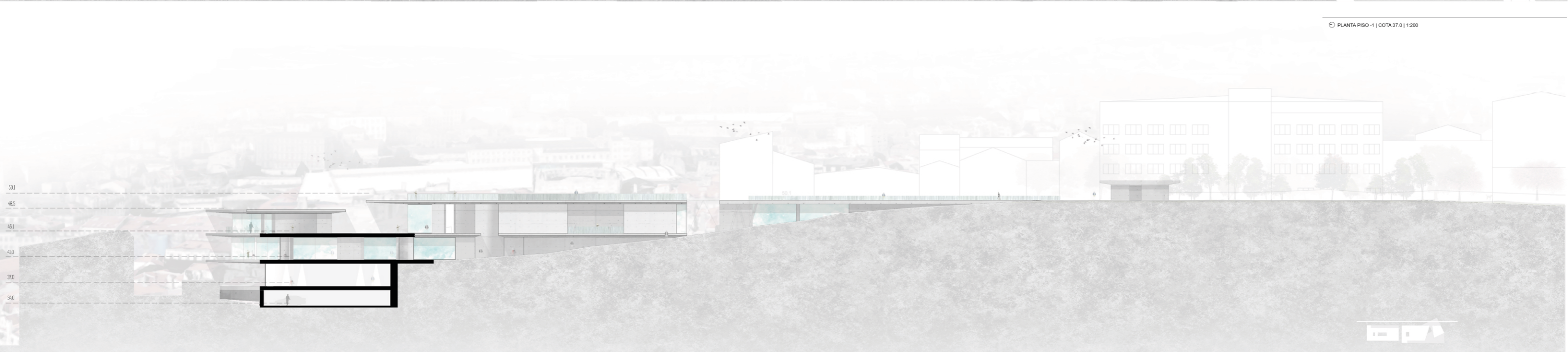
CAFETERIA  
AUDITÓRIO  
ESTACIONAMENTO

PLANTA PISO 01 | COTA 45/46 | 1:200

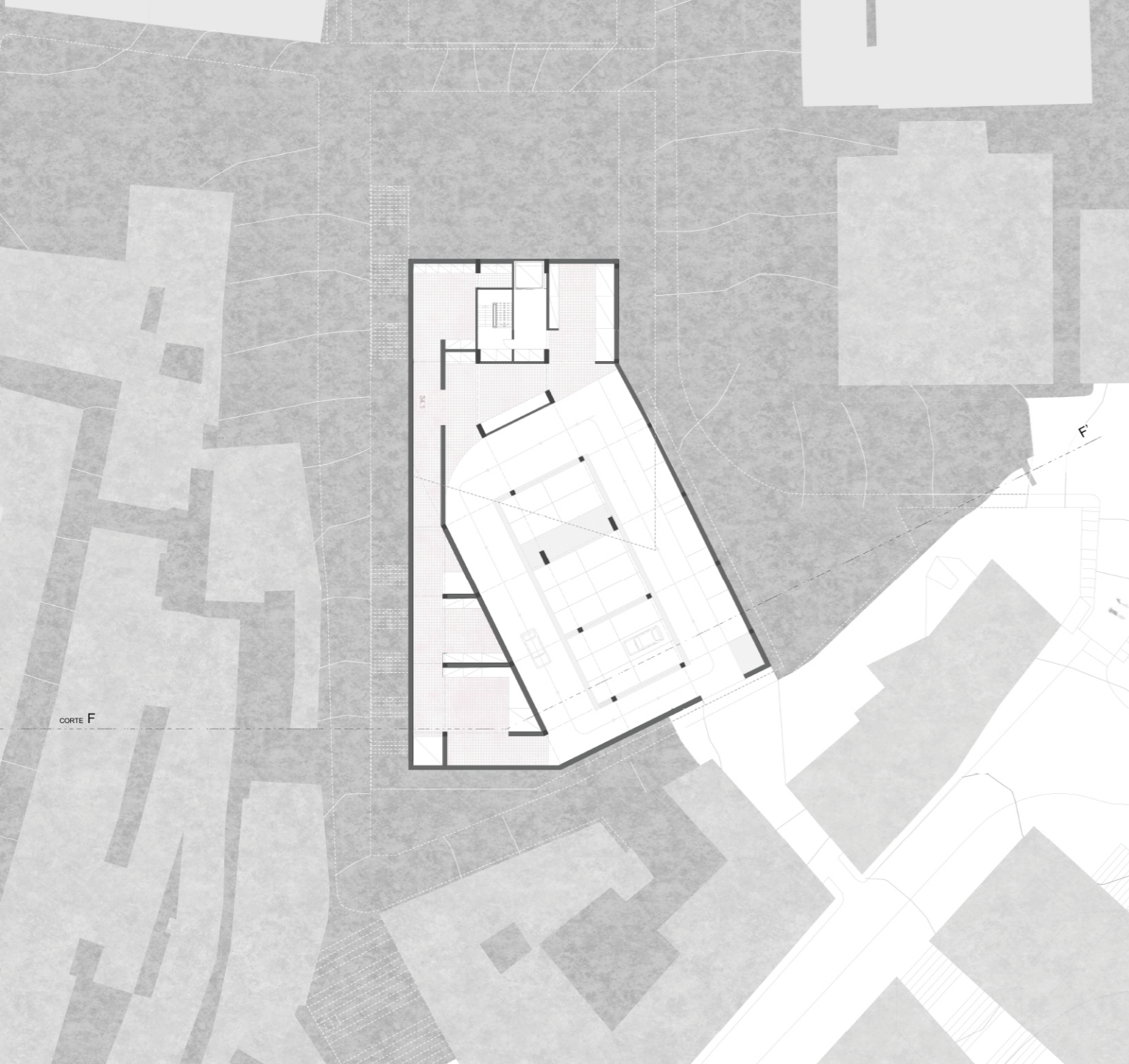
CORTE LONGITUDINAL D0' | 1:200



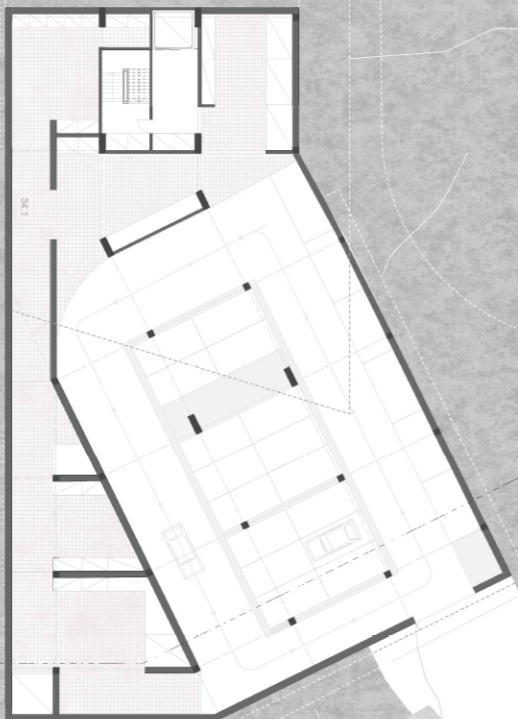
PLANTA PISO -1 | COTA 37.0 | 1:200



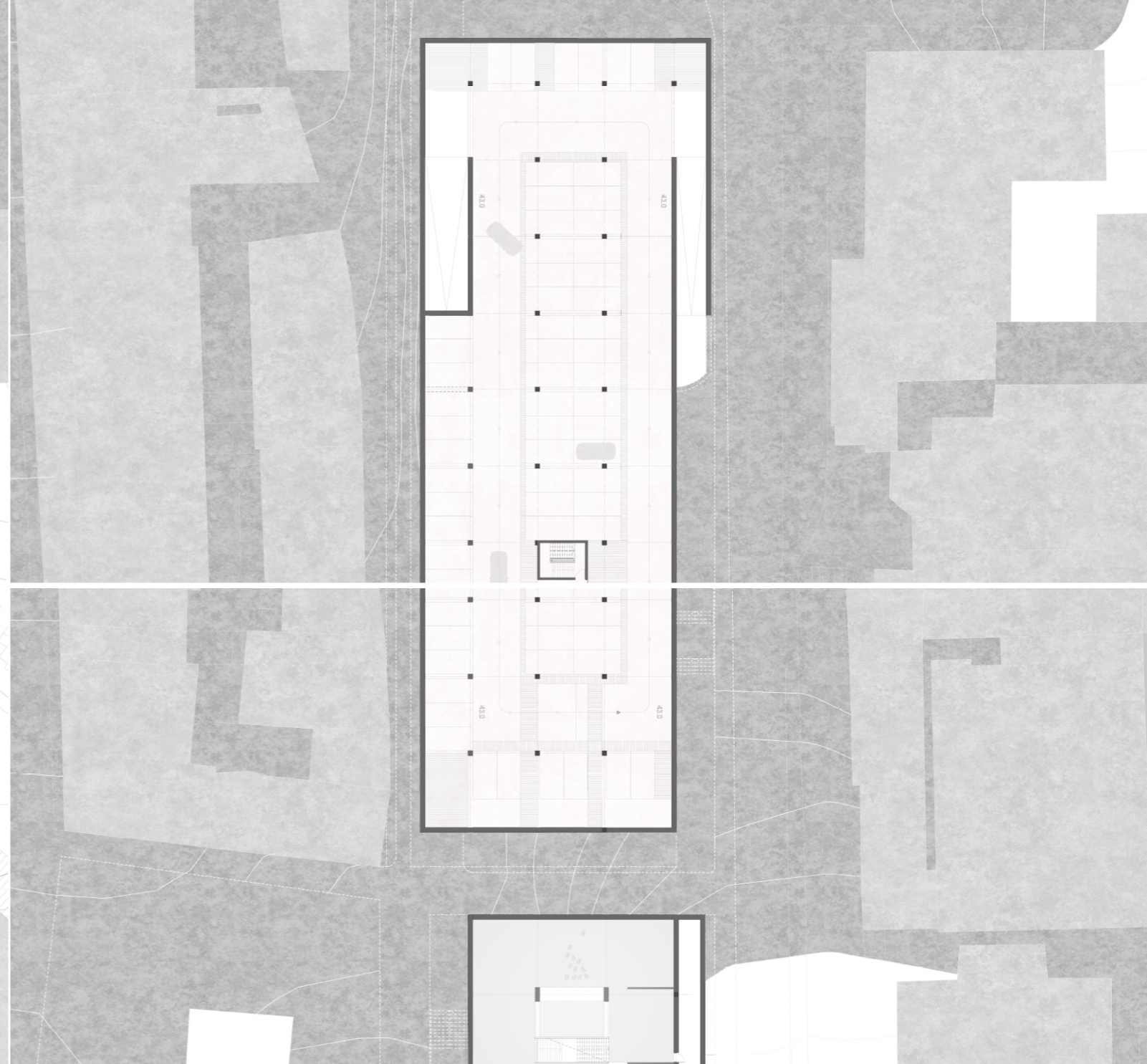
ALÇADO OESTE EE | 1:200



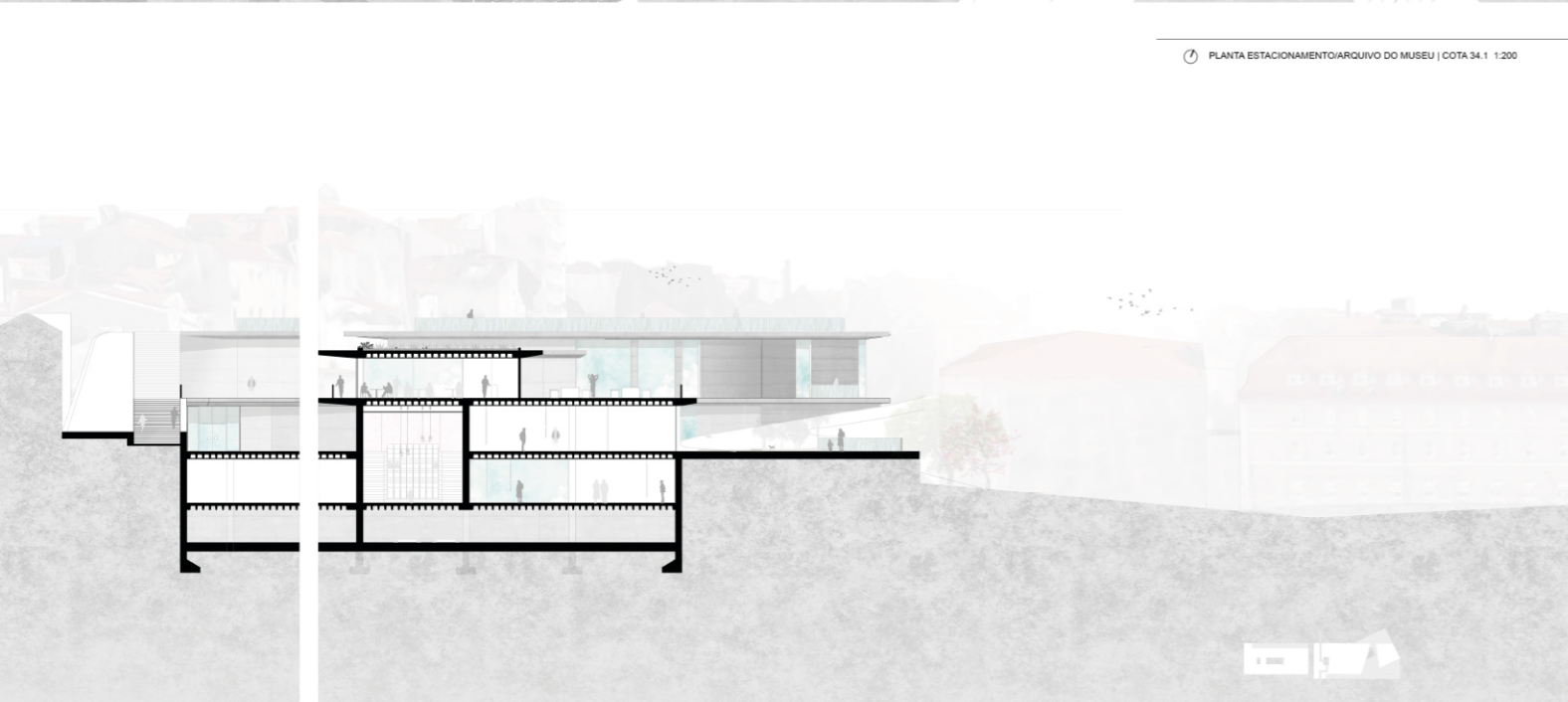
CORTE F



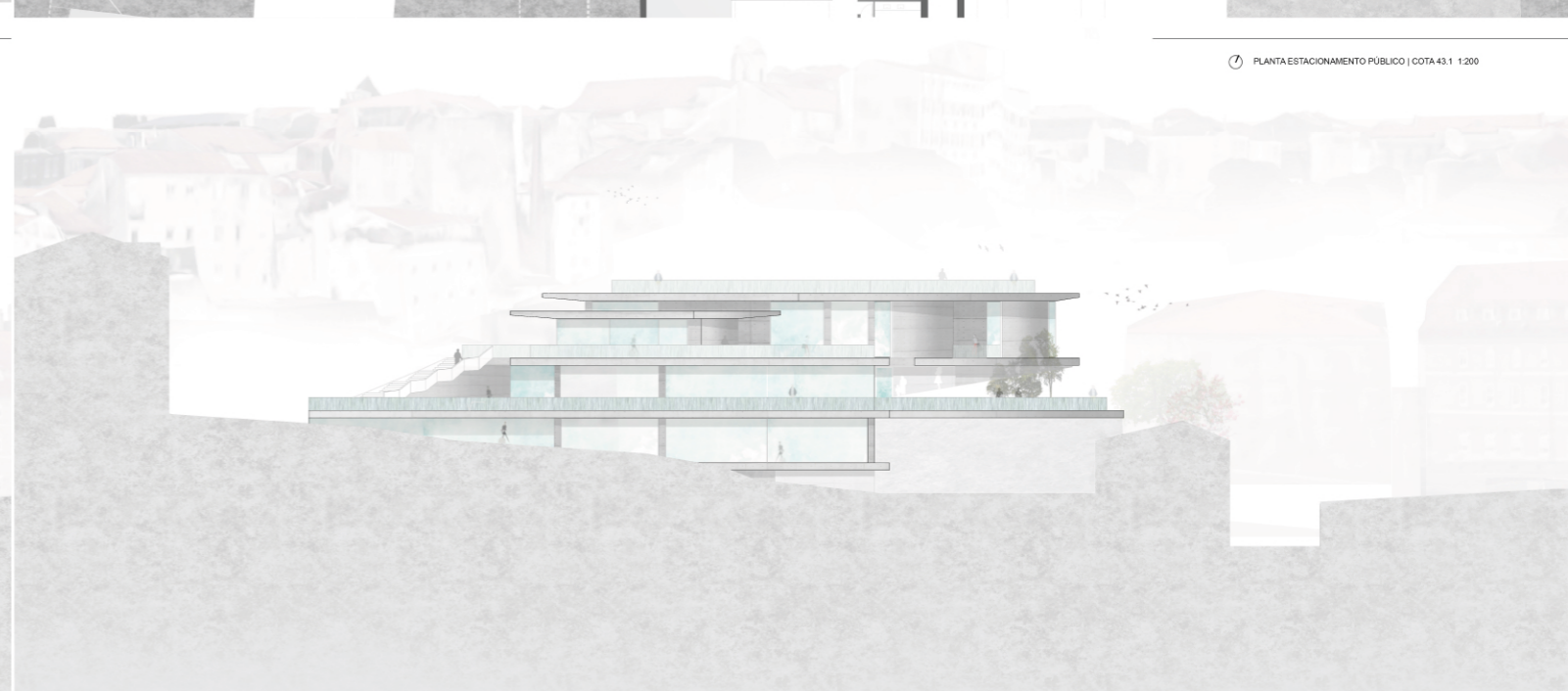
PLANTA ESTACIONAMENTO/ARQUIVO DO MUSEU | COTA 34.1 | 1:200



PLANTA ESTACIONAMENTO PÚBLICO | COTA 43.1 | 1:200



CORTE TRANSVERSAL DD' | 1:200



CORTE TRANSVERSAL FF' | 1:200

